

IPV - ESEV | 2014

Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia

Carolina Veloso



Instituto Politécnico de Viseu
Escola Superior de Educação de Viseu

Carolina Jorge Veloso

Lares de Infância e Juventude: contributos para a
autonomia

Julho de 2014

Instituto Politécnico de Viseu
Escola Superior de Educação de Viseu

Carolina Jorge Veloso

Lares de Infância e Juventude: contributos para a
autonomia

Projeto Final de Mestrado

Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efectuado sob a orientação de
Professora Doutora Maria João Amante
Professora Doutora Susana Fonseca



Julho de 2014



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Carolina Jorge Veloso n.º 10473 do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco declara sob compromisso de honra, que o trabalho de projeto é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

....., de de 20.....

O aluno, _____

Agradecimentos

A todos os que me encorajaram e apoiaram no percorrer deste desafiante e árduo caminho...mas recompensador, porque foi partilhado com saberes e afetos por todos os que agora invoco neste sentido reconhecimento:

Muito Obrigada!

Professoras Doutoradas Maria João Amante e Susana Fonseca, pelas sugestões e generosa disponibilidade.

Aos diretores técnicos, elementos da equipa técnica e educativa, e sobretudo, aos jovens dos Lares de Infância e Juventude, que com a sua vivência de preciosas vidas em (re)construção e com a sua carinhosa e entusiasmante participação contribuíram para a elaboração e o chegar ao fim deste projeto.

Crianças, jovens e adultos com quem trabalho, este projeto é vosso e, só depois é meu!

Família, namorado e amigos, por todo o carinho, pela presença discreta, reconciliadora, nos meus momentos mais difíceis.

Sem a vossa ajuda teria sido, sem qualquer hesitação de afirmação, demasiadamente difícil ou impensável chegar até aqui!

Nos afetos, que ligando-nos se tornam inquebráveis, vão estar na minha vida.

Lista de abreviaturas

ART.º – Artigo

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

C/J – Criança/Jovem

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DOM – Desafio, Oportunidade e Mudança

DT – Diretor Técnico

ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

EE - Equipa Educativa

ET – Equipa Técnica

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

ISS – Instituto de Segurança Social

J - Jovem

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PSEI – Plano Socioeducativo Individual

PV – Projeto de Vida

SERE + - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança MAIS

Resumo

Em situações de maus-tratos infantis, a Lei portuguesa prevê, entre outras medidas de promoção e proteção, a institucionalização de crianças/jovens, de forma a afastá-las do perigo que vivenciavam. Sendo a autonomia uma tarefa desenvolvimental característica da adolescência, e tendo em conta que a maioria da população institucionalizada em Portugal é constituída por jovens, no presente projeto procuramos constatar de que forma as instituições de acolhimento promovem e desenvolvem as competências de autonomia nos jovens que se encontram acolhidos, no sentido de preparar a sua saída do sistema de acolhimento de forma sustentada e segura.

Este trabalho de investigação tem como objetivo conhecer a perceção dos diretores técnicos, técnicos, educadores e jovens acolhidos relativamente à intervenção no âmbito da promoção e desenvolvimento de competências de autonomia junto dos jovens institucionalizados em Lares de Infância e Juventude, antes e após a implementação do Plano DOM. Assim, foi utilizada uma metodologia qualitativa.

Os resultados sugerem que os jovens institucionalizados, ao nível da autonomia, revelam maiores necessidades no âmbito das atividades da vida diária (gestão de recursos e pessoal), estando os Lares de Infância e Juventude a trabalhar na concretização deste objetivo através da utilização de estratégias diversas. Apesar de, com a implementação do Plano DOM, ter sido possível aumentar o número de atividades lúdico-pedagógicas e de promoção de competências, verificamos que este trabalho de preparação para uma vida autónoma dos jovens era já realizado anteriormente, embora tenham sido feitos alguns ajustes/melhorias.

Palavras-chave: autonomia, adolescência, institucionalização, Lar de Infância e Juventude, Plano DOM.

Abstract

In child abuse situations, among other measures of promotion and protection, the Portuguese law provides for the institutionalization of children/ youngsters as a way to separate them from the danger they are experiencing. The development of autonomy is a characteristic of adolescence. Considering that the majority of institutionalized population in Portugal are young people, in this project we aim to focus how child care institutions promote and develop youngsters' autonomy skills, preparing their exit from the child care system in a safe and sustained way.

This investigation work aims at knowing the perception of technical directors, technicians, educators and young people attending institutions regarding the intervention in the promotion and development of autonomy skills among youths in Residential Care for Children and Young People, before and after the implementation of the DOM Plan. A qualitative methodology was used.

The results suggest that institutionalized youths, at the level of autonomy, reveal greater needs within everyday life activities (personal and resources management), with Residential Care for Children and Young People working to achieve this goal through the use of varied strategies. Although it was possible to increase the number of educational and recreational activities with the implementation of the DOM Plan, we find that this work of preparation towards the youths' autonomous life had already been done previously. However, some adjustments/improvements have been made.

Key-words: autonomy, adolescence, institutionalization, Residential Care for Children and Young People, DOM Plan.

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
I. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	4
1.1. Enquadramento legal: a proteção das crianças e jovens	4
1.1.1. O acolhimento em instituição como medida de promoção e proteção	5
1.2. As Instituições de acolhimento.....	7
1.2.1. Caracterização da população acolhida	8
1.2.2. Mudança do paradigma institucional	11
II. ADOLESCÊNCIA E AUTONOMIA	15
III. A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO PROMOTORA DA AUTONOMIA NA ADOLESCÊNCIA	18
PARTE II – PROJETO EMPÍRICO	24
I. QUESTÃO E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	25
II. METODOLOGIA	26
2.1. Participantes	27
2.2. Instrumentos	29
2.3. Procedimentos	30
2.4. Processo de análise dos dados	31
III. Resultados	32
3.1. Apresentação e discussão dos resultados	32
a) Diagnóstico de necessidades dos jovens	33
b) Promoção de competências	35
c) Obstáculos institucionais impeditivos da promoção de competências de autonomia	37
d) Perceção do impacto da intervenção	39
e) Definição de autonomia	43
f) Perspetivas de futuro dos jovens após saída do LIJ	43
g) Perceção do impacto do Plano DOM	44
h) Intervenção no âmbito da autonomia pré-Plano DOM	47
3.2. Síntese dos resultados	48
CONCLUSÕES E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO	50

BIBLIOGRAFIA	53
ANEXOS	59
Anexo A – Cronograma: Projeto de Investigação	60
Anexo B - Modelo de carta enviada às Instituições a solicitar colaboração no presente estudo	61
Anexo C – Declaração de Consentimento Informado	62
Anexo D – Guião da entrevista semi-estruturada inicial – Diretor técnico	63
Anexo E – Reformulação do Guião da entrevista semi-estruturada – Diretor técnico	65
Anexo F - Transcrição das entrevistas efetuadas aos Diretores técnicos	67
Anexo G – Guião da entrevista semi-estruturada inicial – Equipa técnica e Equipa educativa	74
Anexo H – Reformulação do Guião da entrevista semi-estruturada – Equipa técnica e Equipa educativa	76
Anexo I - Transcrição das entrevistas efetuadas aos elementos da Equipa técnica ...	78
Anexo J - Transcrição das entrevistas efetuadas aos elementos da Equipa educativa	89
Anexo L – Guião da entrevista semi-estruturada – Jovem	96
Anexo M - Transcrição das entrevistas efetuadas aos jovens	98
Anexo N – Resultados obtidos através da análise com o Programa QSR NVivo 10 às entrevistas realizadas	103

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1 – Dados gerais dos LIJ	28
Tabela 2 - Dimensões resultantes da análise de conteúdos das entrevistas	33
Tabela 3 – Categorias inerentes ao Diagnóstico de necessidades dos jovens	33
Tabela 4 – Categorias inerentes à Promoção de competências	35
Tabela 5 – Categorias inerentes aos Obstáculos institucionais	37
Tabela 6A – Categoria inerente à Percepção do impacto da intervenção	39
Tabela 6B – Categoria inerente à Percepção do impacto da intervenção	40
Tabela 6 C – Categoria inerente à Percepção do impacto da intervenção	41
Tabela 7 – Categoria inerente à Definição de autonomia	43
Tabela 8 – Categorias inerentes às Perspetivas de futuro dos jovens após saída do LIJ	44
Tabela 9 - Categorias inerentes à Percepção do impacto do Plano DOM	45
Tabela 10 – Categorias inerentes à Intervenção no âmbito da autonomia pré-Plano DOM	47

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, a medida de promoção e proteção utilizada para crianças e jovens que se encontravam em situação de perigo, que viviam em contextos familiares complexos, com um elevado nível de stress, passava pela institucionalização, na qual a criança/jovem era afastada do seu contexto familiar (Gomes, 2010). Contrariamente à realidade espanhola, o acolhimento institucional em Portugal continua a ser a medida de acolhimento mais aplicada, havendo um claro desinvestimento e aposta nas famílias de acolhimento, como alternativa à institucionalização. O desinvestimento nesta alternativa familiar deve-se às características específicas da população atualmente acolhida (maioritariamente adolescentes) e que necessita de uma intervenção especializada, pois, muitos jovens evidenciam problemas de comportamento e saúde mental e distúrbios emocionais, sendo o acolhimento institucional a única alternativa de apoio efetivo (Bravo & Del Valle, 2009a).

Na atualidade, a temática da institucionalização de crianças e jovens tem tido visibilidade social, sendo assunto recorrente nos meios de comunicação social e opinião pública, não pela intervenção de qualidade que é realizada em algumas instituições de acolhimento, mas pelo enfoque nas histórias de abusos e maus-tratos infligidos às crianças e jovens acolhidos (como exemplo, a Casa Pia, o Centro Juvenil de Campanhã e as Oficinas de São José).

A escassa investigação sobre a pertinência da promoção e desenvolvimento de competências de autonomia das crianças/jovens acolhidos em Lares de Infância e Juventude (LIJ) e a raridade, senão mesmo inexistência, de estudos/investigações focados nos resultados ou efeitos da implementação do Plano DOM (Desafio, Oportunidade e Mudança) nos LIJ no âmbito da autonomia, tendo em conta a perspectiva de diferentes intervenientes (diretores técnicos, elementos da equipa técnica e educativa e jovens) reforçaram a necessidade deste estudo.

Desta forma, esperamos contribuir de algum modo para que o trabalho no âmbito da promoção e desenvolvimento de competências de autonomia nos LIJ seja valorizado, assumindo um lugar de destaque na intervenção realizada, já que se prepara o jovem para uma vida independente após a saída da instituição, independentemente do seu projeto de vida (PV).

O presente trabalho organiza-se em duas partes, que se encontram estruturadas por capítulos. Numa primeira parte começaremos por fazer uma revisão

da bibliografia pertinente acerca da temática. Assim, no primeiro capítulo, é feita uma abordagem ao acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo em Portugal, através da análise da legislação existente que visa a sua proteção, analisando mais pormenorizadamente a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) – Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, bem como se procurou caracterizar as instituições de acolhimento, tendo em conta a população acolhida (na qual é mencionado o perfil das crianças e jovens que se encontram institucionalizadas e os benefícios e efeitos negativos da institucionalização para os próprios e suas famílias). Procuramos, ainda, compreender as mudanças ocorridas ao nível das dinâmicas de funcionamento dos LIJ, tendo em conta o novo paradigma que emergiu com a implementação do Plano DOM nestes contextos.

Tendo em consideração que a maioria da população acolhida em LIJ são adolescentes, num segundo capítulo, procuramos definir o conceito de adolescência, relacionando-a com as questões da autonomia, tarefa tão característica desta fase de desenvolvimento.

Num último capítulo, abordamos a importância das instituições de acolhimento desempenharem um papel imprescindível e desafiante na promoção e desenvolvimento de competências de autonomia nos jovens acolhidos, com o objetivo de que a sua saída da instituição seja efetuada de forma sustentada e segura. A preparação para a vida independente toma maior relevo e deve ser considerada como objetivo principal da intervenção individualizada, quando o projeto de vida de um adolescente não passa por retornar a casa da sua família biológica nem integrar-se numa nova família (Bravo & Del Valle, 2001).

A segunda parte apresenta um estudo empírico realizado, nas suas diferentes etapas.

Num primeiro capítulo, surge a questão de investigação e os objetivos gerais e específicos delineados para o presente estudo. No capítulo seguinte, é apresentada a metodologia utilizada para a recolha e análise dos dados obtidos, bem como a caracterização dos participantes, os instrumentos utilizados e os procedimentos efetuados. No terceiro capítulo, são descritos os principais resultados obtidos, bem como é feita uma síntese dos mesmos.

Numa fase final, são apresentadas as conclusões gerais do projeto, as suas limitações e sugestões de pistas de investigação futuras.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I. O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

1.1. *Enquadramento legal: a proteção das crianças e jovens*

No final do século XX, as crianças tornam-se “objeto de atenção, cuidados e proteção especiais”, possuidoras de “direitos inalienáveis” (Silva, 2004, p. 100). Em Portugal, ao longo dos tempos verificou-se uma evolução da perspetiva de proteção às crianças. Em 1911 formaliza-se a Lei da Infância e Juventude e, em 1989, as Nações Unidas aprovam a Convenção dos Direitos da Criança que é ratificada em Portugal em 1990, passando a ser reconhecidos às crianças direitos semelhantes aos dos adultos.

Existe, hoje, abundante legislação que regula importantes matérias centradas na responsabilização do Estado e da sociedade na proteção e promoção de direitos das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral: a Constituição da República Portuguesa (art.º 69º e 70º), o Código Civil, a Organização Tutelar de Menores (Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro e que vigorou até ao ano 2000), a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro), o Código Penal e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Gomes, 2010).

A promoção dos direitos e a proteção justificam a intervenção quando se verifica que a criança ou jovem está exposta a situações de abandono, negligência, maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais, situações de trabalho infantil, comportamentos de risco ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação e educação, sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

Nesses casos, a referida Lei dispõe de patamares de intervenção na defesa e promoção dos direitos da criança/jovem, cuja intervenção deve respeitar o princípio da subsidiariedade, isto é, a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, em última instância, pelos Tribunais (art.º 4º, alínea j, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

Num estudo de caso realizado por Morais e de Ó (2012, p. 166), é feita uma crítica ao deficitário acompanhamento que é prestado às crianças e jovens por parte das diferentes entidades (instituições de acolhimento prolongado, CPCJ, Segurança Social) e à “lentidão do funcionamento dos operadores judiciais”, colocando em causa o princípio do superior interesse da criança.

A LPCJP prevê diversas medidas de promoção e proteção das crianças/jovens, tendo em conta o seu superior interesse (executadas em meio natural de vida ou em regime de colocação), aplicadas pelas CPCJ (quando existe consentimento dos pais ou de quem detenha a guarda de facto e não oposição da criança/jovem) e Tribunais, que têm como objetivos afastar as C/J das situações de perigo em que se encontram; “proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (art.º 34º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

A aplicação das medidas em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para autonomia de vida) são privilegiadas relativamente às executadas em regime de colocação (acolhimento familiar, acolhimento em instituição), uma vez que se tem em conta um dos princípios orientadores de intervenção contemplados na LPCJP – a prevalência da família (art.º 4º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

Dar prevalência à família, devido às suas funções educativas, estruturantes, securizantes, de acolhimento e socialização, implica intervencionar estas famílias que sozinhas evidenciam dificuldades em garantir estas mesmas funções (Alves, 2007; Gomes, 2010), uma vez que possuem “recursos e competências que importa utilizar e ativar” (Alarcão, 2006, p. 322), tornando imprescindível aumentar e trabalhar a rede social de suporte da família de forma a evitar os isolamentos e gerir tensões e conflitos.

A aplicação da medida de confiança a pessoa selecionada para adoção ou a instituição com vista a futura adoção é da competência exclusiva dos Tribunais, sendo que no primeiro caso são executadas em meio natural de vida, e no segundo em regime de colocação.

1.1.1. O acolhimento em instituição como medida de promoção e proteção

Tendo em conta a temática do presente trabalho de investigação, interessa abordar a questão do acolhimento em instituição como medida de promoção e proteção executada em regime de colocação, “nos casos em que se revela imperiosa a retirada da criança do seu lar” (Magalhães, 2005, p. 27).

Esta medida prevê que a C/J seja acolhida permanentemente numa entidade que disponha de instalações adequadas e de “uma Equipa Técnica que lhes garantam

os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (art.º 49º, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Alguns autores enfatizam a necessidade destas instituições proporcionarem às C/J um contexto seguro, educativo e terapêutico (Bravo & Del Valle, 2009a; Hermosa, Cano, & Aguilera, 1998; Strecht, 2004).

Segundo o art.º 52º da LPCJP, as instituições de acolhimento podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas (estas com acordo de cooperação com o Estado), funcionando em regime aberto (art.º 53º da LPCJP). De acordo com o art.º 50º da mesma Lei, o acolhimento em instituição pode ser de curta duração (não superior a 6 meses) ou prolongado (duração superior a 6 meses). Existe igualmente o acolhimento de emergência, que se destina a acolher C/J que se encontrem em situação de perigo iminente, por um período de tempo que não ultrapasse as 48 horas.

O acolhimento de curta duração tem lugar em Centro de Acolhimento Temporário (CAT), e dá resposta a situações urgentes e temporárias de C/J até aos 18 anos, de ambos os géneros (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006). O prazo dos 6 meses pode ser excedido quando haja possibilidade de se concretizar o retorno à família ou enquanto decorre o processo de diagnóstico da respetiva situação, procurando-se definir o encaminhamento posterior (art.º 50º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). São objetivos dos CAT proporcionar às C/J a satisfação de todas as suas necessidades básicas, bem como contribuir para a sua valorização pessoal e social, promovendo a sua reintegração na família e comunidade, havendo necessidade de se trabalhar com a família, de forma a torná-la mais responsável e competente (Fernandes & Silva, 1996a).

O acolhimento prolongado tem lugar em LIJ e é destinado a apoiar C/J (até aos 18 anos, de ambos os géneros) e as suas famílias (Martins, 2004). Antes de atingirem a maioridade, os jovens podem solicitar a prorrogação da medida de acolhimento em instituição, até aos 21 anos (Delgado, 2006). O LIJ é, então, “uma resposta social que surge da necessidade de acolher crianças/jovens que, por razões de disfunções graves ou outras, careçam de apoio de uma estrutura residencial” que satisfaça as suas “necessidades de socialização inerentes às fases de desenvolvimento” e educativas (Fernandes & Silva, 1996b, p. 5).

Para estas autoras são, ainda, objetivos dos lares assegurar às C/J acolhidas alojamento, a satisfação das suas necessidades básicas, bem como proporcionar todos os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social e profissional. Os lares devem proporcionar, igualmente, às crianças/jovens condições de vida o mais

aproximadas possíveis das suas famílias, “pois são uma estrutura de (re)aprendizagem das normas sociais vigentes” e de “preparação de um caminho para a futura reintegração na sociedade” (Alves, 2007, p. 65).

É de todo espectável que os LIJ sejam considerados “respostas em fim de linha” e durante um período de tempo o mais curto possível, ou seja, que constituam o último recurso a utilizar quando esgotadas todas as possibilidades de intervenção familiar e com a própria C/J, com o objetivo de evitar a separação afetiva, “cujos efeitos perversos serão dificilmente mensuráveis a curto prazo” (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000, p. 16).

Na legislação portuguesa não existe um prazo limite para a família se reestruturar, quando o projeto de vida da C/J passa pelo retorno familiar, originando que o acolhimento seja mais prolongado do que é desejável (Rodrigues, Barbosa-Duchame, & Del Valle, 2013).

1.2. As Instituições de acolhimento

A tradição de instituições de acolhimento é já longa. Em Portugal, o Hospício dos Enjeitados, datado do século XII, foi considerado a primeira instituição destinada ao acolhimento de crianças órfãs/abandonadas. A partir do século XV surgem equipamentos específicos de proteção a estas crianças (estatais, particulares ou da igreja), tais como hospitais, conventos, albergues, internatos, etc., com o objetivo de colmatar um vasto conjunto de situações de desproteção, abandono, orfandade, doença, incapacidade parental, entre outras, bem como com o objetivo de prossecução dos estudos (Fernandes & Silva, 1996b). Com o objetivo de diminuir o número de infanticídios, em 1783, é criada uma instituição que salvaguarda o anonimato da pessoa que entrega a criança, que é feita através da “roda dos expostos”, oficializada por Pina Manique (Amado, Ribeiro, Limão, & Pacheco, 2003, cit. por Mota & Matos, 2008).

As instituições de acolhimento de C/J em perigo eram consideradas instituições totais, caracterizadas por um regime fechado, auto-suficientes (por exemplo, muitas escolas funcionavam dentro das instituições), eram formalmente administradas e possuíam práticas padronizadas já que a população acolhida tinha características semelhantes (Goffman, 2005, cit. por Morais & de Ó, 2012; Alves, 2007; Bravo & Del Valle, 2009a). Estas instituições integravam (e ainda integram) C/J com problemas desviantes, bem como as consideradas vítimas de maus-tratos ou agressoras (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005; Vilaverde, 2000, cit. por Vicente, 2009; Hermosa

et al., 1998). Nestas instituições, umas com um cariz mais educativo e de instrução, outras mais direcionadas para a guarda das C/J e ao ensino de uma profissão/ofício, prevalecia o projeto coletivo sobre o projeto do indivíduo, ou seja, todas as C/J eram tratadas da mesma maneira, não se tendo em conta a individualidade/necessidade específica de cada um. Assim, promovia-se não a autonomia, mas a dependência à instituição das C/J, já que aspetos como as relações interpessoais, as dificuldades emocionais, a socialização e a dinamização dos seus projetos de vida não eram aspetos a desenvolver, uma vez que se valorizava apenas a satisfação das suas necessidades básicas (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005; Del Valle & Zurita, 2000, cit. por Vicente, 2009; Rodrigues et al., 2013). As instituições eram caracterizadas por acolher um grande número de C/J e não possuíam, na maioria das vezes, pessoal técnico especializado ou era em pequeno número.

Alberto (2003) analisa criticamente o papel das instituições de acolhimento e da sua relação com a sociedade e com a política da institucionalização, afirmando que é delegada na instituição por parte da sociedade a total e completa responsabilidade de reabilitação e proteção das crianças e jovens, deixando-a solitária no seu papel de substituta da família, e assim fica de consciência tranquila.

1.2.1. Caracterização da população acolhida

Em 2012, encontravam-se em situação de acolhimento (institucional e familiar) 8557 crianças e jovens (5513 acolhidos em LIJ e 2092 em CAT), com predominância de adolescentes (66% entre os 12-20 anos), com ligeira preponderância do género masculino (embora o valor não seja muito significativo) (Instituto de Segurança Social, I.P., 2012).

O aumento da idade da população acolhida dificulta a tarefa educativa, já que os conflitos são mais intensos e as histórias vivenciadas de aprendizagens desadequadas são mais resistentes à intervenção (Bravo & Del Valle, 2009a).

De acordo com Silva (2004, p. 85), “os efeitos da institucionalização em crianças e jovens está intimamente ligada à importância do relacionamento interpessoal no desenvolvimento humano”. A institucionalização revela ter alguns benefícios para as C/J: ser contentora de angústias (os adultos devem ser empáticos, congruentes e coerentes), securizante (definida pela organização, estabilidade, segurança prestada pela instituição), promotora do desenvolvimento pessoal e social e da construção da identidade (Bravo & Del Valle, 2001; Strecht, 2004) e onde ocorre a “aprendizagem do valor e da importância do esforço, da recompensa e da capacidade

de reflexão sobre os seus próprios atos e as suas consequências” (Delgado, 2006, p. 82).

Fernández Del Valle e Fuertes (2000, cit. por Silva, 2004, p. 109) salientam que as instituições de acolhimento de C/J, “desde que reúnam condições materiais e relacionais razoáveis são, muitas vezes, preferíveis ao contexto familiar natural, de rua, ou outro com características desadequadas. Estas instituições são, em muitos casos, a única e a melhor alternativa, transitória ou definitiva” para os menores, em situações, por exemplo, de adversidades graves (guerras, pobreza extrema, desastres naturais), famílias que passam por situações de crise económica, social, entre outras, famílias que tendem a manter um modelo de funcionamento desajustado, mesmo após intervenção especializada, situações de retiradas de emergência do menor da família (abuso ou abandono).

No entanto, também apresenta efeitos negativos para a própria C/J (ao nível do seu equilíbrio psicológico e desenvolvimental) e para a sociedade (impacto na família – diminuição da responsabilização parental, afastamento da família da criança/jovem, sentimento de desqualificação -, na rede pessoal informal da C/J, bem como se evidencia que as intervenções anteriores ao acolhimento falharam) (Alberto 2003; Bravo & Del Valle, 2003; Carneiro, 2005, cit. por Ribeiro, 2008; Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID – Crianças, Idosos e Deficientes – Cidadania, Instituições e Direitos, 2006; Martins, 2004, cit. por Pires, 2011; Ramos, 2004).

Existem algumas sintomatologias em C/J institucionalizadas, tais como o isolamento, a instabilidade comportamental, a depressão, a insónia, a angústia de abandono e perda, dificuldade em estabelecer relações positivas e securizantes com pares e adultos (ao nível da vinculação), autoconceito negativo, atrasos no desenvolvimento físico, psicomotor e intelectual, sentimento de punição, estigmatização, baixo rendimento escolar e abandono escolar, dificuldades de atenção e hiperatividade, dificuldade de controlo dos impulsos e discriminação social e a baixa autoestima (Alberto, 2003, 2008; Mendes, 2009; Ramos, 2004; Silva, 2004).

“O processo de gestão da dor, das perdas, do sofrimento, da sensação de injustiça, traição e perplexidade”, ocorre paralelamente “ao processo de securização, de procura de uma vida melhor, do encontro com afetos e modelos porventura até aí inexistentes, ou pelo menos, disfuncionais” (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID – Crianças, Idosos e Deficientes – Cidadania, Instituições e Direito, 2006, p. 99).

Os fatores de risco associados à institucionalização podem ser atenuados tendo-se em conta “os eventuais fatores protetores relacionados com as circunstâncias contextuais e emocionais dos jovens” (Mota & Matos, 2010, p. 245). O risco pode vir a ser ultrapassado, se for possível para a C/J estabelecer relações afetivas duradouras com figuras significativas alternativas – funcionários da instituição. Porém, esta relação de qualidade pode estar comprometida devido à despersonalização, à falta de disponibilidade pessoal dos adultos que ali trabalham (Bravo & Del Valle, 2003; Strecht, 2004) e aos elevados níveis de rotatividade das equipas (Stein, 2005, cit. por Calheiros, Graça, Morais, Jesus & Garrido, 2013).

Analisando a C/J institucionalizada numa perspetiva sistémica, e tendo em consideração que este está inserido no meio social, outros adultos podem constituir-se figuras significativas – professores, amigos, entre outros. As relações afetivamente estáveis dentro e fora da instituição, pelo seu caráter transformador, poderão promover e potenciar as competências pessoais, sociais e de autonomia das C/J, bem como facilitam a relação com o mundo exterior (Mota & Matos, 2008).

Adolescentes que evidenciam uma vinculação insegura, tendem a procurar alternativas, como por exemplo, “conforto na sensação de realização própria, autoridade sobre si e liberdade para decidir. A procura de independência e autonomia radical revela na verdade seres inseguros e frágeis, incapazes de superar as barreiras de forma adaptativa” (Mota & Matos, 2008, p. 372).

As consequências nefastas podem ser minimizadas se houver uma clara aposta, a nível nacional, na implementação de estratégias e políticas de apoio à C/J e à sua família. Esta intervenção deve ter como base o desenvolvimento de vários tipos de solidariedade e apoio comunitário, com vista à redução do uso da institucionalização como recurso primário, através “do estabelecimento de boas práticas e linhas orientadoras para os cuidados institucionais e da definição de Projetos de Vida (...) que permitam às crianças e adolescentes olhar para o futuro com uma perspetiva dinâmica, positiva e integrada” (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID – Crianças, Idosos e Deficientes – Cidadania, Instituições e Direitos, 2006, p. 6).

Se há uns anos atrás o acolhimento era destinado, maioritariamente, a C/J vítimas de desproteção familiar e social, atualmente o perfil da população acolhida é bastante diversificado, tendo em conta a complexidade das problemáticas sociais e familiares. Assim, tendo em conta a realidade atual do Acolhimento Institucional em Portugal, as C/J acolhidas são, maioritariamente, vítimas de abusos, maus-tratos e

negligência, sendo o seu perfil marcado por dificuldades de relacionamento interpessoal com pares e adultos, apresentam problemas de aprendizagem, comportamentos violentos (auto e hétero-dirigidos) e de consumos de estupefacientes e problemas de saúde mental (Gomes, 2010; ISS, 2012).

Contudo, quando os atos adotados pelos jovens não são considerados crime, estes integram o sistema de promoção e proteção, causando sérios constrangimentos a vários níveis: no jovem (que não se adapta à disciplina e rotinas institucionais), nos pares (que já se encontram acolhidos e que podem desenvolver sentimentos de medo e instabilidade face aos comportamentos do novo jovem, ou, pelo contrário, reproduzir esses mesmos comportamentos), nas instituições (que não possuem condições e intervenções adequadas para este tipo de situações) (Alves, 2007).

Fatores como a valorização dos jovens e do seu PV, a escolaridade obrigatória, o surgimento de novas relações de parentalidade, a perceção institucional da positividade da criança ou a avaliação das relações entre a instituição e a criança, colocaram em causa as orientações tradicionais dos modelos de acolhimento institucional.

“É a instituição que forma o indivíduo, mas, principalmente é ela que lhe fornece os instrumentos operativos que lhe permitem aprender normas e valores da realidade social que o circunda” (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005, p. 27).

1.2.2. *Mudança do paradigma institucional*

Hermosa et al. (1998) afirmam que ocorreu uma mudança do paradigma institucional a nível europeu, traduzindo-se em várias medidas, quer no âmbito do sistema de proteção infantil, quer no âmbito das instituições de acolhimento. Um dos aspetos mais significativos prendeu-se com a diminuição do número de C/J acolhidas, originado pelas ações preventivas da institucionalização (intervenção familiar) e pelo recurso a outras medidas de promoção e proteção alternativas, como o acolhimento familiar e a adoção, mas também pelo facto das C/J com problemas de deficiência mental e problemas graves de comportamento ou com medidas tutelares educativas aplicadas terem sido integradas em instituições especializadas (Lares de Apoio/Lares Residenciais, Lares Especializados e Centros Educativos).

Em Portugal, a institucionalização de C/J começa a ser entendida como parte integrante do sistema de promoção e proteção, cujo objetivo é garantir uma resposta qualificada e adaptada às necessidades dos menores em perigo. Desta forma, as instituições de acolhimento foram alvo de mudanças estruturais e de funcionamento

interno, passando a Segurança Social a exercer uma maior supervisão e controlo neste tipo de instituições (Rodrigues et al., 2013).

Reportando o que foi mencionado anteriormente, acerca da mudança de paradigma, para o nosso país e com o objetivo de qualificar a resposta de acolhimento institucional prolongado, em 2007 foi decretado em Diário da República, a criação, a nível nacional, do Plano DOM.

Este programa previa o reforço das equipas técnicas dos LIJ (Técnicos Superiores de Serviço Social e Educação Social e Psicólogos), numa aposta clara nas competências técnicas dos recursos humanos das instituições no sentido da educação e desinstitucionalização segura e em tempo útil das C/J acolhidas (Despacho n.º 8393/2007, de 10 de maio), bem como “la aplicación práctica de un modelo familiar en el sistema de protección infantil” (Rodrigues et al., 2013, p. 13). Este Plano surge como “uma medida para atingir as metas definidas no Plano Nacional de Apoio à Inclusão: a diminuição em 25% de jovens acolhidos” (Reis & Castro, 2012, p. 35).

Fez-se uma aposta na formação/especialização/profissionalização e reforço de equipas técnicas multidisciplinares que trabalham nas instituições de acolhimento, bem como na diminuição do rácio técnico/educador-criança/jovem, e procurou-se ainda diminuir a existência de instituições de grandes dimensões, tentando desta forma aproximar o acolhimento institucional a um modelo familiar onde a C/J “pudesse usufruir de uma relação de afeto e segurança que potenciase o seu desenvolvimento integral” (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005; Gomes, 2010, p. 87).

As equipas técnicas e educativas das instituições abrangidas pelo Plano DOM foram alvo de uma grande aposta ao nível formativo, tendo estas acompanhamento pela Equipa Local DOM (pertencente ao Centro Distrital de Segurança Social) e Supervisão externa, com regularidade, de forma a garantir a qualidade da intervenção técnica (Pires, 2011). Foi igualmente criado e divulgado o Manual de Processos-chave do LIJ, no sentido de implementação dos sistemas de gestão da qualidade nos LIJ abrangidos pelo Plano DOM, com o objetivo principal de “melhoria permanente da qualidade do serviço prestado e da sustentabilidade da própria organização” (ISS, I.P., 2006, p.6).

É imprescindível apostar na formação dos profissionais que trabalham com estas C/J, uma vez que, se a instituição surge como uma alternativa à família de origem dos menores, esta deve promover condições de desenvolvimento, bem-estar e autonomia e os seus profissionais devem estar conscientes do papel que desempenham e terem formação especializada na função que executam (por

exemplo, na avaliação, programação e aplicação de técnicas mais terapêuticas) (Cermak & Groza, 1998, McKenzie, 1997, Sherchory & Sommerfeld, 2007, cit. por Alberto, 2003; Bravo & Del Valle, 2009a).

Rodrigues et al. (2013) no seu estudo apontam alguns constrangimentos que impediram que o modelo familiar (acolhimento em pequenas residências, valorização do papel das crianças e da sua individualidade) fosse adotado nos LIJ portugueses, nomeadamente, pelo facto da existência de lares de grandes dimensões, onde a aplicação do modelo familiar “choca” com as estruturas físicas dos lares (arquitetura e tamanho dos edifícios), bem como com a resistência institucional perante as mudanças de organização e funcionamento interno e os custos económicos a que este modelo obriga.

Em Portugal, tem-se vindo a verificar algumas intenções de aplicação do modelo familiar nos LIJ, embora se mantenham algumas práticas contraditórias com a filosofia deste modelo, tais como, a segregação das C/J pelo género (quase metade das instituições em Portugal são masculinas ou femininas) e pela idade, a imposição de regras institucionais bastante rígidas e a falta de formação específica das equipas educativas. Apesar destas limitações, importa reforçar o esforço de algumas instituições que apostam na abertura à comunidade, realizam um trabalho de maior proximidade com as famílias e valorizam as questões do bem-estar emocional das C/J acolhidas (Rodrigues et al., 2013).

O Plano DOM previa igualmente que, a médio prazo, os acordos de cooperação entre os LIJ e a Segurança Social fossem criados ou revistos com o objetivo dos lares se tornarem unidades residenciais de pequenas dimensões, já que iriam receber menos C/J. Contudo, a crise económica e as limitações financeiras que se verificaram no nosso país, impediram a continuidade deste projeto, colocando em causa, em alguns LIJ, a manutenção das equipas técnicas multidisciplinares. Em setembro de 2011, centenas de técnicos terminaram a sua colaboração com as instituições.

Em julho de 2012, o Plano DOM foi substituído pelo Programa SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), que previa a continuidade do trabalho desenvolvido pelas equipas do Plano DOM, e tinha como objetivo principal a especialização da rede dos LIJ, procurando-se através da sua educação, segurança, sentido de identidade e autonomia, diminuir o tempo de institucionalização (Despacho n.º 9016/2012, de 4 de julho).

Este novo projeto teve uma fase piloto em três instituições e prevê três tipos de lares distintos, tendo em conta a sua especialidade: do tipo generalista (para C/J no geral), do tipo terapêutico e especializado em problemas de comportamento e em problemas de saúde mental. Até à data, e passado já mais de ano e meio desde o início do Plano SERE +, a questão dos lares especializados ainda é muito incipiente, não se tendo avançado ainda da fase piloto de aplicação do projeto (Rodrigues et al., 2013).

Relembrando as características da população acolhida, abordada no ponto anterior do presente estudo, verificamos que a especialização dos lares se deve ao facto do aumento bastante expressivo do número de C/J acolhidas com problemas de saúde mental, atrasos cognitivos, necessidades educativas especiais, dependência de substâncias ou graves problemas comportamentais. Esta nova realidade da população acolhida, requer que o acolhimento especializado tenha instalações, equipas e recursos técnicos adequados às características e necessidades destas C/J (Rodrigues et al., 2013).

De modo a promover um acolhimento em instituição assente na qualidade, Del Valle e Fuertes (2000, cit. por Gomes, 2010) referem alguns princípios fundamentais para alcançar este objetivo: ter em conta as necessidades específicas das C/J, procurando-se desenvolver um programa de intervenção individualizado, isto é, ter em conta a sua individualidade; respeitar os direitos das C/J e suas famílias; apostar na formação/escolarização adequadas a cada C/J; responder às suas necessidades básicas (conforto, alimentação, vestuário, etc.), bem como proporcionar o acesso a cuidados de saúde; proporcionar às C/J uma vida o mais similar possível das que vivem num ambiente familiar, devendo-se promover um ambiente reparador e terapêutico; trabalhar com as C/J no sentido destas desenvolverem competências de autonomia; e trabalhar com as famílias com vista à reintegração familiar, se possível.

Torna-se imprescindível que o Acolhimento Institucional seja reestruturado de forma a ter capacidade de responder às necessidades e características específicas de cada C/J, “proporcionando-lhes um desenvolvimento integral e integrado” (Gomes, 2010, p. 87), pois só desta forma é que o acolhimento tem maiores probabilidades de ser eficaz.

II. ADOLESCÊNCIA E AUTONOMIA

A adolescência é hoje considerada como um período de vida entre a infância e a vida adulta e tem início com os primeiros indícios físicos da maturidade sexual e termina com a realização social da situação de adulto independente (Silva, 2004; Ferreira & Nelas, 2006; Alves, 2007). Na fase da adolescência verificam-se as mais intensas transformações biopsicossociais (ao nível cognitivo, comportamental, social e emocional) (Reichert & Wagner, 2007). O desenvolvimento dos jovens surge das “interações recíprocas e dinâmicas entre o indivíduo e os contextos envolventes”, sendo nesta interação que ocorre o processo de aquisição de competências (sociais, de controlo emocional e de resolução de problemas, linguísticas e académicas) (Dirección General de acción social del menor y la familia, 2002, cit. por Alves, 2007, p. 42).

É um período que merece especial atenção uma vez que esta transição entre a infância e a idade adulta, aliada ao facto de ser um período de consolidação das identidades pessoal, psicossocial e sexual (Coimbra de Matos, 2002, cit. por Vicente, 2009), “pode resultar ou não em problemas futuros para o desenvolvimento de um determinado indivíduo” (Ferreira & Nelas, 2006, p. 142). Erikson considerou como sendo um dos pontos críticos da adolescência, a resolução da crise da identidade pessoal, tornando-se esta a principal tarefa deste estágio. “O conceito que possuímos do eu – a forma como nos vemos a nós mesmos e o modo como somos vistos pelos outros – constitui a base da nossa personalidade adulta” (Srinthall & Collins, 1999, p. 199).

De acordo com Fleming (2005), a autonomia, a individualidade e a construção da identidade são importantes tarefas a desenvolver na fase da adolescência, estando estes intimamente ligados e interdependentes. De forma a especificar esta transição para a vida adulta, podemos apontar alguns fatores determinantes, tais como, “o acesso do jovem ao mercado de trabalho, o abandono ou término dos estudos ou o início de uma vida de casal” (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005, p. 34), ter filhos e encontrar o seu próprio local de residência (Nilsen, 1998).

Contudo, tem-se constatado, nas últimas década, em Portugal, alguma incerteza e indefinição do futuro dos jovens, pelo facto de se verificar um prolongamento da adolescência e o adiamento da vida adulta, imposta pela própria sociedade, levando a que os jovens estejam sujeitos a maiores riscos, tanto ao nível da imprevisibilidade do futuro profissional, como ao nível do relacionamento

interpessoal (Pappámikail, 2010). A generalização do acesso ao ensino e a precarização das situações laborais, leva a um progressivo adiamento do processo de emancipação material/financeira dos jovens relativamente à sua família (Singly, 2005), o que origina, por sua vez, um adiamento “da constituição de unidades residenciais e/ou familiares autónomas dos jovens e a assunção da condição adulta (reinvestida por esta via de novos sentidos e significados)” (Pappámikail, 2004, p. 92).

Adolescência e Autonomia são, então, dois conceitos que surgem na literatura frequentemente associados, uma vez que esta última é considerada uma tarefa desenvolvimental característica deste período e é um elemento de transição entre a adolescência e a adultez (Havighurst, 1948, cit. por Noom, Dekovic, & Meeus, 2001). Existem diferentes concepções de autonomia na adolescência que apontam como características: separação-indivuação, maturidade psicossocial, capacidade de autorregulação, autocontrolo, autoeficácia, autodeterminação, capacidade de decisão e independência, daí a adolescência não poder ser definida unidimensionalmente (Noom et al., 2001; Soenens et. al., 2007; Zimmer-Gembeck & Collins, 2003).

Tendo em conta a multidimensionalidade da autonomia, alguns autores distinguem diferentes tipologias de autonomia: emocional, de valores/atitudinal e comportamental/funcional (Steinberg & Silverberg, 1986, Steinberg, 1999, cit. por Fleming, 2005; Noom et al., 2001).

A autonomia emocional está relacionada com sentimentos e emoções e abrange a perceção de independência emocional do adolescente relativamente aos pais e pares, traduzido no sentimento de segurança nas suas próprias escolhas e objetivos a atingir.

A autonomia ao nível dos valores/atitudinal está relacionada com a capacidade do jovem tomar decisões e de as concretizar nas diferentes áreas (por exemplo, política, religião, moral, etc.), havendo a perceção de competência, de controlo sobre as próprias escolhas e de responsabilidade.

Os adolescentes devem desenvolver as suas próprias opiniões e tomar decisões, isto é, a capacidade de escolher alternativas e definir objetivos, independentemente das ideias dos outros com quem interagem, em particular dos seus pais – autonomia comportamental/funcional.

Graça, Calheiros e Martins (2010, cit. por Neves, 2011), no estudo que realizaram de forma a adaptar para a versão portuguesa o «Questionário de Autonomia nos Adolescentes», verificaram que os jovens mais velhos (15- 18 anos) apresentam níveis superiores de autonomia em todos os tipos de autonomia

relativamente a jovens com idades inferiores (12-14 anos). Noom et al. (2001) referem que a autonomia atitudinal e emocional aumentam com a idade, contudo não existe correspondência entre a autonomia funcional e a idade. Os rapazes evidenciam uma percepção mais positiva da sua autonomia funcional e atitudinal do que as raparigas.

Steingberg (1999, cit. por Fleming, 2005) distingue autonomia de independência, uma vez que apesar da independência fazer parte da autonomia, tornar-se autónomo é mais do que tornar-se independente: independência refere-se à capacidade dos adolescentes agirem por si próprios, enquanto autonomia significa pensar, sentir e tomar decisões morais, independentemente da percepção dos outros, e desenvolve-se através das relações estabelecidas com a família, grupo de pares e pessoas exteriores à família (Fleming, 2002; Pappámikail, 2010; Reichert & Wagner, 2007; Singly, 2005).

Fleming (1997, cit. por Ferreira & Nelas, 2006, p. 151) corrobora esta ideia, acentuando, então, a “importância das vivências emocionais com os pares e outros adultos significativos (...) auxiliares do processo de separação-individação, permitindo em simultâneo a manutenção de fortes laços vincutivos aos pais (...) onde os pais funcionam como porto de abrigo seguro”. Na adolescência, verifica-se, então, a separação pais-filhos, geradora de conflitos internos à família (conflitos estes inevitáveis e estruturantes) e conseqüentes transformações relacionais, sendo necessário delimitar-se novas fronteiras. “A fase de separação é um processo extremamente complexo e a sua realização requer que os objetivos das fases anteriores tenham sido atingidos”, ou seja, os adolescentes apenas poderão separar-se dos laços familiares, quando tiverem estabelecido e interiorizado relações íntimas (que sejam confiantes e recíprocas) com os membros da família, substituindo-os por ligações extra familiares significativas (Ferreira & Nelas, 2006, p. 155).

A família assume, assim, o importante papel de ajudar os adolescentes, até então dependentes, a prepararem-se para serem indivíduos autónomos e para desempenharem os diferentes papéis adultos com sucesso. Para além da família, também o grupo de pares assume um importante papel nesta fase, uma vez que permite aos jovens vivenciarem experiências de aprendizagem no âmbito da aquisição/manutenção de contactos sociais, facilita a diluição de inseguranças, resolução de conflitos, expressão de emoções e partilha de dúvidas (Alves, 2007).

III. A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO PROMOTORA DA AUTONOMIA NA ADOLESCÊNCIA

Atualmente, os adolescentes representam o grupo mais numeroso da população acolhida em instituições. Na Europa tem-se verificado um aumento bastante significativo do número de jovens que são acolhidos nos LIJ e ali permanecem até à maioridade ou mesmo após os 18 anos, pois solicitaram a prorrogação da medida de promoção e proteção. Esta nova mudança no sistema de proteção é também observável em Portugal e Espanha.

Analisando a realidade espanhola, constatamos que o acolhimento institucional se especializou, sobretudo, em duas grandes áreas: em problemas de comportamento e na preparação/apoio na transição dos jovens para uma vida adulta (Rodrigues et al., 2013). Esta última área de especialização prevê a criação de residências de autonomia, através da integração de um pequeno grupo de jovens em apartamentos, inseridos na comunidade, e onde é feita a preparação para a vida autónoma. Os jovens integrados nos apartamentos assumem todas as responsabilidades inerentes à organização doméstica e convivência entre si, com o mínimo apoio educativo (Bravo & Del Valle, 2009a). Em Portugal, a especialização dos LIJ proposta pelo Plano SERE +, não contempla a área da promoção da autonomia dos jovens.

Estes jovens apresentam algumas dificuldades ao nível das competências pessoais e sociais necessárias ao seu prematuro processo de autonomização (Patrício & Calheiros, 2012), tendo em conta a sua história de vida passada, a sua experiência de institucionalização, entre outros fatores (problemas emocionais, sentimentos de baixa-auto-estima e baixa autoconfiança, escassa rede de apoio social, etc.). Muitos jovens institucionalizados confrontam-se com o momento de ter de viver de forma autónoma (mais precocemente do que a maioria dos jovens da sua idade), sem ter tido a oportunidade de adquirir maturidade suficiente e as necessárias competências para o fazer (Daining & DePanfilies, 2007).

São jovens que se encontram mais suscetíveis a situações de desemprego, baixa escolaridade, sem-abrigo, parentalidade precoce, comportamentos de risco e desviantes, delinquência e a terem problemas de saúde mental, tal como depressões ou doenças psiquiátricas, após a saída das instituições (Calheiros et al., 2013). Assim, é imprescindível que haja uma intervenção intensiva com o objetivo de superar estas dificuldades e preparar os jovens para a transição do sistema de acolhimento para a vida autónoma (Bravo & Del Valle, 2009b), potenciando e otimizando todo o processo

de crescimento e individuação/autonomia das C/J, a sua capacidade de tomar decisões, bem como de resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social.

Antes de mais, importa distinguir dois conceitos: autonomia e autonomização. Assim, segundo Gomes (2010, p. 196), a autonomia é definida como a “capacidade de assumir responsabilidade individual pelos assuntos e opções próprias; não se refere apenas ao nível económico e físico, mas também à afetividade e capacidade de assumir valores, juízos e decisões próprias”. Autonomização é a fase final da intervenção sobre a autonomia, que leva o jovem a refletir e a desenvolver estratégias, tendo como objetivo a sua saída do Lar e sua consequente plena autonomia de vida. A autonomização surge, então, como alternativa de integração do jovem na família, sendo este o PV a concretizar.

É objetivo do Acolhimento Institucional proporcionar aos jovens um nível de autonomia adequado à sua idade, trabalhando-se simultaneamente, aspetos do seu desenvolvimento biopsicossocial. Desta forma, a promoção da autonomia permite ao jovem controlar o seu comportamento (auto e heterocontrolo) e adquirir o sentido de responsabilidade das suas próprias ações (Hermosa et al., 1998), isto é, a intervenção efetuada com vista ao desenvolvimento da autonomia deve ser feita numa perspetiva de empowerment, ou seja, na capacitação da C/J que é esta quem detém o controlo da sua própria vida.

A autonomia em contexto residencial é concretizado através de um treino de competências que proporciona à C/J fazer “aquisições potenciadoras para atingirem, nos vários patamares de desenvolvimento, competências e comportamentos que o conduzam a uma autonomia plena”. De forma a atingir este objetivo, torna-se necessário considerar dois níveis de intervenção: a nível socioafetivo (relacionado com o sentir e pensar) e a nível comportamental (desenvolvimento de competências práticas). Embora estes dois níveis sejam distintos, estão relacionados entre si, sendo que quando se intervém num nível, estamos a trabalhar no outro também (Gomes, 2010, p. 197).

Hermosa et al. (1998) corroboram a opinião da autora, ao afirmar que uma das melhores formas de aquisição de competências de autonomia e a assunção de responsabilidades passa pela aprendizagem prática de tarefas pelo jovem, tendo em conta as suas capacidades, nomeadamente, tarefas domésticas, de gestão dos seus pertences pessoais e gestão do dinheiro.

Estes autores propõem que a intervenção em instituições esteja centrada: na organização interna da mesma, de forma a esta ser facilitadora do desenvolvimento da autonomia e de comportamentos positivos; nas responsabilidades dos adultos e dos jovens deverem estar clarificadas, de forma a que os adolescentes possam tomar as suas próprias decisões e assumir as responsabilidades que lhes foram atribuídas; na organização da rotina da instituição, transmitindo assim ao jovem um sentido de ordem e previsibilidade, podendo ajustar o seu comportamento ao respeito pelas mesmas; no estabelecimento dos direitos, deveres e responsabilidades no âmbito das relações interpessoais; na coerência e consistência da atuação dos profissionais, entre outras.

Assim, a intervenção deve ser centrada em várias áreas específicas, definidas com o jovem, tais como: competências necessárias à vida em geral (por exemplo, saber procurar informações e recursos na comunidade, responsabilidade pela sua situação de saúde, gestão financeira, gestão doméstica,...); competências necessárias ao relacionamento interpessoal (estabelecer relações com pessoas significativas, participação em atividades da comunidade, apoio na resolução de problemas e gestão de conflitos,...); e competências necessárias para situações específicas (experiências pré-profissionais em períodos de férias, ocupação equilibrada dos tempos livres, apoio na integração no mercado de trabalho,...) (Gomes, 2010).

Barth, Greeson, Zlotnik e Chintapalli (2009, cit. por Pires, 2011) reconhecem a importância do desenvolvimento de programas de promoção de competências de autonomia direcionados para os jovens institucionalizados. Georgiades (2005, cit. por Pires, 2011, p. 29) partilha da opinião dos autores citados anteriormente, afirmando que os “jovens acolhidos que nunca integraram programas de competências de autonomia de vida dependem mais da ajuda financeira pública do que jovens que participaram em programas de autonomia”.

Destacamos o Programa Umbrella como proposta de um programa específico para o desenvolvimento de competências sociais e de autonomia nos jovens em acolhimento institucional e de preparação para a autonomização plena, com a saída da instituição. Esta proposta de intervenção inclui diferentes tipos de tarefas, exercícios e temas a desenvolver de diferentes áreas da vida adulta, como a educação, o trabalho, o dinheiro, a saúde, etc. A utilização do programa deve ser sistemático, coerente e baseado na realidade de cada caso (tendo em conta a idade e nível de desenvolvimento do jovem). Em suma, o programa visa capacitar o jovem, como pessoa competente que é, e que este tenha consciências das suas fragilidades

e potencialidades no momento de entrar na vida social como adulto independente (Bravo & Del Valle, 2009b).

Existem instituições que evidenciam uma atitude paternalista defendendo a não sobrecarga dos jovens ao nível das responsabilidades e tarefas de aprendizagem, sendo que estas colocam os jovens numa nova situação de risco quando cessar a intervenção protetora da instituição. Um outro constrangimento prende-se com o facto do processo de autonomia dever ser acompanhado por recursos e programas comunitários de apoio na saída (bolsas de estudo de forma a continuar os estudos, apoio no arrendamento de habitação, programas de acompanhamento técnico, entre outros), o que na prática não se verifica (Bravo & Del Valle, 2009b).

Para que o objetivo da intervenção seja alcançado, importa referir o papel imprescindível dos profissionais nesta tarefa, uma vez que estes assumem-se como modelos de referência para os jovens, são impulsionadores da aquisição das competências e são supervisores das evoluções. Aliado à autonomia dos jovens importa reforçar o esforço acrescido que este acompanhamento e aplicação dos programas implicam por parte dos profissionais.

De forma a preparar os jovens, que viveram anos em contexto institucional, para um processo de autonomização, existem duas respostas específicas que estes poderão integrar: o Apartamento de Autonomização e a medida de Apoio para a Autonomia de Vida.

O Apartamento de Autonomização é uma resposta desenvolvida em equipamento fisicamente autónomo do Lar, inserido na comunidade local, e destina-se a “apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem os recursos existentes nos espaços territoriais” (Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março; Teso, 2006, cit. por Neves, 2011, p. 2). Os jovens que integram o Apartamento de Autonomização mantêm a medida de acolhimento institucional. Este equipamento é gerido pelos residentes, sem a presença permanente de um adulto. Todas as tarefas são executadas pelos residentes, embora com supervisão do técnico responsável. Os jovens devem estar integrados na escola ou formação profissional ou no mercado de trabalho, embora não tenham rendimentos suficientes para assumirem todas as despesas inerentes a uma vida independente.

Destacamos um outro programa de preparação de vida independente dirigido a jovens acolhidos em instituições de acolhimento prolongado – o Programa de Residências e Apoio à Integração de Adolescentes (RAIA) da casa Pia de Lisboa (em

colaboração com o Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS/ISCTE- IUL) e a Dartington Internacional). Este programa de intervenção desenvolve-se em apartamentos integrados na comunidade, nos quais vivem grupos de jovens, com supervisão técnica, e funcionam como um período de aprendizagem para o adolescente, já que este tem a oportunidade de adquirir competências de vida e conhecimentos imprescindíveis à sua integração social, ou seja, o programa constitui-se como “promotor de uma transição para o exercício da cidadania e, simultaneamente, como um apoio seguro na construção e implementação de um projeto de vida autónomo” (Calheiros et al., 2013, p. 257).

O programa RAIA incide na capacitação de cada jovem, com o qual é desenvolvido um projeto de desenvolvimento pessoal e social que abrange diferentes áreas, tais como, a gestão do tempo, recursos cognitivos, recursos sociais e de suporte, competências de autogestão, competências sociais e interpessoais e regulação do self.

Tendo em conta a revisão bibliográfica efetuada, constatámos, igualmente, a existência de programas de preparação para a vida independente a nível internacional, atualmente a serem desenvolvidos pelos próprios Estados dos países, como processo de desvinculação dos jovens do sistema de acolhimento (Alves, 2007; Loman & Siegel, 2000) e que abrangem as áreas da educação, emprego e habitação (Daining & DePanfilis, 2007).

O Apoio para a Autonomia de Vida é uma medida prevista na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro e está incluída nas medidas em meio natural de vida; é aplicada a jovens com idade superior a 15 anos ou inferior quando se trate de mães adolescentes e caracteriza-se por “apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação” (art.º 45º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), que visa proporcionar a autonomização e desenvolvimento das necessárias competências, capacidades e sentido de responsabilidade, nos contextos escolar, profissional e social, bem como ao fortalecimento de relações com os outros e consigo próprio (Delgado, 2006; Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro).

Continua-se a verificar um claro desinvestimento por parte do Estado na criação e aplicabilidade destas respostas, havendo um número reduzido de Apartamentos de Autonomização a funcionar no País e a medida de Apoio para a Autonomia de Vida é, em casos residuais, aplicada aos jovens, uma vez que esta acarreta despesas ao nível do apoio económico e técnico (Delgado, 2006).

O Centro de Estudos Territoriais do ISCTE elaborou um estudo para o Instituto de Segurança Social. I.P., em 2005, que visou caracterizar o percurso de vida de jovens que estiveram institucionalizados após a sua saída dos LIJ, com enfoque no processo de autonomização familiar, social e profissional. Neste estudo participaram 25 jovens e foi possível constatar que na maioria dos casos, o momento da saída do jovem da instituição ocorreu sem preparação prévia e sem qualquer acompanhamento posterior, chegando mesmo a haver jovens que não desejavam ter saído da instituição, embora tenham sido pressionados a fazê-lo.

“Os sentimentos de saída são contraditórios, onde o jovem identifica a sensação de se libertar do compromisso com a instituição mas, simultaneamente, insiste na sensação de abandono e solidão” (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005, p. 89). Jovens com uma vinculação insegura, procuram muitas vezes conforto nas sensações de realização pessoal, autoridade sobre si e sobre as suas próprias decisões. Contudo, esta procura constante de autonomia/independência são reveladores da insegurança e fragilidade destes jovens, que não têm capacidade de superar barreiras de forma adaptativa. Para a maioria dos jovens que saíram das instituições dá-se um completo afastamento/rutura com o espaço físico, com os profissionais e com os colegas.

PARTE II – PROJETO EMPÍRICO

I. QUESTÃO E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

No que diz respeito à investigação podemos defini-la como “um estudo sistemático em busca de conhecimentos e respostas em relação a um determinado objeto com o fim de incorporá-lo, de maneira comunicável e comprovável, a um corpo de conhecimento que se dispõe em uma dada área de reflexão” (Baptista, 2001, p. 31).

Numa primeira etapa do processo de pesquisa, há que organizar um projeto, o qual passa pela definição de uma questão de investigação preliminar (que representa a interrogação face ao domínio do estudo) (Moreira, 1994; Fortin, Vissandjée, & Côte, 2000).

Tendo em conta o enquadramento conceptual que organizou a investigação, previa-se que o Plano DOM tivesse originado algum impacto (positivo) na promoção de competências de autonomia nos jovens institucionalizados, daí ter sido delineada para este projeto a seguinte questão de investigação:

- Qual é a perceção dos diretores técnicos, técnicos, educadores e jovens acolhidos relativamente à intervenção no âmbito da promoção e desenvolvimento de competências de autonomia junto dos jovens institucionalizados em Lares de Infância e Juventude, antes e após a implementação do Plano DOM?

Procedeu-se, paralelamente, à definição da questão de estudo, à revisão e análise bibliográfica especializada na temática do presente projeto, sendo este um passo preliminar essencial no projeto de pesquisa, uma vez que se torna “necessário reunir e analisar, o melhor possível, o que já se conhece sobre o assunto” (Almeida & Freire, 2008, p. 41), com o objetivo de enriquecer a justificação que sustenta a questão de investigação.

Há, também, que definir objetivos (que são as metas que o investigador pretende alcançar) pois estes têm uma importância decisiva já que orientam todo o processo de pesquisa (Carmo & Ferreira, 1998).

Assim, definiram-se como objetivos gerais do presente projeto:

- Conhecer a perceção dos diretores técnicos, equipa técnica, equipa educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida nos LIJ para a promoção de competências de autonomia dos jovens acolhidos;
- Compreender de que forma a implementação do Plano DOM nos LIJ levou a mudanças na promoção da autonomia dos jovens institucionalizados.

No sentido de sustentar a análise destas percepções no âmbito da promoção das competências de autonomia dos jovens institucionalizados e da sua relação com a implementação do Plano DOM nos LIJ, aos objetivos gerais da investigação foram adicionados objetivos específicos, nomeadamente:

- Conhecer de que forma os LIJ proporcionam aos jovens oportunidades de aprendizagem de competências de vida autónoma;
- Verificar se existem constrangimentos institucionais impeditivos da promoção das competências de autonomia nos jovens institucionalizados;
- Analisar as diferenças entre o trabalho desenvolvido no âmbito da autonomia em LIJ femininos ou masculinos;
- Identificar as principais alterações ocorridas no âmbito da promoção da autonomia dos jovens institucionalizados após a implementação do Plano DOM nos LIJ, analisando a intervenção numa perspetiva temporal (antes e após o Plano DOM);
- Comparar as percepções dos diretores técnicos, equipa técnica e educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida no âmbito da autonomia junto dos jovens institucionalizados em LIJ.

II. METODOLOGIA

Após a primeira etapa do processo de pesquisa concluída, avançamos para a desenvolvimento do projeto, definindo-se os métodos e técnicas que se vão utilizar, selecionam-se as fontes de dados e as pessoas que se vão entrevistar ou observar e superam-se os eventuais problemas éticos que possam surgir.

Tendo em conta a questão de investigação e os objetivos deste estudo, será utilizada uma metodologia qualitativa. Nos últimos anos, a modalidade de investigação qualitativa tem vindo a ganhar importância tendo em conta a maior abrangência da sua análise e do número de variáveis que procura abarcar (Almeida & Freire, 2008), já que permite fazer uma recolha sistemática de dados e não quantificar a informação obtida (Carmo & Ferreira, 1998; Guerra, 2010).

Na pesquisa qualitativa “procura-se a diversidade e não a homogeneidade e, para garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações de estudo” (Guerra, 2010, p. 41). Bogdan e Biklen (1994, p. 11) referem-se à abordagem qualitativa como “uma metodologia de investigação que enfatiza a

descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais". Para estes autores esta abordagem tende a assumir um forte cunho descritivo e interpretativo.

Importa fazer referência ao respeito por princípios de ordem ética no âmbito da investigação. Deste modo, os indivíduos que participam no estudo devem ser informados corretamente dos objetivos e finalidade da investigação, bem como em que consiste a sua participação (daí ser necessário obter um consentimento escrito, livre e esclarecido da parte dos sujeitos) e é imprescindível proteger as fontes, sendo o direito "à confidencialidade respeitado se a identidade do sujeito não puder ser associada às respostas individuais" (Fortin, Prud'homme-Brisson, & Coutu-Wakulczyk, 2000, p. 117).

2.1. Participantes

Remetendo-nos para o presente projeto, definimos como população os diretores técnicos, elementos da equipa técnica e educativa e jovens institucionalizados de 10 LIJ de um distrito da zona Centro que foram abrangidos pelo Plano DOM e que se encontram atualmente abrangidos pelo plano SERE +. Na impossibilidade de realização das entrevistas a todos os sujeitos, foi necessário definir uma amostra.

Recorreu-se à técnica de amostragem não probabilística por conveniência, já que a amostra não se constituiu por acaso, uma vez que os elementos são escolhidos onde os dados para o estudo estão a ser recolhidos. Estas amostras não podem ser consideradas representativas da população (Carmo & Ferreira, 1998). Contudo, a amostragem por conveniência "pode ser usada com êxito em situações nas quais captar ideias gerais, identificar aspetos críticos pode ser mais importante do que a objetividade científica, como é o caso da realização de pré-testes" (Vicente, Reis, & Ferrão, 1996, p. 64).

Assim, a nossa amostra foi constituída por 4 diretores técnicos, 4 elementos da equipa técnica, 4 elementos da equipa educativa e 4 jovens institucionalizados de 4 LIJ, perfazendo um total de 16 entrevistas realizadas, que foram fundamentais para atingir os objetivos a que nos propusemos.

Tabela 1 – Dados gerais dos LIJ

	População acolhida	Capacidade do LIJ	N.º de crianças/jovens acolhidos ¹	Idade			N.º PV de Autonomização
				12-16 anos	17-20 anos	>21 anos	
LIJ 1	Masculina	65	42	19	19	1	11
LIJ 2	Feminina	30	19	9	10	4	10
LIJ 3	Masculina	40	30	15	10	1	20
LIJ 4	Feminina	30	21	14	4	0	17
Total		165	112	100	6		58

De acordo com as informações recolhidas junto dos diretores técnicos, do total de 112 crianças/jovens acolhidos, os LIJ masculinos são os que têm atualmente maior número de crianças/jovens comparativamente aos LIJ femininos, prevalecendo o acolhimento maioritariamente de adolescentes. Cerca de 52% das C/J acolhidos têm definido como PV a autonomização.

Existem 6 jovens adultos que apesar de terem atingido os 21 anos, continuam a usufruir do apoio prestado pelos LIJ no qual estiverem acolhidos, devido ao facto de não terem retaguarda familiar, evidenciarem dificuldades de inserção profissional, dificuldades financeira e défice cognitivo. Destes jovens 4 integram os apartamentos de semi-autonomia/autonomia dos LIJ já que não se conseguiram ainda autonomizar de forma plena e segura.

Relativamente aos jovens entrevistados, e uma vez que se pretendia analisar a intervenção nos LIJ no âmbito da autonomia antes e após a implementação do Plano DOM (que teve início em 2008), foram selecionados os que estavam acolhidos antes dessa data. A idade média destes jovens é de 20,5 anos (2 são maiores de 21 anos) e o tempo médio de institucionalização é de 12 anos, sendo que 2 dos jovens estudam e 2 estão inseridos no mercado de trabalho.

No que concerne aos profissionais entrevistados que trabalham nos LIJ e no que diz respeito à formação profissional de base dos diretores técnicos e elementos da equipa técnica, a maioria (7) tem formação na área social (Serviço Social, Psicologia, Educação Social), sendo um único sujeito da área da Educação (Educação de Infância). Quanto ao tempo de experiência dos funcionários dos LIJ entrevistados na área do Acolhimento Institucional (diretores técnicos, elementos da equipa técnica e

¹ O número de C/J acolhidos não inclui os jovens maiores de 21 anos que ainda são apoiados pela Instituição, uma vez que a medida de promoção e proteção aplicada já cessou.

educativa), a média é de 8,75 anos e no desempenho das suas funções atuais no LIJ é de 6,5 anos.

A média de funcionários (diretor técnico, equipa técnica, educativa e de apoio – cozinheiras, lavadeiras, auxiliares de limpeza -, administrativas, vigilantes, etc.) que exercem funções nos LIJ é de 16 pessoas. Evidenciamos que em ambos os Lares femininos, a equipa educativa reside permanentemente, partilhando as instalações com as crianças/jovens acolhidas. No LIJ 2, a equipa técnica e educativa são as únicas que pertencem somente ao LIJ, uma vez que a equipa de apoio e restantes funcionários pertencem à sede da instituição, exercendo funções pontuais no LIJ.

2.2. Instrumentos

Tendo em conta o enfoque teórico e os objetivos delineados para a investigação, para a recolha de informação optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas.

A utilização da técnica da entrevista é recomendável nos casos em que o “investigador tem questões relevantes, cuja resposta não encontra na documentação disponível” ou “deseja ganhar tempo e economizar energias recorrendo a informadores qualificados como especialistas no campo da sua investigação” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 128), isto é, “informadores suscetíveis de comunicar as suas perceções da realidade através da experiência vivida” (Guerra, 2010, p. 48). Alguns autores afirmam que a qualidade da relação que é estabelecida entre entrevistador e entrevistado determina a qualidade dos dados recolhidos (Moreira, 1994).

Optámos por construir entrevistas semi-estruturadas, uma vez que o entrevistador, embora possua um referencial de perguntas-guia, faz sempre certas perguntas principais mas é livre de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões em busca de mais informações, podendo desta forma “adaptar este instrumento de pesquisa ao nível de compreensão e recetibilidade do entrevistado” (Moreira, 1994, p. 133; Quivy & Campenhoudt, 1992).

No que diz respeito ao guião da entrevista, e com o objetivo de dar espaço às formas de narração do entrevistado, este é geralmente estruturado em grandes capítulos, desenvolvendo-se, dentro de cada um deles, questões. Nos guiões também pode haver uma parte fechada e objetiva com a caracterização sumária dos entrevistados relativamente a alguns elementos essenciais para a pesquisa (Guerra, 2010). Para a investigação foram elaboradas 3 guiões de entrevistas distintos, tendo

em conta os diferentes intervenientes no estudo, embora com algumas questões comuns (anexos D, G e L).

De modo a assegurarmos que as respostas tenham possibilidade de corresponder à informação pretendida pelo investigador e de verificar a qualidade das perguntas e a razoabilidade da sua ordenação foram realizadas 4 entrevistas piloto.

De forma a aferir a clareza, pertinência e compreensão das questões e dificuldade na resposta dos entrevistados, após a realização das entrevistas, foi feita uma reflexão falada com os entrevistados, procedendo-se posteriormente a uma alteração nos guiões das entrevistas iniciais do diretor técnico e das equipas técnica/equipa educativa, nomeadamente na questão n.º 11 (Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM?) que foi alterada para “Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais) (anexos E e H).

Recorremos, igualmente, à análise de documentos cedidos pelos LIJ, nomeadamente, do Plano Anual de Atividades, dos Planos Sócio Educativos Individuais (PSEI)², dos Relatórios de Avaliação das Atividades, da planificação de projetos/programas implementados no âmbito da autonomia, do Regulamento Interno dos Apartamentos de Autonomia/ Semi-autonomia, entre outros, uma vez que os dados recolhidos através das entrevistas devem ser cruzados com outro tipo de informação proveniente de outras fontes de recolha de informação (por exemplo, da análise documental).

2.3. Procedimentos

Numa primeira fase, todos os LIJ foram contactados telefonicamente, a fim de aferir qual o contacto privilegiado para ser enviado o pedido de colaboração no projeto, tendo sido posteriormente remetido o pedido via email (anexo B). Dos 10 pedidos de colaboração no estudo, 4 LIJ responderam positivamente à colaboração neste estudo piloto: 2 LIJ femininos e 2 LIJ masculinos.

Após a resposta positiva foi efetuado o agendamento das entrevistas, tendo em consideração a disponibilidade dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas com autorização dos entrevistados, tendo sido entregue, no início das entrevistas, uma Declaração de Consentimento Informado

² O PSEI é constituído por um ou mais projetos de intervenção, que foram delineados tendo em conta as necessidades identificadas da C/J.

(anexo C) - documento que contempla os objetivos do estudo, os procedimentos metodológicos a utilizar e a garantia de confidencialidade dos dados recolhidos - que foi assinada pelos entrevistados e pela investigadora e datada. Com o intuito de garantir o anonimato dos LIJ e dos entrevistados todas as identificações serão omissas, tendo as entrevistas sido codificadas, bem como o LIJ e o entrevistado. Assim, as entrevistas têm 2 códigos: o código do LIJ – indica o LIJ no qual foi realizada a entrevista, identificado através de um número (ex. LIJ 1, LIJ 2, ...) - e o código da entrevista – indica o sujeito que foi entrevistado (DT- Diretor Técnico; ET – elemento da equipa técnica; EE – elemento da equipa educativa; J – jovem). Optámos, igualmente, por não especificar os locais citados durante as entrevistas.

Alguns entrevistados autorizaram a gravação áudio das entrevistas, que foram posteriormente transcritas integralmente, sendo que outros não autorizaram, pelo que foi feito o registo escrito das informações recolhidas. A duração das entrevistas foi de 20 a 40 minutos. As entrevistas foram realizadas numa sala do LIJ, na qual estiveram apenas presentes o entrevistado e a investigadora. As entrevistas foram realizadas entre 7 de janeiro e 5 de março de 2014.

2.4. Processo de análise dos dados

Recolhidos os dados, passamos para a sua codificação e análise, ou seja, há que organizar a informação recolhida de forma a facilitar a compreensão do seu significado. Nesta fase de finalização do trabalho de campo, o investigador tem uma ideia das questões mais significativas e sobre a forma como estes devem ser analisados e os resultados apresentados. É essencial que a análise dos dados seja sistemática, devendo as transcrições das entrevistas serem rigorosamente examinadas, embora nem todos os dados recolhidos exijam uma análise qualitativa aprofundada (Moreira, 1994).

A análise da informação recolhida foi feita através da análise de conteúdo com o objetivo de identificar as principais perceções/opiniões/ideias presentes no discurso dos entrevistados sobre os temas da entrevista. A análise de conteúdo designa-se como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2004, p. 37) e a sua aplicação “ocorre com dados provenientes de entrevistas, documentos ou outro tipo de registos” (Almeida & Freire, 2008, p. 25).

A principal tarefa nesta etapa será de categorizar os dados disponíveis “por forma a estabelecer relações que expliquem os acontecimentos” do estudo (Moreira, 1994, p. 103). Sempre que exista semelhança e sobreposição dos dados recolhidos, podem-se construir categorias que abranjam um amplo grupo de fenómenos; assim, os relatos escritos – resultantes das transcrições das entrevistas – “podem ser codificados linha a linha ou secção a secção, de acordo com as categorias construídas” (Moreira, 1994, p. 104). Em suma, a codificação tem por objetivo “fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (Bardin, 2004, p. 112).

A análise de conteúdo das entrevistas teve por base a conjugação de duas técnicas:

- a inclusão de categorias/sub-categorias que resultaram de uma análise flutuante do discurso dos entrevistados, com a repetição de argumentos e ideias;
- a inclusão de categorias/sub-categorias que foram definidas à priori, tendo em conta a revisão bibliográfica efetuada.

III. RESULTADOS

3.1. *Apresentação e discussão dos resultados*

Após a definição das categorias e subcategorias, os dados constantes das entrevistas foram analisados e organizados através do programa QSR Nvivo 10 (programa informático de análise de dados qualitativos). Serão apresentados alguns extratos dos discursos dos entrevistados de forma a ilustrar os significados atribuídos pelos sujeitos. Ao longo do texto, as dimensões, as categorias e as subcategorias surgem em itálico ou em colunas próprias nos quadros que sintetizam a informação e as citações entre aspas.

No sentido de tornar a apresentação dos resultados mais clara e sucinta, destacamos apenas as categorias ou subcategorias mais expressivas de cada dimensão, apenas enfatizando categorias ou subcategorias menos representativas quando se verificar a sua pertinência ou relevância bibliográfica.

Da análise de conteúdo das 16 entrevistas, foram definidas 8 dimensões, agrupando-se as características comuns dos seus elementos, tendo sido assinaladas 283 unidades de registo.

Tabela 2 – Dimensões resultantes da análise de conteúdos das entrevistas

Dimensões	N.º de Referências
Diagnóstico de necessidades	29
Promoção de competências	55
Obstáculos institucionais	30
Perceção do impacto da intervenção	94
Definição de autonomia	8
Perspetivas de futuro dos jovens após saída do LIJ	10
Perceção do impacto do Plano DOM	42
Intervenção pré-Plano DOM	15
Total de referências	283

Da interpretação da Tabela 2, podemos verificar que a dimensão *Perceção do impacto da intervenção* foi a mais mencionada pelos entrevistados (33,2%), seguida pela *Promoção de competências* (19,4%). A dimensão *Perceção do impacto do Plano DOM* foi a terceira mais referida, tendo sido mencionada 42 vezes (14,8%).

Apresentamos de seguida, com maior detalhe, os resultados obtidos.

a) Diagnóstico de necessidades dos jovens

Os jovens acolhidos em LIJ têm as mesmas necessidades de aprendizagem de competências de vida diária do que os jovens que se encontram integrados nas famílias (Loman & Siegel, 2000), daí a importância de proporcionar oportunidades de aprendizagem de competências de vida autónoma nos lares (Colca & Colca, 1996, cit. por Calheiros et al., 2013), como tarefa imprescindível na fase de transição para a vida independente.

Tabela 3 – Categorias inerentes ao Diagnóstico de necessidades dos jovens

Categorias	Subcategorias	N.º de referências	
Atividades da vida diária	Gestão do tempo	3	20
	Gestão de recursos	9	
	Gestão pessoal	8	
Inerentes aos jovens	Desmotivação	1	7
	Limitação cognitiva	1	
	Caraterísticas pessoais	5	

Formação profissional			1
Inexistentes			1
Total de referências			29

Para esta dimensão, os resultados revelam que é na área das *atividades da vida diária* (69%) que os jovens evidenciam maiores necessidades, nomeadamente na *gestão dos recursos*³ (referida 9 vezes) e na *gestão pessoal*⁴ (referida 8 vezes).

Quanto à gestão de recursos, os sujeitos enunciam, por exemplo, algumas necessidades específicas: DT – “correta gestão do seu dia-a-dia”; ET - “desenvolvimento de competências ao nível da gestão doméstica, procura ativa de emprego e articulação com serviços/recursos”; “são feitas atividades no sentido de aprenderem a gestão da vida quotidiana: treino de cozinha, cuidados com roupas, gestão financeira, cuidados com a casa e técnicas de procura de emprego”; EE - “as maiores dificuldades são irem tratar das coisas deles, serem autónomos a irem aos bancos, às caixas de multibanco, irem ao médico (muitos já vão) mas ainda têm dificuldades. Cá dentro nas atividades que eu acompanho, as maiores dificuldades são ao nível da confeção das refeições, pois eles não vêm para o lar preparados para isso e ainda apresentam dificuldades. Mesmo na arrumação dos quartos, necessitam sempre de supervisão”; J – “Penso que preciso de desenvolver mais na área da cozinha”.

Tendo em consideração a gestão pessoal são verbalizadas, pelos entrevistados, algumas necessidades, como por exemplo: DT – “orientar-se no contacto com o mundo exterior”; ET - “relacionadas com o processo de tomada de decisões e libertação emocional”; “Respeitar o seu papel e o dos outros”; J - “Tenho dificuldades na gestão de conflitos”.

Por outro lado, os resultados evidenciam algumas dificuldades na aquisição das competências de autonomia, *inerentes aos jovens* (referidas 7 vezes). Alguns exemplos dados pelos sujeitos: DT - “Elas deixarem-se ajudar e saberem aproveitar as inúmeras oportunidades que lhes são concedidas”; EE - “Têm dificuldades muito grandes ao nível da estabilidade comportamental”; “Tudo depende dos jovens, nomeadamente das suas características”.

³ Ex.: gestão doméstica, utilização dos recursos e serviços da comunidade, gestão do dinheiro, desenvolvimento profissional, cidadania, entre outras.

⁴ Ex.: autorregulação, motivação para a mudança, comunicação, tomada de decisão, gestão da agressividade, cuidado pessoal, entre outras.

b) Promoção de competências

“Uma das grandes lacunas apontadas na literatura ao acolhimento institucional é a falta de preparação prática para a vida autónoma adquirida nestes contextos” (Calheiros et al., 2013, p.242), daí se procurar conhecer de que forma a intervenção no âmbito da preparação dos jovens para uma vida autónoma é concretizada nos LIJ que fazem parte da nossa amostra, comparando os dados dos LIJ masculinos e femininos.

Tabela 4 – Categorias inerentes à Promoção de competências

Categoria	Subcategoria	N.º de Referências (LIJ Masculino)	N.º de Referências (LIJ Feminino)	N.º de Referências (LIJ Masculino + Feminino)
Espaço físico	Específico	7	4	11
	Não específico	3	4	7
Estratégias	Atividades da vida diária	3	8	11
	Programas específicos	12	5	17
	Apartamento	4	5	9
Total de referências		29	26	55

Quanto à existência de um espaço físico específico no qual sejam desenvolvidas essas mesmas competências, que pode ser dentro ou fora da instituição (apartamentos de semi-autonomia ou autonomia), os lares masculinos mencionaram essa subcategoria mais vezes do que os lares femininos (7 contra 4 vezes), verificando-se uma situação inversa quando focado o espaço não específico, já que os LIJ femininos registam 4 referências contra 3 dos LIJ masculinos.

No que respeita ao espaço físico específico é apontado por todos os entrevistados de um dos LIJ masculinos, o apartamento de autonomia e a existência de “uma divisão adaptada, onde foram criadas as condições mínimas para que este treino de gestão doméstica possa ser efetuado, devidamente equipado” e por alguns entrevistados de um dos LIJ femininos o “Apartamento de Semi-Autonomia” e um

espaço no Lar que é “a lavanderia, onde elas escolhem a roupa para pôr na máquina e metem a lavar”. Contudo, a lavanderia existente no LIJ feminino citado anteriormente, não é considerado específico por todos os entrevistados já que é um espaço no Lar que é utilizado pela equipa educativa diariamente (uma vez que esta reside na Instituição).

Os outros 2 LIJ não possuem instalações específicas, sendo que os espaços de treino de competências de autonomia são os comuns da instituição (ex.: DT – “utilizamos os espaços disponíveis no Lar”; ET – “são os espaços de trabalho de outros funcionários no caso de cozinha e lavanderia”).

Todos os LIJ, independentemente do género da população que acolhem, promovem e desenvolvem as competências de autonomia dos jovens, embora utilizando estratégias distintas que passamos de seguida a explicitar.

A categoria *estratégias* foi referida 37 vezes pelos entrevistados, surgindo as subcategorias *apartamento* (tendo sido referido 4 vezes/44% pelos LIJ masculinos e 5 vezes/56% pelos LIJ femininos), *atividades da vida diária* (referidas 3 vezes/27% pelos LIJ masculinos e 8 vezes/73% pelos LIJ femininos) e *programas específicos* (referidos 12 vezes/71% pelos LIJ masculinos e 5 vezes/19% pelos LIJ femininos).

Aprofundando a subcategoria das *atividades da vida diária*, verificamos, pela análise de conteúdo das entrevistas, que estas se prendem, sobretudo, com a gestão de recursos, mais especificamente com a gestão doméstica (ex.: DT-“Todas as crianças e jovens, de acordo com a sua idade, competências e capacidades começam a assumir tarefas diárias: desde a organização, cuidados e limpeza dos seus espaços. Aprendem a separar roupas para serem lavadas e algumas delas cuidam mesmo de algumas roupas. Também de acordo com suas idades e possibilidades participam na confeção de pequenos cozinhados ou preparação dos ingredientes para a confeção dos mesmos. Tendo em conta o mesmo critério, deslocam-se para as escolas a pé ou de autocarro; começam a fazer algumas compras e tratar dos seus documentos e até a movimentar as suas contas bancárias, quando as têm”; ET-“as nossas crianças/jovens participam em atividades da vida diária, tais como, o colocar e levantar as mesas, servir às refeições, limpeza do quarto e espaços pessoais”; EE – “participação das atividades da própria casa”; J – “lavar e dobrar a roupa, cozinhar...”).

Os lares femininos referiam mais vezes do que os lares masculinos a questão das atividades de vida diária como estratégia para promoção de competências de autonomia.

É positivo que os jovens participem na realização das tarefas do Lar pois, para além do treino de competências de autonomia, também se intervém no aumento do seu sentimento de pertença à Instituição, já que ao estarem implicados nas rotinas diárias, se sentem parte e não elemento exterior ao LIJ (Alves, 2007). Segundo Knorth et al. (2008, cit. por Calheiros et al., 2013), a criação de programas específicos de treino e aquisição de competências pessoais e sociais devem assumir um papel central na dinâmica institucional, uma vez que serão criados alicerces de suporte para o exercício de uma prática de vida autónoma.

Quanto aos programas específicos de treino de competências de autonomia no âmbito da gestão de recursos mencionados pelos entrevistados estes são operacionalizados através de: projetos (ex.: ET – “dependendo do projeto poderá ter de realizar tarefas que se relacionam com a gestão doméstica, articulação com serviços/recursos comunitários”; J – “Ensina-nos a cozinhar, a manter a casa limpa, como abrir a porta e atender um telefone, lavar a roupa, ir ao médico e fazer compras autonomamente, etc.”); ateliers e workshops (ex.: DT – “Organização de workshops que estimulem e promovam as suas competências...”; EE – “Atelier de cozinha, lavandaria e limpezas”; e PSEI (ex.: ET – “É elaborado o PSEI, sendo que um dos seus projetos reflete claramente este trabalho e preocupação”).

Existem, ainda, programas específicos que abrangem a gestão pessoal (ex: ET - “gestão emocional”) e a gestão interpessoal (ET- “aprender a relacionar-se de forma saudável com outros jovens/ adultos”).

c) Obstáculos institucionais impeditivos da promoção de competências de autonomia

Tendo em consideração a revisão da literatura efetuada e a análise de conteúdo das entrevistas, foram delineadas as categorias e subcategorias relativas à dimensão *obstáculos institucionais*.

Tabela 5 – Categorias inerentes aos Obstáculos institucionais

Categoria	Subcategoria	N.º de Referências	
Ao nível dos Profissionais	Elevada Burocracia	2	10
	Falta de tempo	4	
	N.º reduzido de funcionários	4	
Ao nível do LIJ	Choque com as estruturas de organização/funcionamento	3	14

	Dificuldades económicas	2	
	Edificado	5	
	Inexistência de um apartamento	2	
	N.º elevado de C/J acolhidos	2	
Ao nível dos jovens		3	3
Inexistentes		3	3
Total de referências			30

Como *obstáculos institucionais*, e especificando a questão dos profissionais, constatamos que o *número reduzido de funcionários* (ex.: EE – “Temos constrangimentos ao nível de pessoal”) e a *falta de tempo* (ex.: ET- “Por vezes o fator tempo para podermos estar com os jovens”) - ambas as subcategorias foram referidas 4 vezes - são apontados como principais fatores impeditivos da promoção de competências de autonomia dos jovens institucionalizados.

Tal como apontam Yunes, Miranda e Cuello (2004, cit. por Mota & Matos, 2010, p. 247), “muitas instituições apresentam um quadro de recursos humanos em número insuficiente, o que pressupõe dificuldades no cumprimento de tarefas”.

Quanto aos obstáculos inerentes ao LIJ são evidenciados a questão do *edificado* (arquitetura e dimensões do edifício), referido 5 vezes pelos entrevistados, o que corresponde a 36% (ex.: ET – “edificado desadequado para este tipo de resposta social”), uma vez que o edificado de grandes dimensões impossibilita a aplicação do modelo familiar (prevê-se com este modelo que os edifícios sejam “pequenos e confortáveis e que acolham um reduzido número de C/J acompanhados por um número reduzido de adultos”) (Silva, 2004, p. 95) e do *choque com as estruturas de organização/funcionamento* (referido 3 vezes/ 21%), pois “as rotinas e norma de funcionamento quotidiano, de natureza institucional e pouco normativa, podem levar a um défice ao nível das competências de vida autónoma” (Iglehart, 1995, cit. por Calheiros, 2013, p. 245), ou seja, a vida das C/J é “delineada em função das rotinas pré-estabelecidas que admitem poucas variações e denotam pouca sensibilidade às especificidades e necessidades de cada uma” (Wolff & Fesseha, 1998, cit. por Silva, 2004, p. 96).

Da revisão da literatura efetuada, podemos apontar alguns constrangimentos inerentes ao trabalho de desenvolvimento de competências para a vida independente nas instituições, já que em algumas situações ocorre um choque entre o trabalho

desenvolvido e as estruturas organizativas de instituições demasiado rígidas que impedem o acesso dos jovens a certas instalações (cozinha, lavandaria, ...) ou à realização de algumas tarefas (limpeza, compras, ...) (Bravo & Del Valle, 2009b). Um técnico do Lar exemplificou esta situação ao afirmar que “a nível de estrutura não é fácil eu ir ao supermercado com elas, comprar algumas coisas e cozinhar em casa... pois temos uma central de compras que gere toda a instituição”.

Embora menos expressiva, não queremos deixar de evidenciar a subcategoria n.º *elevado de C/J acolhidos*, uma vez que a literatura e um dos entrevistados (ex.: ET “somos uma instituição massificada”) a destaca como sendo um obstáculo significativo. As instituições que acolhem um grande número de C/J tendem a suprir apenas as suas necessidades básicas, sem investir significativamente nas suas necessidades educativas e de socialização, de equilíbrio emocional e na dinamização dos seus PV (Rodrigues et al., 2013).

d) Perceção do impacto da intervenção

Após o levantamento do trabalho desenvolvido nos LIJ no âmbito das competências de autonomia, procuramos conhecer a perceção dos entrevistados quanto ao impacto da intervenção na vida dos jovens.

Assim, num primeiro momento pretendemos conhecer qual o papel do LIJ no desenvolvimento de competências de autonomia nos jovens acolhidos.

Tabela 6A – Categoria inerente à Perceção do impacto da intervenção

Categoria A	Subcategoria	N.º de Referências
Papel do LIJ	Assunção de responsabilidades	2
	Concretização do PV	4
	Cumprimento das regras e normas institucionais	1
	Educação	2
	Espaço potenciador e de treino de competências de autonomia	8
	Estabilidade da C/J	1
	Inserção na sociedade	3
	Preparação para o exercício da cidadania	2
	Preparação para uma vida independente	5
	Relação de confiança e empatia	1

	Substituto da família de origem	2
Total de referências		31

Os entrevistados consideraram que o Lar é, acima de tudo, um *espaço potenciador e de treino de competências de autonomia*, referido 8 vezes/26% (ex.: ET – “o nosso papel deve ser o de promover /fortalecer competências de autonomia capazes de potenciar todo o processo de crescimento a nível emocional, social e cognitivo”; “a instituição dá suporte total na promoção da autonomia”), no qual se faz a *preparação dos jovens para uma vida independente*, referido 5 vezes/16% (ex: EE- O papel da instituição é ensiná-los e prepará-los para a vida lá fora...; J – “possamos sair da instituição a saber fazer de tudo um pouco”), com o objetivo de *concretização do seu projeto de vida*, referida 4 vezes/13% (ET- “projeto de vida de forma autónomo e responsável”).

De seguida, procurámos conhecer as vantagens para os jovens com a participação nestas atividades de desenvolvimento e promoção de competências, nomeadamente para aqueles cujo PV é a autonomização.

Tabela 6B – Categoria inerente à Perceção do impacto da intervenção

Categoria	Subcategoria	N.º de Referências
Projeto de vida	Competências pessoais e sociais	7
	Desinstitucionalização segura	1
	Gestão de recursos	4
	Inserção na sociedade	1
	Preparação da saída	8
	Viver de forma independente	2
Total de referências		23

Os entrevistados evidenciaram como principais vantagens da participação dos jovens nas atividades de treino de competências de autonomia para a concretização do seu PV, a *preparação da saída do Lar* (referida 8 vezes/35%), através do *treino de competências pessoais e sociais* (referido 7 vezes/30%), nomeadamente no âmbito da *gestão de recursos* (referida 4 vezes/17%).

Os participantes consideram importante haver esta preparação da saída dos jovens dos lares, uma vez que “podem reproduzir o que aprenderam quando saírem daqui...” (ET), dando-lhes “uma visão muito grande do que é a vida lá fora” (J).

Esta preparação é conseguida através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, que permitem aos jovens “ aprender a saber lidar com todos os tipos de situações” (J), havendo uma clara aposta na gestão de recursos (EE – “Aprendem como lidar com as tarefas diárias de uma casa”; ET - “são responsáveis por efetuar marcações de consultas e frequentar as mesmas; à gestão do dinheiro (aprendem a poupar, a fazer compras de forma responsável), até à responsabilização pelos seus pertences e procura de informações e recursos (procura de emprego, equipamentos desportivos, de lazer, serviços públicos, etc.”).

Torna-se deveras importante esta preparação da saída do Lar uma vez que, a partir do momento em que deixam a instituição que os acolheu, deixam de ter, muitas vezes, “qualquer garantia de acesso a recursos e/ou outras formas de apoio por parte de outros adultos”, contrariamente aos jovens que vivem no seu meio familiar (Barth, 1990; Lemon, Hines, & Mendinger, 2005, cit. por Calheiros et al., 2013, p. 252). Existem evidências de que os adolescentes inseridos no sistema de acolhimento institucional enfrentam maiores desafios durante o processo de transição para uma vida independente, traduzindo-se, por exemplo, em “maus resultados escolares, dificuldades de alojamento, dificuldades financeiras e na procura de emprego, problemas de saúde física e mental, abuso de substâncias e outros comportamentos transgressores” (Calheiros et al., 2013, p. 252).

Tabela 6C – Categoria inerente à Perceção do impacto da intervenção

Categoria	Subcategoria	N.º de Referências
Constrangimentos à concretização	Abuso de substâncias	1
	Admissão de jovens com idades avançadas	5
	Caraterísticas dos jovens	10
	Delinquência	1
	Dificuldades inserção profissional	4
	Dificuldades financeiras	3
	Enquadramento legal - Autonomia forçada após os 21 anos	2
	Falta de estruturas de apoio e encaminhamento após a saída	4
	Falta de suporte familiar	3
	Falta de um plano específico	1

	individual	
	Influência negativa da família	1
	Inconsciência das dificuldades existentes na vida fora do LIJ	2
	Saída do Lar por vontade do jovem sem competências de autonomia	3
Total de referências		40

Os sujeitos apontaram como principais constrangimentos à concretização do seu PV de forma sustentada e desinstitucionalização segura do sistema de acolhimento, as *caraterísticas dos jovens* (referidas 10 vezes/25%), nomeadamente pelo facto de muitos jovens evidenciarem “debilidades cognitivas” ou “a sua própria história de vida” (ET). Um outro constrangimento prende-se como a *admissão de jovens com idades avançadas*, referida 5 vezes/12,5%, associada a outros fatores, tal como refere um elemento da equipa educativa – “as idades avançadas com que chegam à Instituição, sem regras, sem hábitos”.

Embora com menos expressividade, mas não menos importantes, os entrevistados apontam outros 2 constrangimentos (referidos ambos 4 vezes): a *falta de estruturas de apoio e encaminhamento após a saída* (ex.: DT – “falta de estruturas de apoio para o acompanhamento e encaminhamento” aliada aos “recursos escassos da rede social – ET) e as *dificuldades de inserção profissional* (ex.: DT - “Falta de soluções para a sua inserção profissional no mercado de trabalho”).

As estruturas de apoio após as saídas dos LIJ deveriam garantir que os jovens não fiquem isolados, promovendo-se “a sua participação social e económica enquanto cidadãos”, já que esta fase de transição do sistema de acolhimento para a vida autónoma deve ser merecedora dos maiores cuidados (Alves, 2007, p. 99). Ilustrando esta opinião da autora, será interessante partilhar a verbalização de uma jovem entrevistada relativamente à necessidade deste apoio após a saída, uma vez que “os jovens quando se encontram sozinhos depois da saída do Lar perdem-se”.

Quanto às dificuldades de inserção profissional, e consequentes dificuldades económicas, que os impedem de viverem uma vida autónoma, verifica-se que o Estado presta um fraco apoio nas trajetórias dos jovens que saem dos LIJ, continuando-se a colocar a ênfase na família de origem e nas redes informais de solidariedade (Pappámikail, 2004), originando, por vezes que se tornem dependentes de serviços após a saída dos Lares (Loman & Siegel, 2000). De forma a ultrapassar

estas dificuldades, é imprescindível apostar na educação, formação e qualificação dos jovens acolhidos. Os autores citados anteriormente propõe algumas estratégias de forma a facilitar a integração no mercado de trabalho, através de aconselhamento vocacional, trabalho temporário no verão, procura ativa de emprego, estágios, etc. (Loman & Siegel, 2000).

e) Definição de autonomia

A dimensão de *Definição de Autonomia* foi criada tendo em conta apenas a percepção dos jovens entrevistados, procurando-se que estes fizessem uma reflexão acerca do que é para si ser um indivíduo autónomo, tendo em conta a sua situação atual (estar acolhido num LIJ).

Tabela 7 – Categoria inerente à Definição de autonomia

Categoria	Subcategoria	N.º de referências
Percepção dos jovens	Independência relativamente ao LIJ	4
	Gestão das atividades da vida diária	2
	Assunção de responsabilidades	2
Total de referências		8

Tal como se pode verificar na Tabela 7, os jovens destacam a *independência relativamente ao Lar* (ex.: “É eu conseguir ir lá para fora e desenrascar-me sozinha... é eu conseguir fazer a minha vida como as outras pessoas que foram criadas fora de instituições”) como principal objetivo a atingir, com vista à concretização plena do seu PV de autonomia.

f) Perspetivas de futuro dos jovens após saída do LIJ

Para o presente projeto era fundamental aferir quais as perspetivas que teriam os jovens relativamente ao seu futuro. No sentido de atingir este objetivo foram apenas recolhidas informações junto dos mesmos, realizando-se uma análise prospetiva.

Tabela 8 – Categorias inerentes às Perspetivas de futuro dos jovens após saída do LIJ

Categoria	Subcategoria	N.º de referências
Profissionais	Curso de ensino superior	1
	Inserção profissional	3
	Trabalhador-estudante	1
Pessoais	Estabilidade	2
	Independência	1
	Ter casa própria	1
	Tirar a carta de condução	1
Total de referências		10

Em termos de capacidade de planear o futuro, a curto e médio prazo, os jovens identificaram como projetos futuros a *inserção profissional* (“arranjar um trabalho”; “seguir a carreira militar”), referida 3 vezes/ 30%, e a *estabilidade*, referida 2 vezes/20% (“a minha vida lá fora vai ser mais ou menos estável”; “O meu projeto é conseguir ter uma vida estável”).

Nas suas verbalizações denota-se que estes assumem uma atitude bastante realista em relação aos objetivos pessoais e profissionais que desejam atingir, podendo estar relacionado com o trabalho que é desenvolvido pelos LIJ no sentido do desenvolvimento pleno dos jovens acolhidos. “Efetivamente, o exercício de perspetivar o futuro envolve, obrigatoriamente, a aquisição e o desenvolvimento de competências de autocrítica e autoanálise das capacidades pessoais e dos recursos disponíveis”, sendo este processo de aprendizagem – no qual se promove a “competência para ambicionar e para sonhar” - realizado ao longo do tempo e potenciado por adultos em contexto institucional (Alves, 2007, p. 180).

g) Perceção do impacto do Plano DOM

Uma vez que a criação e implementação do Plano DOM nos LIJ originou uma mudança do paradigma do acolhimento institucional em Portugal e tendo em conta que o trabalho ao nível da emancipação e autonomia das C/J acolhidas se assumiu como estratégia interventiva prevista com a implementação do mesmo, procurámos conhecer quais as principais vantagens deste Plano para os LIJ e, mais especificamente, que impacto teve no âmbito da autonomia das C/J acolhidas.

Num estudo elaborado por Reis e Castro (2012) aos técnicos da CPCJ e dos LIJ acerca da implementação do Plano DOM, estes descrevem como principais aspetos positivos o controlo das práticas institucionais, a gestão centralizada de vagas, o apoio dado às instituições de acolhimento prolongado no sentido da sua qualificação e o reforço do trabalho com as famílias.

Focando-nos apenas nas perspetivas dos técnicos dos LIJ, estes identificam impactos na sua prática quotidiana com a adesão ao Plano DOM, nomeadamente: a intensificação do trabalho com as famílias, associado ao reforço da equipa técnica; o apoio externo para a condução/resolução de determinadas situações; uma maior organização do trabalho, devido aos instrumentos de trabalho fornecidos pela Segurança Social; na dinamização dos PV das C/J são pensadas alternativas ao acolhimento e preparam-se os jovens para um percurso de vida em autonomia; há uma maior qualificação da intervenção e da relação profissionais/ crianças ou jovens na dinamização do seu PV.

Quanto aos aspetos negativos, tanto os técnicos da CPCJ como dos LIJ referem dificuldades de implementação prática de algumas orientações do Plano DOM, bem como a sua inutilidade em alterar algumas práticas institucionais (Reis & Castro, 2012).

Tabela 9 - Categorias inerentes à Perceção do impacto do Plano DOM

Categoria	Subcategoria	N.º de referências
Vantagens	Apoio/supervisão prestado às instituições	2
	Aproximação do Lar ao modelo familiar	1
	Aumento do apoio financeiro por parte da Segurança Social	1
	Aumento do n.º de atividades lúdico-pedagógicas e de desenvolvimento de competências	5
	Aumento do trabalho com as famílias	2
	Criação de um apartamento	2
	Desenvolvimento de trabalho específico com as C/J	5

	Diminuição do n.º de C/J acolhidos	3
	Multidisciplinaridade das equipas	3
	Parceria com entidades	1
	Reforço da equipa técnica	9
	Sistematização da intervenção	4
Desvantagens	Aumento da equipa técnica	1
	Controlo das práticas institucionais	1
	Gestão centralizada de vagas	1
	Técnicos contratados sem perfil para trabalhar na instituição	1
Total de referências		42

No conjunto das subcategorias encontradas para a categoria *Vantagens*, o *reforço da equipa técnica* é referida como um dos aspetos mais favoráveis da implementação do Plano DOM, referida 9 vezes, o que corresponde a 21,4% (ex.: ET - “Maior quantidade de técnicos”), o que se traduziu no *desenvolvimento de trabalho específico com as C/J* (referido 5 vezes/ 11,9%), pois houve uma “maior capacidade de resposta e intervenção mais individualizada e personalizada junto das crianças/jovens e suas famílias” (ET) e no *aumento do n.º de atividades lúdico-pedagógicas e de desenvolvimento de competências* (referido 5 vezes/ 11,9%), o que originou a “realização de atividades mais diversificadas” (DT).

Relativamente às desvantagens, um dos elementos da equipa educativa de um LIJ refere o aumento da equipa técnica como algo de negativo (“Quando tínhamos mais técnicos com o Plano DOM era muito difícil... o ambiente era muito diferente. O Lar desmoronou-se completamente”) já que os técnicos contratados no início do Plano DOM não possuíam perfil para trabalhar na instituição (“a equipa que veio, não tinha preparação, não conheciam o Lar e quiseram impor as coisas”).

A gestão centralizada de vagas, contrariamente ao explicitado na revisão bibliográfica encetada anteriormente, é encarada como algo negativo, devido a falhas no processo de informação da situação atual das C/J, dificultando desta forma o planeamento antecipado da intervenção (ET – “Gestão centralizada de vagas passou a existir o que, a meu ver, está pensado para uma perspetiva concertada do acolhimento mas que na prática não funciona desse modo existindo falhas no processo, nomeadamente ao nível da informação disponibilizada/cedida”).

O controlo das práticas institucionais passou a existir por parte dos serviços da Segurança Social, o que originou uma supervisão mais sistemática das práticas e uma (re)organização do modelo de intervenção. Se para alguns entrevistados o Apoio/supervisão prestado às instituições é considerado algo de vantajoso (DT- “articulação com os serviços de segurança social e a conseqüente supervisão”), para um jovem o controlo das práticas institucionais é negativo já que “com o Plano DOM as crianças só por levarem 3 pratos para o armário já consideram exploração”.

h) Intervenção no âmbito da autonomia pré-Plano DOM

Procurando conhecer o trabalho desenvolvido no âmbito da autonomia antes da implementação do Plano DOM nos LIJ, foi lançado o desafio aos entrevistados de fazerem uma análise às práticas institucionais executadas no passado.

Desta forma podemos chegar às seguintes conclusões, observando a Tabela 10.

Tabela 10 – Categorias inerentes à Intervenção no âmbito da autonomia pré-Plano DOM

Categoria	Subcategoria	N.º de referências
Não se trabalhava a autonomia		4
Trabalhava-se já a autonomia	Da mesma forma que atualmente	5
	De forma diferente	6
Total de referências		15

Apenas num dos lares não era feito qualquer trabalho com os jovens no âmbito das competências de autonomia, devido ao número bastante elevado de C/J acolhidos (65) antes da entrada do Plano DOM no LIJ, tendo sido referido pelos 4 entrevistados (DT – “Muito simples...não era. Não me recordo de saídas de utentes para autonomia, o retorno à família dominava...”; ET- “Devido aos constrangimentos já apresentados muito pouco era feito a esse nível”; EE- “Era feita muito pouca coisa ou mesmo nada. Que me lembre de momento não havia nada que os pudesse ajudar...”; J - “não havia nada que nos preparasse para o futuro como agora”).

Nos outros 3 LIJ, alguns sujeitos consideram que já se trabalhava a autonomia da mesma forma que atualmente, referida 5 vezes/ 33,3% (ex.: DT- “O Lar já trabalhava desta forma a autonomia dos jovens”; ET – “Basicamente eram realizadas as mesmas atividades”), enquanto outros consideram que apesar de já se trabalhar anteriormente a autonomia, atualmente é feita de maneira diferente (referida 6 vezes/40%) (ex.: EE – “Já havia a preocupação de as preparar para a autonomia do mesmo género que agora, mas sem tanta burocracia”).

3.2. Síntese dos resultados

Da análise e discussão das informações recolhidas do discurso dos diferentes intervenientes do estudo, há vários pontos a destacar.

Verificou-se que, na nossa amostra, todos os LIJ valorizam o desenvolvimento e promoção de competências de autonomia da população que acolhem, procurando desta forma suprir as necessidades diagnosticadas dos jovens ao nível das atividades da vida diárias. Como estratégias de intervenção neste âmbito, tanto os LIJ masculinos como os femininos identificam os apartamentos de semi-autonomia/autonomia, os programas específicos (ex.: projetos, ateliers e workshops e PSEI) e as atividades diárias do Lar nas quais os jovens participam ativamente. Salientamos, contudo, que as atividades da vida diária são mais mencionadas pelos sujeitos dos LIJ femininos e os programas específicos pelos dos LIJ masculinos.

Quanto ao espaço físico, apenas um LIJ masculino possui espaços específicos onde são efetuados os treinos de competências e os outros 3 utilizam os espaços comuns da instituição.

Podemos constatar que as atividades de promoção de autonomia dos jovens implementadas nos LIJ baseiam-se, sobretudo, nas questões da gestão de recursos e gestão pessoal, havendo um claro desinvestimento nas questões relacionadas com a gestão do tempo e gestão interpessoal. A gestão do tempo assume um papel central, uma vez que os adolescentes adquirem “estratégias de controlo e gestão de tempo essencialmente de um ponto de vista diário” e “numa perspetiva de planificação do futuro a médio e longo prazo” (Kroner, 2007, cit. por Calheiros et al., 2013, 255). A gestão interpessoal leva os adolescentes a “desenvolver redes e a construir relações de suporte formais e informais” (Georgiades, 2005, cit. por Calheiros et al., 2013, p. 255).

Constata-se que a promoção da autonomia nos jovens encontra, por vezes, obstáculos na vivência institucional, pois o funcionamento diário/rotinas da instituição, o edificado ou mesmo o reduzido número de profissionais ou a falta de tempo, não

potenciam nem facilitam a aquisição destas competências, indispensáveis ao futuro independente do jovem.

Os jovens entrevistados afirmam que atingem a sua autonomia plena, no momento em que conseguirem ter uma vida independente, sem o apoio de retaguarda dos LIJ, perspectivando alguns projetos que gostariam de concretizar no futuro, tal como, a inserção profissional e terem uma vida estável. Contudo, são identificados alguns constrangimentos que podem impedir a concretização plena do PV de autonomização, nomeadamente algumas características pessoais dos jovens (ex. debilidade cognitiva), as dificuldades de inserção profissional e a falta de estruturas de apoio após a sua saída do sistema de acolhimento.

Comparando as vantagens do Plano DOM com as suas desvantagens, constatamos que, sem dúvida, os aspetos positivos do programa (traduzidos no reforço das equipas técnicas, aumento do número de atividades lúdico-pedagógicas e de desenvolvimento de competências, desenvolvimento de trabalho específico com as C/J) assumem maior relevo do que as desvantagens.

Apenas um dos LIJ refere que o trabalho de desenvolvimento de competências de autonomia passou a ser realizado após a implementação do Plano DOM, sendo que nos outros 3 LIJ este trabalho já era realizado, embora de forma diferente.

CONCLUSÕES E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO

Propôs-se neste projeto apresentar os resultados de um estudo que investigou a forma como é trabalhada a autonomia nos LIJ, fazendo-se uma comparação a nível temporal (antes e após a implementação do Plano DOM).

Tendo em conta a situação de perigo vivenciada por inúmeras C/J e após todas as outras medidas protetivas terem falhado, é necessário proceder à retirada da C/J da sua família. Assim, é função do sistema de acolhimento, cada vez mais, basear a sua ação “na reabilitação, no trabalho terapêutico e na preparação para a vida autónoma e, em geral, cobrir as necessidades cada vez mais específicas da população que acolhe, que são dificilmente cobertas por outros sistemas” (Bravo e Del Valle, 2009a, p. 51).

A mudança do paradigma institucional, com a conseqüente implementação do Plano DOM nos LIJ, veio permitir que muitos lares fizessem uma aposta na promoção e desenvolvimento de competências de autonomia dos jovens institucionalizados, sendo que outros melhoraram apenas a intervenção que até à data já era realizada.

Muitos jovens que saem hoje das instituições de acolhimento, por não terem famílias que lhes possam dar apoio, contam apenas consigo próprios, daí ser fundamental que eles consigam adquirir competências durante o período de permanência nos LIJ, com o objetivo de concretizarem uma autonomização com sucesso (Gomes, 2010). Isto deverá ser a linha orientadora da intervenção, evidenciando o papel central que as instituições de acolhimento assumem na vida destes jovens.

Apesar de se constatar a importância da educação e do treino de competências pessoais, sociais e de autonomia nos jovens, especialmente nos que se encontram numa situação de risco/perigo, a verdade é que a implementação de programas específicos nas instituições de acolhimento não tem sido concretizada de forma sistemática (Peixoto, Sereno, Henriques, & Carvalho, 2009), pois o facto de não haver “um ambiente facilitador de movimentos de reparação internos, o processo de autonomização e integração futuros do jovem, ao nível pessoal, social e profissional ficam verdadeiramente comprometidos” (Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE, 2005, p. 103). Contrariamente ao mencionado pelos autores supracitados, nos LIJ que fizeram parte da nossa amostra é trabalhada a autonomia das C/J acolhidas, tendo em conta as suas competências e capacidades. Esta intervenção é sobretudo baseada nas questões relacionadas com as atividades da vida diária e da gestão pessoal,

havendo outras áreas menos investidas, tais como a gestão do tempo e a gestão interpessoal.

Desta forma, torna-se “imperioso a implementação de programas de desenvolvimento de competências, que incluam situações associadas aos mais diversos contextos de vida dos jovens, com vista a promover uma autonomia efetiva” (Peixoto et al., 2009, p.3). Para além dos programas intra-institucionais, é imprescindível apostar na criação de respostas alternativas ao acolhimento de jovens em instituições massificadas e que não promovem a sua autonomia, como por exemplo, aumentar o número de Apartamentos de Autonomização e de medidas de Apoio para a Autonomia de Vida aplicadas, devendo haver um trabalho paralelo de ativação da rede de suporte (formal e informal) do jovem, bem como a criação de programas de apoio comunitário (inserção laboral, ajudas para o arrendamento de habitação, etc.) (Bravo e Del Valle, 2009a, p. 50).

Ocorre com bastante regularidade a saída dos jovens dos LIJ após atingirem a maioridade por opção própria, bem como a cessação, obrigatória por Lei, da medida protetiva quando atingem os 21 anos sem, muitas vezes, as competências mínimas estejam adquiridas ou exista apoio de retaguarda com vista a uma desinstitucionalização segura. Desta forma, sem qualquer apoio e sem estarem “munidos dos seus recursos pessoais e sociais, muitos destes jovens “podem acabar por engrossar a população excluída, muitas vezes com problemas de falta de habitação, de toxicod dependência ou de delinquência” (Gomes, 2010, p. 23). Tal como mencionado no capítulo anterior, 2 jovens entrevistados mantêm o apoio de retaguarda da instituição, mesmo após terem atingido os 21 anos.

Pretendemos reforçar a necessidade de criação programas de intervenção e/ou alternativas residenciais para os jovens que, por imposição legal, saíram do sistema pois fizeram 21 anos e que continuam a carecer de um apoio de retaguarda institucional.

Apesar da pertinência que é atribuído a este trabalho de investigação, uma vez que salienta questões importantes para uma reflexão acerca das práticas institucionais atuais e ter permitido “dar voz” aos jovens e seus cuidadores, não podemos deixar de apontar algumas das suas limitações e de fazer algumas recomendações para eventuais investigações.

As limitações presentes neste estudo prendem-se com os seguintes fatores:

- os jovens entrevistados, apesar de terem conhecimento na sua vivência diária das consequências da implementação do Plano DOM, desconhecem os objetivos do programa;
- o facto de ter passado cerca de 6 anos desde a implementação da 1ª fase do Plano DOM, dois dos jovens já não se encontram abrangidos pelo sistema de promoção e proteção, uma vez que eram maiores de 21 anos, apesar de manterem o apoio por parte da instituição (a maioria dos jovens que se encontram institucionalizados foram admitidos após a criação do Plano DOM, o que dificultou a escolha dos entrevistados de forma a possibilitar realizar o estudo comparativo a nível temporal).

Um constrangimento encontrado no âmbito da pesquisa bibliográfica deveu-se ao facto da inexistência de estudos relativos aos resultados da aplicação de programas de promoção de competências de autonomia dos jovens institucionalizados como consequência direta da implementação do Plano DOM, uma vez que este programa previa a intervenção no âmbito da emancipação das C/J acolhidas em LIJ. A bibliografia consultada apenas apontou linhas orientadoras de intervenção.

Como propostas futuras, parece ser interessante perceber as diferenças existentes entre os LIJ de pequenas e médias/grandes dimensões no que diz respeito à intervenção realizada no âmbito da autonomia, bem como seria importante desenvolver outros estudos que abarcassem um maior número de sujeitos.

Sugerimos, ainda, que sejam realizadas reuniões de trabalho entre os LIJ de forma a haver uma partilha das práticas, resultados e constrangimentos no âmbito desta temática, com vista à criação de um referencial comum de intervenção, embora tendo sempre em consideração as especificidades de cada instituição.

Seria essencial que todos os jovens institucionalizados pudessem passar por programas de preparação para uma vida autónoma em contexto institucional, já que estes se sentiriam mais seguros e confiantes aquando do momento da saída da instituição.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares* (3.^a ed.). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. (2003). “Como pássaros em gaiolas”? Reflexões em torno da institucionalização de crianças e adolescentes em risco. In C. Machado & R. Gonçalves (Eds.), *Violência e Vítimas de Crime* (Vol. II: Crianças, pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. (2008). Maltrato infantil: entre um destino e uma história. In A. Matos, C. Vieira, L. Alcoforado, J. Boavida & S. Nogueira (Eds.), *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação?* (pp. 107-130). Coimbra: Almedina.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologias de Investigação em Psicologia e Educação* (5.^a ed.). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Mem Martins: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Baptista, M. V. (2001). *A investigação em Serviço Social*. Lisboa -São Paulo: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social & VERASEDITORA.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo* (3 ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bravo, A., & Del Valle, J. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197-204.
- Bravo, A., & Del Valle, J. (2003). Las redes de apoyo de los adolescentes acogidos en residencias de protección. Un análisis comparativo con población normativa. *Psicothema*, 15(1), 136-142.
- Bravo, A., & Del Valle, J. (2009a). Crisis y Revisión del Acogimiento Residencial. Su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 42-52.
- Bravo, A., & Del Valle, J. (2009b). El trabajo com adolescentes en habilidades para la vida y la independencia: Programa umbrella. In A. Bravo & J. Del Valle (coords), *Intervención Socioeducativa en acogimiento residencial* (157-164). Gobierno de Cantabria.
- Calheiros, M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., Jesus, H., & Garrido, M. (2013). Desenvolvimento de um Programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M. Calheiros & M. Garrido (Eds.), *Crianças em Risco e Perigo - Contextos, Investigação e Intervenção* (1 ed., Vol. 3, pp. 241-294). Lisboa: Edições Sílabo.

- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Centro de Estudos Territoriais/ ISCTE. (2005). *Percursos de Vida dos Jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Daining, C., & DePanfilis, D. (2007). Resilience of young in transition from out-of-home care to adulthood. *children and Young Services Review*, 29, 1158-1178.
- Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março. Diário da República n.º 52 – Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro. Diário da República n.º 12 – Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças da Participação à Responsabilidade. O Sistema de Proteção e Educação de Crianças e Jovens* (1ª ed.). Porto: Profedições.
- Despacho n.º 8393/2007, de 10 maio. Diário da República n.º 90, Série II. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Despacho n.º 9016/2012, de 4 de julho. Diário da República n.º 128 – Série II. Ministério da Solidariedade e Segurança Social. Lisboa.
- Fernandes, M., & Silva, C. (1996a). *Centro de Acolhimento para Crianças em Risco - Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social.
- Fernandes, M., & Silva, M. (1996b). *Lar para Crianças e Jovens - Condições de implementação, localização, instalação e funcionamento*. Lisboa: Direcção-Geral de Acção Social.
- Ferreira, M., & Nelas, P. (2006). Adolescências...Adolescentes. *Revista Millenium*, 32, 141-162.
- Fleming, M. (2002). Gender in Adolescent Autonomy: Distinction between Boys and Girls Accelerates at 16 Years Age. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology*, 3(2), 33-52.
- Fleming, M. (2005). Adolescent Autonomy: Desire, Achievement and Disobeying Parents between Early and Late Adolescence. *Australian Journal of Education and Developmental Psychology*, 5, 1-16.
- Fortin, M.-F., Prud'homme-Brisson, D., & Coutu-Wakulczyk. (2000). Noções de ética em investigação. In M.-F. Fortin (Ed.), *O processo de investigação. Da concepção à realização* (2 ed.). Loures: Lusociência.

- Fortin, M.-F., Vissandjée, B., & Côte, J. (2000). Escolher um problema de investigação. In M.-F. Fortin (Ed.), *O processo de investigação. Da concepção à realização* (2 ed.). Loures: Lusociência.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro* Alfragide: Texto Editores.
- Guerra, I. (2010). *Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID – Crianças, Idosos e Deficientes – Cidadania, Instituições e Direitos. (2006). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial de crianças e jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Hermosa, E., Cano, R., & Aguilera, B. (1998). *Manual de Buena Práctica para la Atención Residencial a la Infancia Y Adolescencia*. Madrid: Federación de Asociaciones para la Prevención del Maltrato Infantil.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2006). *Gestão de qualidade das respostas sociais – Lar de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2012). *CASA 2012 - Relatório de Caracterização Atual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Diário da República n.º 204 - I Série – A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.
- Loman, L. A., & Siegel, G. L. (2000). *A Review of Literature on Independent Living of Youths in Foster and Residential Care*. Institute of Applied Research. St. Louis, Missouri.
- Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens. Guia Prático para Profissionais* (4ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco - representações sociais, modos e espaços*. (Dissertação de Doutoramento), Universidade do Minho, Braga.
- Mendes, P. (2009). Young people transitioning from state out-of-home care. Jumping hoops to access employment. *Family Matters*, 83, 32-38.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade. (2000). *Lares de Crianças e Jovens – caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Instituto para o Desenvolvimento Social.

- Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. (2006). *Respostas Sociais – nomenclaturas/conceitos*. Lisboa: Direcção Geral da Segurança Social, da Família e da Criança.
- Morais, I., & de Ó, J. (2012). O Território da Privacidade das Crianças em Situação de Acolhimento Institucional Prolongado. In M. Calheiros, M. Garrido & S. Santos (Eds.), *Crianças em Risco e Perigo - Contextos, Investigação e Intervenção* (1ª ed., Vol. 1, pp. 165-189). Lisboa: Edições Sílabo.
- Moreira, C. (1994). *Planeamento e estratégias de investigação social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e Institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2(28), 245-254.
- Neves, M. (2011). *Autonomia e Satisfação com a vida em Jovens Institucionalizados Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização*. Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Nilsen, A. (1998). Jovens para sempre? Uma perspectiva da individuação centrada nos trajectos de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, 59-78.
- Noom, M. J., Dekovic, M., & Meeus, W. (2001). Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. *Journal of Youth and Adolescence*, 30(5), 577-595. doi: Doi 10.1023/A:1010400721676.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Pappámikail, L. (2004). Relações Intergeracionais, Apoio Familiar e Transições Juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 91-116.
- Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 395-410.
- Patrício, J., & Calheiros, M. (2012). Construção e Validação de um instrumento de avaliação de necessidades de jovens em acolhimento residencial. In M. Calheiros, M. Garrido & S. Santos (Eds.), *Crianças e Jovens em Risco e Perigo - Contextos, Investigação e Intervenção* (1ª ed., Vol. 1, pp. 127-163). Lisboa: Edições Sílabo.

- Peixoto, C., Sereno, C., Henriques, S., & Carvalho, A. (2009). Autonomia de Vida. Desenvolvimento de competências nos jovens em acolhimento institucional. *Pretextos*, 34, 3-5.
- Pires, S. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas*. Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.
- Ramos, N. (2004). *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Reichert, C. B., & Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Psico*, 38(3).
- Reis, V., & Castro, p. (2012). Aceitação e Resistência face à Inovação Legislativa. Um estudo com Técnicos das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e Lares de Infância e Juventude. In M. Calheiros, M. Garrido & S. Santos (Eds.), *Crianças e Jovens em Risco e Perigo - Contextos, Investigação e Intervenção* (1ª ed., Vol. 1, pp. 33-58). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ribeiro, A. M. (2008). *Projecto de promoção da autonomia de crianças e jovens em acolhimento residencial*. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10071/1627>
- Rodrigues, S., Barbosa- Ducharne, M., & Del Valle, J. (2013). La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles del Psicólogo*, 34(1), 11-32.
- Silva, M. (2004). Crianças e Jovens a cargo de instituições: riscos reversíveis/irreversíveis. In M. Silva, A. Fonseca, L. Alcoforado, M. Vilar & C. Vieira (Eds.), *Crianças e Jovens em Risco: da investigação à intervenção* (pp. 83-113). Coimbra: Almedina.
- Singly, F. d. (2005). Las formas de terminar y de no terminar la juventud. In S. Gaviria (Ed.), *Autonomia de la juventud en Europe* (pp. 111-121). Madrid: INJUVE.
- Srinthall, N. & Collins, W. (1999). *Psicologia do Adolescente. Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Soenens, B., Vansteenkiste, M., Lens, W., Luyckx, K., Goossens, L., Beyers, W., & Ryan, R. M. (2007). Conceptualizing parental autonomy support: Adolescent perceptions of promotion of independence versus promotion of volitional functioning. *Developmental Psychology*, 43(3), 633-646. doi: Doi 10.1037/0012-1649.43.3.633.
- Strecht, P. (2004). *Crescer Vazio*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Vicente, P., Reis, E., & Ferrão, F. (1996). *Sondagens - a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.

Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da autonomia sustentada de jovens provenientes de acolhimento institucional: projecto para o desenvolvimento de competências emocionais e operacionais para a independência*. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10071/1881>

Zimmer-Gembeck, M. J., & Collins, W. A. (2003). Autonomy development during adolescence. In G. R. Adams & M. Berzonsky (Eds.), *Blackwell Handbook of adolescence* (pp. 175-2004). Oxford: Blackwell Publishers.

ANEXOS

Anexo A – Cronograma: Projeto de Investigação

Ações \ Mês	Out. 2013	Nov. 2013	Dez. 2013	Jan. 2014	Fev. 2014	Mar. 2014	Abr. 2014	Mai. 2014
Escolha da temática	x							
Pesquisa e revisão bibliográfica	x	x	x	x	x			
Definição da questão de estudo e objetivos		x						
Elaboração do enquadramento teórico		x	x	x	x			
Escolha da metodologia e técnicas de investigação		x						
Realização do estudo empírico			x	x	x	x		
Seleção dos participantes		x						
Contactos iniciais com os participantes			x					
Aplicação dos instrumentos de recolha de dados				x	x	x		
Análise dos resultados						x	x	
Conclusões dos resultados						x	x	
Entrega do projeto (versão provisória)								x

Anexo B - Modelo de carta enviada às Instituições a solicitar colaboração no presente estudo

Exmo.(a) Senhor(a) _____

O meu nome é Carolina Jorge Veloso e encontro-me a realizar um projeto de investigação, no âmbito do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viseu, orientado pelas Professoras Doutoras Maria João Amante e Susana Fonseca.

Os objetivos do presente projeto são conhecer a perceção dos diretores técnicos, equipa técnica, equipa educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude para a promoção de competências de autonomia dos jovens acolhidos e compreender de que forma a implementação do Plano DOM nos Lares de Infância e Juventude levou a mudanças na promoção da autonomia dos jovens institucionalizados.

Tendo em conta que na vossa instituição esteve implementado o Plano DOM e a fim de atingir os objetivos propostos, solicito autorização para recolher dados através da análise documental e de entrevistas ao diretor técnico, um elemento da equipa técnica e educativa e a um/a jovem (que tenha sido institucionalizado/a antes do término do Plano DOM no Lar).

A utilização desta informação destina-se estritamente para fins de pesquisa, garantindo-se a sua confidencialidade.

Agradecendo, desde já, toda a colaboração que possa prestar à realização deste estudo, fico disponível para prestar todos os esclarecimentos que considerar necessários.

Atenciosamente,

Carolina Veloso

(carolinajorgeveloso@gmail.com)

Anexo C – Declaração de Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, fui informado/a de que este trabalho de investigação se insere no âmbito do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viseu e tem como objetivos conhecer a perceção dos diretores técnicos, equipa técnica, equipa educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude para a promoção de competências de autonomia dos jovens acolhidos e compreender de que forma a implementação do Plano DOM nos Lares de Infância e Juventude levou a mudanças na promoção da autonomia dos jovens institucionalizados.

Fui informado/a de que as informações recolhidas serão efetuadas através da realização de uma entrevista que será gravada, bem como me foi garantido a confidencialidade da informação recolhida, destinando-se a mesma estritamente para fins de pesquisa.

Tive oportunidade de poder esclarecer todas as minhas dúvidas com o investigador, sendo a minha participação neste estudo voluntária, podendo abandonar o mesmo a qualquer momento, sem qualquer tipo de consequências.

Assim, **aceito participar de livre vontade neste projeto de investigação e autorizo a divulgação dos resultados obtidos.**

Assinatura do participante no estudo: _____

Assinatura do investigador: _____

Data: _____

Anexo D – Guião da entrevista semi-estruturada inicial – Diretor técnico

<u>Caraterização do LIJ:</u>	
Nome do LIJ: _____	Tipo de população acolhida: Masculina ___ Feminina ___
Data de entrada do LIJ no Plano DOM: _____	LIJ abrangido atualmente pelo SERE +: S ___ N ___
Data da entrevista: _____	
<u>Caraterização do entrevistado:</u>	
Nome: _____	Profissão: _____
Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: _____	
Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: _____	

I. Apresentação	
Apresentação do entrevistador; Objetivo da entrevista; Duração da entrevista; Garantia de confidencialidade; Pedido de autorização de gravação de entrevista ou outro registo.	- Conhecer a perceção dos diretores técnicos, equipa técnica, equipa educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude para a promoção de competências de autonomia dos jovens acolhidos; - Compreender de que forma a implementação do Plano DOM nos LIJ levou a mudanças na promoção da autonomia dos jovens institucionalizados Duração: 40 min

II. Estrutura de acolhimento		
Objetivos	Questões	Observações
Caraterizar o LIJ tendo em conta a sua estrutura e população que acolhe	Qual a capacidade do LIJ?	
	Número de crianças/jovens acolhidos?	
	Número de jovens entre os 12 -16 anos e entre os 17 - 20 anos?	
	Número de projetos de vida definidos como Autonomização?	

III. Recursos humanos		
Objetivos	Questões	Observações
Caraterizar os recursos humanos da instituição.	Como é constituída a Equipa Técnica?	TSSS ___ TSES ___ Psi ___ Outros. Quais? Identificar o/os Técnico/s responsável/eis pela área da autonomia
	Como é constituída a Equipa Educativa?	Identificar o/os elemento/s responsável/eis pela área da autonomia
	Como é constituída a Equipa de Apoio? Existem outros funcionários?	Cozinha ___; Limpeza ___; Vigilantes ___; Administrativa ___; Outros. Quais?

IV. Intervenção Institucional – especificidade da autonomia		
Objetivos	Questões	Observações
Conhecer a perceção do/a diretor/a técnico/a relativamente à intervenção desenvolvida no âmbito da autonomia junto dos jovens institucionalizados em LIJ.	1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?	
	2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?	
	3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências	

Perceber o trabalho que é desenvolvido no âmbito da autonomia tendo em conta o género da população acolhida.	de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.	
	4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?	
	5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.	
	6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?	
Verificar se existem constrangimentos institucionais impeditivos da promoção das competências de autonomia nos jovens institucionalizados.	7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?	
Verificar se existem constrangimentos que impedem a concretização de forma segura e sustentada dos Projeto de Vida de Autonomização.	8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?	
	9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?	

V. Plano DOM		
Objetivos	Questões	Observações
Identificar as principais alterações ocorridas no âmbito da promoção da autonomia dos jovens institucionalizados após a implementação do Plano DOM nos LIJ, analisando a intervenção numa perspetiva temporal (antes e após o Plano DOM);	10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.	
	11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM?	
	12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?	

VI. Conclusão	
Agradecer a colaboração; Facultar os resultados da entrevista; Esclarecimento de eventuais dúvidas do entrevistado	

Anexo E – Reformulação do Guião da entrevista semi-estruturada – Diretor técnico

Caraterização do LIJ:	
Nome do LIJ: _____	Tipo de população acolhida: Masculina ___ Feminina ___
Data de entrada do LIJ no Plano DOM: _____	LIJ abrangido atualmente pelo SERE +: S ___ N ___
Data da entrevista: _____	
Caraterização do entrevistado:	
Nome: _____	Profissão: _____
Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: _____	
Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: _____	

IV. Apresentação	
Apresentação do entrevistador; Objetivo da entrevista; Duração da entrevista; Garantia de confidencialidade; Pedido de autorização de gravação de entrevista ou outro registo.	- Conhecer a perceção dos diretores técnicos, equipa técnica, equipa educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude para a promoção de competências de autonomia dos jovens acolhidos; - Compreender de que forma a implementação do Plano DOM nos LIJ levou a mudanças na promoção da autonomia dos jovens institucionalizados Duração: 40 min

V. Estrutura de acolhimento		
Objetivos	Questões	Observações
Caraterizar o LIJ tendo em conta a sua estrutura e população que acolhe	Qual a capacidade do LIJ?	
	Número de crianças/jovens acolhidos?	
	Número de jovens entre os 12 -16 anos e entre os 17 - 20 anos?	
	Número de projetos de vida definidos como Autonomização?	

VI. Recursos humanos		
Objetivos	Questões	Observações
Caraterizar os recursos humanos da instituição.	Como é constituída a Equipa Técnica?	TSSS ___ TSES___ Psi___ Outros. Quais? _____
	Como é constituída a Equipa Educativa?	Identificar o/os elemento/s responsável/eis pela área da autonomia
	Como é constituída a Equipa de Apoio? Existem outros funcionários?	Cozinha ___; Limpeza ___; Vigilantes___; Administrativa___; Outros. Quais?

IV. Intervenção Institucional – especificidade da autonomia		
Objetivos	Questões	Observações
Conhecer a perceção do/a diretor/a técnico/a relativamente à intervenção desenvolvida no âmbito da autonomia junto dos jovens institucionalizados em	1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?	
	2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?	
	3. De que forma é que estes jovens são	

LIJ. Perceber o trabalho que é desenvolvido no âmbito da autonomia tendo em conta o género da população acolhida.	preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.	
	4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?	
	5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.	
	6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?	
Verificar se existem constrangimentos institucionais impeditivos da promoção das competências de autonomia nos jovens institucionalizados.	7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?	
Verificar se existem constrangimentos que impedem a concretização de forma segura e sustentada dos Projeto de Vida de Autonomização.	8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?	
	9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?	

V. Plano DOM

Objetivos	Questões	Observações
Identificar as principais alterações ocorridas no âmbito da promoção da autonomia dos jovens institucionalizados após a implementação do Plano DOM nos LIJ, analisando a intervenção numa perspetiva temporal (antes e após o Plano DOM);	10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.	
	11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).	
	12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?	

VII. Conclusão

Agradecer a colaboração; Facultar os resultados da entrevista; Esclarecimento de eventuais dúvidas do entrevistado	
--	--

Anexo F - Transcrição das entrevistas efetuadas aos Diretores técnicos

Código LIJ : LIJ1	Código entrevista: DT	Data da entrevista: 14/01/2014
<u>Caraterização do LIJ:</u> Tipo de população acolhida: Masculina Data de entrada do LIJ no Plano DOM: 2008 LIJ abrangido atualmente pelo SERE +: Sim		
<u>Caraterização do entrevistado:</u> Profissão: Assistente Social Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 9 anos Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: 2004		

Qual a capacidade do LIJ? 65

Número de crianças/jovens acolhidos? 40 + 3 Apartamento de Autonomia

Número de jovens entre os 12 -16 anos e entre os 17 - 20 anos? 12-16 anos: 9; 17-20 anos: 10

Número de projetos de vida definidos como Autonomização? 10

Como é constituída a Equipa Técnica? 1 Diretor Técnico; 2 Psicólogos; 1 Técnico Superior de Serviço Social e 1 Técnico Superior de Educação Social (responsável pela área de autonomia).

Como é constituída a Equipa Educativa? 5 monitores (1 é responsável pela área de autonomia).

Como é constituída a Equipa de Apoio? Existem outros funcionários? 2 ajudantes de ação direta; 1 administrativa; 1 encarregada de serviços gerais; 1 cozinheira; 1 lavadeira; 2 auxiliares de limpeza.

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

Essencialmente proporcionar momentos e um espaço onde estas competências possam ser treinadas e potenciadas, devidamente supervisionadas por uma equipa de trabalho.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Tudo depende dos jovens, nomeadamente das suas características, pois alguns precisam dos ensinamentos mais básicos ao invés de outros que basta alguma orientação para desenvolverem com maior facilidade as ditas competências

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Através de um acompanhamento sistemático ao longo do seu acolhimento. Através de programas que existem em funcionamento no lar nomeadamente o TCA, PGA e o próprio apartamento de autonomia.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Com o atual e limitado quadro de pessoal a efetivação fica muito limitada em detrimento do que já é feito com qualidade.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Sim. Uma divisão adaptada, onde foram criadas as condições mínimas para que este treino de gestão doméstica possa ser efetuado, devidamente equipado, mas com algumas limitações. Existe ainda um apartamento fora da instituição.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

Essencialmente a preparação para uma desinstitucionalização segura e com a dotação de bases que até à existência destes programas era inexistente.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Se o quadro de pessoal se mantiver estável bem como o financiamento, os obstáculos não se colocam.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

Na minha ótica apenas depende dos próprios utentes que por vezes desistem dos programas, fora isso uma eventual indicação superior para suspender este trabalho o que nunca foi sequer colocado em causa, tendo em conta a visibilidade e sucesso bem como a importância que estes programas têm tido.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Apenas temos um caso com mais de 21 anos. Foi uma situação que achamos por bem manter, tendo em conta o jovem em causa e a falta de retaguarda que tinha. Mais situações têm que se ponderar muito bem dados os constrangimentos, sejam legais ou sejam económicos.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Claramente dotou o LIJ de uma equipa multidisciplinar alargada permitindo uma efetivação de um tipo de trabalho e acompanhamento que simplesmente não existia pois o LIJ apenas tinha dois técnicos e 65 utentes. Começamos a fazer um trabalho completamente diferenciado...para melhor... sem dúvida!

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Não. Não houve uma melhoria, pois não se melhora o que não existia...proporcionou sim a sua implementação e desenvolvimento com ajustamentos e melhorias derivadas da experiência.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Muito simples...não era. Não me recordo de saídas de utentes para autonomia, o retorno à família dominava...

Código: LIJ: LIJ2

Código entrevista: DT

Data da entrevista: 21/02/2014

Caraterização do LIJ:

Tipo de população acolhida: Feminina

Data de entrada do LIJ no Plano DOM: 2008

LIJ abrangido atualmente pelo SERE +: Sim

Caraterização do entrevistado:

Profissão: Psicóloga

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 7 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: Outubro 2008

Qual a capacidade do LIJ? 30

Número de crianças/jovens acolhidos? 20 + 3 Apartamento de Semi-Autonomia

Número de jovens entre os 12 -16 anos e entre os 17 - 20 anos? 12-16 anos: 9; 17-20 anos: 10; + 21 anos: 4

Número de projetos de vida definidos como Autonomização? 10

Como é constituída a Equipa Técnica? 1 Diretor Técnico/Psicólogo e 1 Técnico Superior de Educação Social

Como é constituída a Equipa Educativa? 4

Como é constituída a Equipa de Apoio? Existem outros funcionários? Não são apenas do Lar, pertence à instituição sede.

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

Interação permanente com as jovens, numa estreita relação de confiança e empatia e no estabelecimento de responsabilidades que as ajudem a entender normas e regras de funcionamento.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Respeitar o seu papel e o dos outros, saber lidar com as rotinas do quotidiano e orientar-se no contacto com o mundo exterior.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Na base de uma relação de afetividade de forma a que sejam criadas condições de um ambiente securizante. Criação de atividades sociopedagógicas adequadas e orientadas para uma progressiva autonomia.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Mais contacto com o exterior; criação de algumas responsabilidades individuais e grupais; arranjo e decoração dos espaços da instituição aproximando-as de um ambiente familiar e acolhedor.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

A sala de convívio permite essas possibilidades através de momentos de diálogo, partilha, debate e reflexão; e a execução de algumas tarefas, algumas delas relacionadas com as atividades escolares.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

Maior sensibilidade em relação ao seu papel e com os outros, interiorização de competências básicas de respeito, esperar a sua vez para se expressar, dar sugestões e opiniões.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

A sobrecarga relacionada com burocracia; tratamento de processos individuais; contactos frequentes com as famílias e/ou outras entidades – implicam muito tempo e preocupação acrescidas. Solução: alargamento das equipas.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

O facto das equipas serem reduzidas; falta de estruturas de apoio para o acompanhamento e encaminhamento, entradas/acolhimentos com idades já avançadas; predisposição das jovens para serem ajudadas.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Os casos que temos dentro desta faixa etária são meninas que habitam o apartamento fora da instituição com o assumir de todas as responsabilidades e tarefas que lhes estão subjacentes. Neste aspeto deve

referir-se que esta experiência tem constituído uma grande mais-valia na concretização de projetos de vida.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Criação de equipas multidisciplinares, articulação com os serviços de segurança social e a conseqüente supervisão; realização de atividades mais diversificadas; acompanhamento/ atenção individualizada às crianças/jovens.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Considero que sim. A parceria existente com outras entidades contribui para uma melhoria progressiva neste aspeto. Há também um acompanhamento mais individualizado das crianças/jovens.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Através de rotinas existentes no LIJ.

Código LIJ: LIJ 3	Código entrevista: DT	Data da entrevista: 26/02/2014
<u>Caraterização do LIJ:</u> Tipo de população acolhida: Masculina Data de entrada do LIJ no Plano DOM: 2008 LIJ abrangido atualmente pelo SERE +: Sim		
<u>Caraterização do entrevistado:</u> Profissão: Assistente Social Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 16 anos Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: 1998		

Qual a capacidade do LIJ? 40

Número de crianças/jovens acolhidos? 30 (redução de frequência ao abrigo do Plano DOM)

Número de jovens entre os 12 -16 anos e entre os 17 - 20 anos? 12-16 anos: 15; 17-20 anos: 9; + 21 anos: 1

Número de projetos de vida definidos como Autonomização? 20

Como é constituída a Equipa Técnica? 1 TSSS+ DT, 1 PSI , 2 TSES (técnicos responsáveis)

Como é constituída a Equipa Educativa? 6 (1 só faz noite); 1 ou 2 responsáveis pelo sector da autonomia

Como é constituída a Equipa de Apoio? Existem outros funcionários? 2 cozinheiras, 4 limpeza, 1 administrativa, 1 roupeira, 1 trabalhadora horto florícola

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

Conferir-lhes plenas capacidades de autonomização e prepará-los para o exercício da sua cidadania.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Na minha opinião, é a gestão dos seus bens pessoais (dinheiro) e a correta gestão do seu dia-a-dia.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Através do treino de competências pessoais e sociais. Treino de competências vocacionadas diretamente para o jovem de acordo com as suas dificuldades e capacidades.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

N/R

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Não, utilizamos os espaços disponíveis no Lar.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

Atingem mais facilmente os níveis de motivação necessários após o seu processo de autonomização.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Sim, o boicote a esses treinos por parte do jovem, que muitas vezes significa que ainda não está preparado.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

Falta de soluções para a sua inserção profissional no mercado de trabalho; falta de suporte familiar; alteração dos objetivos pessoais após a sua saída do lar (delinquência).

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Sim. A falta de suporte familiar, aliadas às dificuldades de inserção profissional, essencialmente nos casos de jovens com défice cognitivo, são quase sempre sinónimo de permanência no lar após os 21 anos...

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Aumento dos recursos humanos (educadores sociais); diminuição da frequência de utentes.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Não. O Lar já trabalhava desta forma a autonomia dos jovens, apesar de alguns aspetos terem sido aperfeiçoados.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Essencialmente da mesma forma: planos de autonomia, acompanhamento técnico em questões práticas da vida do jovem. Como não existiam educadoras sociais, este trabalho recaía apenas em 1 ou 2 técnicos.

Código LIJ: LIJ 4

Código entrevista: DT

Data da entrevista: 5/03/2014

Caraterização do LIJ:

Tipo de população acolhida: Feminina

Data de entrada do LIJ no Plano DOM: 2009

LIJ abrangido atualmente pelo SERE +: Sim

Caraterização do entrevistado:

Profissão: Educadora de Infância

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 12 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: Setembro 2009

Qual a capacidade do LIJ? 30 crianças/jovens

Número de crianças/jovens acolhidos? 21

Número de jovens entre os 12 -16 anos e entre os 17 - 20 anos? 12-16 anos: 14; 17-20 anos:

Número de projetos de vida definidos como Autonomização? 17

Como é constituída a Equipa Técnica? 2 TSSS, 1 PSI Como gestores de processos, todos desempenham a função

Como é constituída a Equipa Educativa? 4 educadoras: todas desempenham este papel por acompanharem as educandas em diversas atividades promotoras de autonomia

Como é constituída a Equipa de Apoio? Existem outros funcionários? 2 cozinheiras, 2 limpeza, 2 vigilantes, 2 administrativa, 1 lavandaria, 1 despenseira, 1 serviços gerais

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

Criar condições para que, efetivamente, a preparação para a autonomia seja bem sucedida, de acordo com as competências e capacidades de cada uma das educandas.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Estas deixarem-se ajudar e saberem aproveitar as inúmeras oportunidades que lhes são concedidas. Determinação e persistência, por parte das jovens e adaptar espaços, dentro do edifício, com vista a este fim.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Desde que entram no LIJ se começa a trabalhar a sua autonomia. É elaborado o PSEI, sendo que um dos seus projetos reflete claramente este trabalho e preocupação. Todas as crianças e jovens, de acordo com a sua idade, competências e capacidades começam a assumir tarefas diárias: desde a organização, cuidados e limpeza dos seus espaços. Aprendem a separar roupas para serem lavadas e algumas delas cuidam mesmo de algumas roupas. Também de acordo com suas idades e possibilidades participam na confeção de pequenos cozinhados ou preparação dos ingredientes para a confeção dos mesmos. Tendo em conta o mesmo critério, deslocam-se para as escolas a pé ou de autocarro; começam a fazer algumas compras e tratar dos seus documentos e até a movimentar as suas contas bancárias, quando as têm. É difícil especificar tudo o que se faz, visto que diariamente são muitas as interações com vista a promover este sentido de autonomia. Organização de workshops que estimulem e promovam as suas competências...

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Ter uma cozinha e lavandaria de dimensão familiar, para que as mais velhas pudessem, mais autonomamente, confeccionar refeições e cuidar de suas roupas.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Espaços criados para esse fim, não, contudo há uma enorme preocupação de ir adaptando e rentabilizando os que existem para essa finalidade.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

Com certeza que muitas. É a missão das equipas que trabalham com os jovens, oferecer-lhes ferramentas para que possam ser autónomos quando chegar a hora da saída.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Quando existe uma clara consciência de que essa é uma grande prioridade, especialmente quando há uma percentagem tão elevada de crianças e jovens, cujo projeto de vida é a autonomização, podem existir dificuldades, mas não considero que sejam obstáculos, estes assumem-se como desafios quem em equipa se procuram transpor.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

Muitas das jovens que hoje temos acolhidas apresentam grandes dificuldades na aquisição de competências para que a sua preparação para a autonomia seja sustentada e segura. Essa é uma das grandes preocupações da equipa atualmente. Também o facto de serem acolhidas em idade já muito avançada, sem terem interiorizado nenhum tipo de regras básicas, quer de socialização quer de cuidados dificulta muito a preparação para a autonomia.

Em muitos casos funciona o fator desmotivação. Achem que ainda é cedo para se preocuparem com isso. Tudo lhes está muito assegurado.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Atualmente não se verifica nenhum destes casos, embora já tenham existido vários. Penso que esta é uma necessidade cada vez mais premente, na medida em que cada vez mais necessitam de apoio de terceiros até mais tarde. Contudo, que neste tempo se trabalhe um projeto claro de autonomia e inserção no mundo laboral.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Uma das principais vantagens, foi o reforço da equipa técnica e com ela um trabalho mais sistematizado e refletido.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Na prática acho que não. Nesta casa sempre houve a preocupação de preparar as crianças e jovens para a vida autónoma, de acordo com os tempos e exigências da sociedade. O plano DOM vem sistematizar este trabalho e torná-lo mais reflexivo e documentado, tendo em atenção que se alteraram muito as características da população que hoje é acolhida no LIJ.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Tal como já foi mencionado anteriormente, as crianças e jovens, ao serem acolhidas no LIJ eram muito investidas em termos de preparação quer de ordem prática, quer também académica. Isso fazia-se na inserção em pequenas atividades da vida diária, de acordo com suas capacidades e competências, bem como no estímulo e apoio ao estudo, inclusive para o ensino superior. Felizmente a instituição regista, com muito agrado, o elevado número de jovens que saíram com curso superior e muitas outras bem colocadas em termos profissionais. Ainda hoje algumas educandas se encontram a frequentar o ensino superior. E algumas delas em fase de transição com apoio da bolsa de estudo e apoio da instituição.

Anexo G – Guião da entrevista semi-estruturada inicial – Equipa técnica e Equipa educativa

Caraterização do LIJ:	
Nome do LIJ: _____	Data da entrevista: _____
Caraterização do entrevistado:	
Nome: _____	Profissão: _____
Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: _____	
Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: _____	

I. Apresentação	
<p>Apresentação do entrevistador; Objetivo da entrevista; Duração da entrevista; Garantia de confidencialidade; Pedido de autorização de gravação de entrevista ou outro registo.</p>	<p>- Conhecer a perceção dos diretores técnicos, equipa técnica, equipa educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude para a promoção de competências de autonomia dos jovens acolhidos; - Compreender de que forma a implementação do Plano DOM nos LIJ levou a mudanças na promoção da autonomia dos jovens institucionalizados</p> <p>Duração: 40 min</p>

II. Intervenção Institucional – especificidade da autonomia		
Objetivos	Questões	Observações
<p>Conhecer a perceção do elemento da equipa técnica /educativa relativamente à intervenção desenvolvida no âmbito da autonomia junto dos jovens institucionalizados em LIJ.</p> <p>Perceber o trabalho que é desenvolvido no âmbito da autonomia tendo em conta o género da população acolhida.</p>	1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?	
	2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?	
	3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.	
	4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?	
	5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especifique quais.	
	6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?	
<p>Verificar se existem constrangimentos institucionais impeditivos da promoção das competências de autonomia nos jovens institucionalizados.</p>	7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?	
<p>Verificar se existem constrangimentos que impedem a concretização de forma segura e sustentada dos Projeto de Vida de Autonomização.</p>	8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?	
	9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?	

III. Plano DOM		
Objetivos	Questões	Observações
Identificar as principais alterações ocorridas no âmbito da promoção da autonomia dos jovens institucionalizados após a implementação do Plano DOM nos LIJ, analisando a intervenção numa perspetiva temporal (antes e após o Plano DOM);	10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.	
	11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM?	
	12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?	

IV. Conclusão	
Agradecer a colaboração; Facultar os resultados da entrevista; Esclarecimento de eventuais dúvidas do entrevistado	

Anexo H – Reformulação do Guião da entrevista semi-estruturada – Equipa técnica e Equipa educativa

Caraterização do LIJ:	
Nome do LIJ: _____	Data da entrevista: _____
Caraterização do entrevistado:	
Nome: _____	Profissão: _____
Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: _____	
Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: _____	

I. Apresentação	
<p>Apresentação do entrevistador; Objetivo da entrevista; Duração da entrevista; Garantia de confidencialidade; Pedido de autorização de gravação de entrevista ou outro registo.</p>	<p>- Conhecer a perceção dos diretores técnicos, equipa técnica, equipa educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude para a promoção de competências de autonomia dos jovens acolhidos; - Compreender de que forma a implementação do Plano DOM nos LIJ levou a mudanças na promoção da autonomia dos jovens institucionalizados</p> <p>Duração: 40 min</p>

II. Intervenção Institucional – especificidade da autonomia		
Objetivos	Questões	Observações
<p>Conhecer a perceção do elemento da equipa técnica /educativa relativamente à intervenção desenvolvida no âmbito da autonomia junto dos jovens institucionalizados em LIJ.</p> <p>Perceber o trabalho que é desenvolvido no âmbito da autonomia tendo em conta o género da população acolhida.</p>	1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?	
	2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?	
	3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.	
	4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?	
	5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especifique quais.	
	6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?	
<p>Verificar se existem constrangimentos institucionais impeditivos da promoção das competências de autonomia nos jovens institucionalizados;</p>	7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?	
<p>Verificar se existem constrangimentos que impedem a concretização de forma segura e sustentada dos Projeto de Vida de Autonomização.</p>	8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?	
	9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?	

III. Plano DOM		
Objetivos	Questões	Observações
Identificar as principais alterações ocorridas no âmbito da promoção da autonomia dos jovens institucionalizados após a implementação do Plano DOM nos LIJ, analisando a intervenção numa perspetiva temporal (antes e após o Plano DOM);	10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.	
	11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).	
	12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?	

IV. Conclusão	
Agradecer a colaboração; Facultar os resultados da entrevista; Esclarecimento de eventuais dúvidas do entrevistado	

Anexo I - Transcrição das entrevistas efetuadas aos elementos da Equipa técnica

Código LIJ: LIJ1

Código entrevista: ET

Data da entrevista: 14/01/2014

Caraterização do entrevistado:

Profissão: Assistente Social

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 5 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: Outubro 2008

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

O papel do lar, antes de qualquer outro, é garantir a proteção e a segurança das crianças e jovens acolhidas, depois existem todos os outros princípios de intervenção que devem no caso concreto promover as competências sociais e pessoais dos jovens com vista a uma maior afirmação pessoal. Para tal, o nosso papel deve ser o de promover /fortalecer competências de autonomia capazes de potenciar todo o processo de crescimento a nível emocional, social e cognitivo. Neste sentido, o Lar desenvolve alguns projetos nesta área que de acordo com as necessidades e características de cada jovem promovem as suas competências pessoais e sociais. O nosso papel deve ser o de educador, e gradualmente inculcar responsabilidades diárias a cada jovem de modo a reforçar as suas competências seja na área pessoal, seja no que diz respeito ao seu papel enquanto cidadão, inculcando-lhe valores de cidadania ativa e também competências domésticas (confeção de alimentos, tratamento de roupa, compras, gestão de dinheiro, etc.). Sobretudo olhar cada jovem com respeito, com individualidade e exigir-lhe o melhor que tem para dar e partilhar.

Maioritariamente são jovens inseguros que precisam de fortalecer a sua confiança e sentir que são capazes. É importante dar-lhes espaço para pensar, refletir, tomar decisões e participar ativamente no seu projeto de vida, responsabilizando-o também pelo sucesso do mesmo. É importante que sintam que fazem parte do plano, que são parte interessada no mesmo e que toda a intervenção lhes faça sentido. É importante que possam participar em decisões de funcionamento do lar, sentido que esta é, por ora, a sua casa e que fazem parte dela. Só assim, podem dar o melhor deles e nós podemos com eles exigir-lhes o envolvimento necessário para que no dia em que saírem possam ter alguns recursos que lhes possibilitem uma vida lá fora com alguma segurança e confiança em si mesmos.

Para concluir, o papel da instituição de acolhimento na promoção das competências de autonomia dos jovens aí acolhidos deve ser um papel de equipa com o jovem, não o colocar de lado e decidir por ele, de educação, de proteção, de reforço das suas capacidades e de promoção de um futuro melhor. Deve ser um papel ativo de preparação para a vida lá fora, permitindo-lhes enquanto jovens acolhidos o acesso ao exterior com vivências sociais muito semelhantes às de um quadro familiar em meio natural de vida.

Se é fácil? Não, não é. Mas é um desafio constante, uma oportunidade de gerar mudança e sobretudo de acreditar em cada criança ou jovem.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Principais necessidades? Bem, parece-me que estão muito ligadas ao desenvolvimento de competências ao nível da gestão doméstica, procura ativa de emprego e articulação com serviços/recursos, bem como as relacionadas com o processo de tomada de decisões e libertação emocional. Não esqueçamos que a

maioria dos jovens acolhidos e, centrando-me no conhecimento que tenho da realidade nacional, está habituado a que tudo lhe chegue sem que para isso tenha participado ativamente em nada. É a roupa que lhe chega aos quartos, é a comida que está pronta e é só sentar e comer, são as consultas que são marcadas e são acompanhados ao médico, etc. Uma série de rotinas que fazem parte da vida de todos nós mas que estes jovens acolhidos parecem desconhecer. Por isso é fundamental que cada instituição desenvolva projetos e atividades diárias que fomentem a responsabilidade de cada criança e jovem e contribuam para a aquisição e desenvolvimento de competências práticas e comunicacionais de autonomia.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Nos últimos cinco anos o Lar tem vindo a desenvolver projetos na área da promoção de autonomia, muito graças ao trabalho desenvolvido pela colega de Educação Social que fomentou muitos desses projetos e que é atualmente a coordenadora do setor de autonomia na nossa instituição. Não foi um processo fácil, no sentido em que somos uma instituição massificada, com um edifício desadequado para este tipo de resposta social e que chegou a acolher 65 crianças e jovens (há sensivelmente três anos passamos a ter uma média de 42 utentes) com idades muito díspares. Por outro lado a alteração de rotinas, regras e consequentemente do modelo de funcionamento do lar entre os constrangimentos apresentados também não foi um processo fácil. Foi gradual, experiencial até definirmos os grupos de trabalho tendo em conta alguns critérios como a fase de desenvolvimento, competências/caraterísticas de cada criança e jovem, perfil, entre outros.

Atualmente as nossas crianças/jovens participam em atividades da vida diária, tais como, o colocar e levantar as mesas, servir às refeições, limpeza do quarto e espaços pessoais, e dependendo do projeto poderá ter de realizar tarefas que se relacionam com a gestão doméstica, articulação com serviços/recursos comunitários, gestão de relações interpessoais, gestão emocional, etc.

Assim, no Lar desenvolvemos atualmente os seguintes projetos na área da promoção de autonomia:

O Plano Gradual de Autonomia (PGA): em que o jovem tem a responsabilidade de realizar um conjunto de ações diárias orientadas para a experimentação de hábitos e rotinas domésticas e do exercício quotidiano de cidadania, (ex: acordar sozinho, articular com serviços, efetuar limpeza geral e arrumação dos espaços individuais, faz uma gestão semiautónomo dos estudos; tem autonomia na utilização dos objetos pessoais de lazer como por exemplo telemóvel, computador, à noite nos quartos) com vista à promoção das suas competências pessoais e sociais de autonomia, o que consequentemente, promove um maior sentido de responsabilidade, ao nível da dinamização do seu Projeto de Vida de Autonomização. Destina-se a jovens com idade igual ou superior a 18 anos ou que detenham o 9º ano de escolaridade.

O Treino de Competências para a Autonomia (TCA) prevê a aquisição de competências pessoais e sociais que contribuam para a independência gradual de cada jovem. Neste projeto aprendem a confeccionar refeições, a assumir uma postura adequada à mesa segundo um padrão adulto, limpeza e arrumação do espaço; tratamento de roupa. É desenvolvido por um elemento da equipa educativa com supervisão direta da Educadora Social.

O Projeto Desafio de Autonomia (PDA) visa na mesma a aquisição de competências pessoais e sociais que contribuam para a independência gradual de cada jovem e tem basicamente a mesma estrutura que o TCA diferenciando-se por incluir mais algumas tarefas, como por exemplo, a gestão financeira, onde o jovem também realiza compras de forma responsável; tem de se dirigir às diferentes entidades e serviços

comunitários e reconhecer a função de cada um; desenvolve técnicas ativas de emprego e trabalhamos também os direitos e deveres enquanto cidadão. Este projeto atualmente não está a funcionar, por constrangimentos técnicos (falta de recursos humanos) e temporais (carga horária demasiado preenchida para dar continuidade a este projeto), apesar de ser intenção retomá-lo logo que possível. É desenvolvido pela Educadora Social e a parte da articulação de serviços, cidadania ativa e procura ativa de emprego por mim.

No entanto, sempre que temos jovens que necessitam e/ou consideremos importante desenvolver competências ao nível da procura ativa de emprego, articulação de serviços/recursos comunitários, incluindo uso de transportes públicos, trabalhamos com eles estas questões independentemente da sua integração em projeto específico.

Desenvolvemos também um programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais destinado a jovens com debilidade ligeira e moderada, onde eram abordadas diferentes temáticas, tais como: precauções sobre a utilização do gás e da eletricidade; importância de não aceitar boleias de estranhos, bebidas e comidas; manipulação de objetos e materiais cortantes com precaução; observar as regras de segurança ao andar na via pública; identificar e respeitar os sinais de segurança nas praias; fazer pequenas compras, aprender a estar segundo um padrão adulto; questões de higiene pessoal; comer segundo um padrão adulto; etc. Atualmente, este projeto também está parado, por falta de recursos humanos.

No entanto, sempre que possível temos a preocupação de desenvolver com estes jovens aprendizagens funcionais (calendário, dias da semana, ver as horas, etc.) com o apoio da equipa educativa.

Temos ainda o Apartamento de Autonomia, que consideramos ser uma resposta transitória entre o acolhimento e a vida lá fora, que surge exatamente da necessidade de preparar os jovens para a autonomização e dotá-los de todas as experiências e competências necessárias para uma vida independente do lar, tentando assim minimizar os fatores de exclusão social e potenciar uma maior desinstitucionalização segura. Tem capacidade de resposta para 4 jovens, que devem ter ou frequência escolar ou estar integrados no mercado de trabalho. Este apartamento situa-se fora do lar, na sede de concelho, e todos os jovens ali integrados mantêm as medidas de promoção e proteção de acolhimento institucional. Muitas pessoas pensam que estes jovens estão com a aplicação de outra medida de promoção e proteção que é a de autonomia de vida mas, no nosso caso em particular, não se trata dessa situação. A responsável pelo projeto é a Educadora Social e estão afetos mais dois técnicos a tempo parcial, um psicólogo e eu.

De um modo geral o principal objetivo deste apartamento é que os jovens possam ter acesso a uma realidade completamente diferente do Lar, com uma dinâmica funcional muito mais aproximada da realidade familiar e que lhes permite fortalecer/desenvolver competências práticas de autonomia preparando cada jovem para um futuro autónomo e responsável. No fundo é como em nossas casas, eles têm de tratar da higiene habitacional, pessoal, tratar da roupa, fazer compras, gerir dinheiro, articular com serviços, assumir responsabilidades de participação cívica e de cidadania, cumprir horários escolares e/ou laborais, etc.

O trabalho desenvolvido com estes jovens é faseado, tendo em conta o tempo de permanência e evolução individual de cada um, e contempla diferentes medidas: gestão doméstica; cidadania ativa e articulação com serviços; socialização e aproximação ao mercado de trabalho.

Existem critérios de admissão definidos e os jovens têm de estar motivados para integrar este projeto, assinando um contrato de compromisso com o Lar onde cada jovem terá de cumprir com as regras e procedimento interno do apartamento, ou seja, com o seu regulamento interno.

Pretende-se que estes jovens saiam do Apartamento a saber- ser, saber-estar, saber-fazer e a saber-saber. No fundo, com as competências pessoais e sociais que lhes permitam viver de um modo seguro e confiante fora do contexto institucional.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Considero que o trabalho desenvolvido pelo lar nesta área tem sido bastante positivo apesar de existir sempre outras coisas a fazer/melhorar. Talvez conseguir um equilíbrio funcional entre a equipa educativa e equipa técnica para retomar o trabalho com o grupo de jovens com debilidade ligeira ou moderada trabalhando com eles semanalmente questões práticas como o saber os dados pessoais, conhecer o dinheiro e o seu valor, apresentação social, etc.

Outra estratégia talvez seja avançar para uma ideia que já por diversas vezes falámos que é a partir de uma determinada idade passarem a andar com a sua identificação pessoal (e não com fotocópia) responsabilizando-os pela mesma e na sua perda por todo o processo de aquisição de 2ª via.

Lembro-me também da dinamização do grupo de crianças/jovens acolhidos, constituindo uma associação de utentes que vise uma maior participação nas tomadas de decisões referentes ao funcionamento do lar, fortaleça o sentimento de pertença, direitos e deveres de cada um e dinamize atividades abertas à comunidade potenciando assim a rede social informal destas crianças/jovens.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Sim, existe uma sala para treino de competências de autonomia, onde se desenvolvem os Projetos TCA e PDA e onde por vezes também é utilizada para dinamizar o Atelier de Culinária que se realiza todas as 4ª feiras (a 4.ª feira jovem é uma noite livre destinada ao lazer: atividades lúdicas, recreativas, culturais). Esta sala era um antigo bar e que foi adaptada com um fogão (não industrial), frigorífico, lava louça, bancadas, mesa de refeições, tábuas de passar a ferro, ferros, utensílios de cozinha, etc., e na lavandaria foi criado um espaço para uma máquina de lavar roupa de tamanho familiar onde os jovens aprendem a lavar e a estender roupa.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

São jovens com mais recursos, maior confiança em si mesmos, mais conscientes das responsabilidades diárias a ter no seu quotidiano, desde a área da saúde em que são responsáveis por efetuar marcações de consultas e frequentar as mesmas. Aprendem a poupar, a fazer compras de forma responsável, até à responsabilização pelos seus pertences e procura de informações e recursos (procura de emprego, equipamentos desportivos, de lazer, serviços públicos, etc.). São jovens que desenvolvem uma maior capacidade de interação com o grupo de pares e adultos e que adquirem uma maior afirmação pessoal.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Impedir não digo, mas que podem sem dúvida limitar a intervenção, sim. A começar temos o que já referi várias vezes, o fraco rácio técnico/utente e educador/utente o que limita o desenvolvimento de projetos/atividades e se reflete na falta de tempo dos profissionais, acumulação de trabalho; depois o elevado número de utentes, o que implica trabalharmos com um grupo muito heterogéneo não só em

idades como em termos de problemáticas associadas e perfis, o que nem sempre possibilita o melhor treino de competências.

Porém, temos ultrapassado alguns constrangimentos, recorrendo à gestão do grande grupo em pequenos grupos de trabalho; a uma articulação estreita entre a equipa técnica e equipa educativa através das figuras do gestor de caso e educador de referência de cada criança e jovem, entre outras.

Ao nível de autonomia por parte da direção para a implementação de projetos desde que devidamente sustentado e fundamentado a necessidade de aplicação de determinado projeto não temos tido constrangimentos por parte da presidência.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

Essa questão parece-me que ganha cada vez mais relevância atendendo à atual conjuntura socioeconómica bem como ao quadro legal em vigor para as crianças e jovens acolhidas em LIJ. Questiono se hoje em dia existem muitos jovens que residam com os pais e se autonomizam aos 21 anos como acontecia há uns anos atrás? Não. Cada vez mais as pessoas saem mais tarde de casa, pelo que, seria interessante repensar até que ponto o nosso quadro legal não deveria acompanhar a estrutura da sociedade e aumentar a idade para os jovens continuarem a requerer acompanhamento protetivo após os 18 anos até mais do que os 21 anos.

À parte desta reflexão, se por um lado temos de considerar o próprio perfil dos jovens, as possíveis fugas da instituição, por outro, temos sempre os recursos escassos da rede social para integrar/inserir social e profissionalmente estes jovens que muitas das vezes conseguem apenas trabalhos a part-time com vínculos laborais precários ou inserções no mercado através de medidas de apoio social.

Temos ainda a influência da família, que em algumas situações pode levar a que o jovem rejeite a sua autonomização. Saliento que por vezes o melhor projeto de vida para aquele jovem é o de autonomização mas não o impede de manter os laços familiares, por se considerar importante para a sua estabilidade emocional e comportamental. Por vezes, no momento de autonomização, o jovem, maior de 18 anos, rejeita o processo e regressa à família mesmo que os fatores de risco/perigo não tenham cessado ou minimizado.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Sim, temos atualmente uma situação de um jovem com mais de 21 anos, que frequentou o Apartamento de Autonomia do Lar. No entanto, quando fez os 21 anos, o jovem apresentava ainda alguma dependência em termos económicos, dada a insuficiência de rendimentos provenientes do trabalho, o qual não lhe permitia de forma sustentada assegurar autonomamente as despesas relacionadas com o alojamento, alimentação e demais despesas de caráter pessoal, sendo entendimento da equipa técnica e direção da instituição que o mesmo permanecesse no Apartamento por mais alguns meses.

A minha posição face a esta situação é de total concordância e reafirmo a posição de se proceder à alteração da lei conforme exposto e pelas razões apresentadas anteriormente.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Maior capacidade de resposta e intervenção mais individualizada e personalizada junto das crianças/jovens e suas famílias; reforço da equipa técnica; acesso a supervisão externa o que possibilita um novo olhar e reflexão sobre a prática profissional e conseqüente modelo de funcionamento do Lar; envolvimento das famílias no plano de intervenção, gerando-se uma maior proximidade e confiança com as mesmas; aplicação dos processos-chaves constantes no manual de procedimentos dado pela

Segurança Social com as devidas adaptações à nossa realidade institucional. Passou a existir a gestão centralizada de vagas o que, a meu ver, está pensado para uma perspetiva concertada do acolhimento mas que na prática não funciona desse modo existindo falhas no processo, nomeadamente ao nível da informação que é disponibilizada/acedida, sendo frequente as fichas de admissão chegarem ao LIJ com escassa informação em diversas áreas: saúde, escolar, familiar, etc. o que dificulta uma análise holística da situação e conseqüentemente, o planeamento da intervenção para aquela criança/jovem.

Com o reforço e requalificação da equipa técnica, conseguiu-se aplicar diversos projetos de promoção de competências de autonomia, gestão comportamental e emocional, intervenção familiar, entre outros, o que contribui para uma melhor dinamização dos projetos de vida e conseqüente operacionalização dos mesmos em tempo útil.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Sem dúvida. Agora existe uma intervenção mais eficaz e especializada a todos os níveis. Anteriormente a instituição tinha 65 utentes, dois técnicos e o trabalho era massificado. Era difícil realizar um trabalho individualizado e personalizado para as crianças/jovens acolhidas e criar uma rotina mais familiar que lhe permitisse fortalecer/adquirir competências práticas de autonomia. Com a implementação do Plano DOM no Lar e conseqüentemente a inserção de mais 5 técnicos foi possível implementar diferentes projetos na área da promoção de autonomia, ter uma intervenção cada vez mais focada em cada criança/jovem e não no grupo; reduzir o número de utentes; criar espaços e rotinas mais próximos da realidade familiar que incutem um reforço/aquisição das suas competências pessoais e sociais (como por exemplo: no refeitório, pôr e levantar as mesas; sala de TCA; limpeza e organização dos espaços pessoais; etc.); articulam com serviços/recursos comunitários de forma autónoma, etc. Hoje em dia, a maior parte dos nossos jovens adquirem as competências mínimas de autonomia para poderem ser jovens independentes no mundo, fora do contexto institucional.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Devido aos constrangimentos já apresentados muito pouco era feito a esse nível. Contudo existia preocupação para preparar os jovens para um futuro autónomo, tendo ocorrido duas experiências pontuais de jovens que foram residir para um apartamento fora do Lar, no concelho de Coimbra, onde com o apoio e supervisão direta do psicólogo da instituição tinham de viver autonomamente.

Código LIJ: LIJ2

Código entrevista : ET

Data da entrevista: 21/02/2014

Caraterização do entrevistado:

Profissão: Educadora Social

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 5 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: Fevereiro 2011

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

O Lar faz de tudo... se não fosse o lar elas não conseguiam isso com as famílias por isso é que elas estão cá.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Para além de nós suprimos as necessidades básicas, desenvolvemos as competências pessoais e sociais que elas experimentam aqui e têm experiências que em casa não teriam. O facto de muitas vezes insistirmos com elas na realização das atividades ou tarefas diárias, elas acabam por perceber que são capazes. Ao entrarem aqui no lar, a maior parte das jovens ficam muito desmotivadas, o que por vezes é difícil tentarmos arranjar algo que as motive. Elas estão numa fase que querem estar com os amigos, ao computador, ao telemóvel. E portanto encontrar algo que as motive é muito complicado.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Elas têm as tarefas diárias no lar e tentamos inseri-las na comunidade com atividades. Estamos à espera que elas sejam integradas num ginásio, têm natação...

Cada menina faz a sua tarefa; elas estão distribuídas numa escala e têm tarefas...cada jovem fica responsável por naquela semana arrumar o quarto, cada uma mete na máquina de lavar, faz a separação das roupas, colocar na máquina de secar. Depois também têm tarefas na cozinha e no refeitório. Também temos ateliês de culinária dinamizados pelas irmãs ou por mim. Também temos o apartamento de semi-autonomia. No apartamento também há escalas de tarefas. Eu noto que as jovens fazem as tarefas porque são obrigadas a fazer... por vezes não fazem tão bem pois acham que a colega que vem a seguir vai fazer. O Apartamento é alugado pela Instituição e localiza-se aqui pertinho. Temos uma jovem que está a estudar e a instituição disponibiliza uma verba, as outras colegas como já estão a trabalhar, já são autónomas, pagam. Porque são maiores de 21 anos assumem as despesas da casa; as despesas são partilhadas.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Noto que precisávamos de mais elementos em ambas as equipas, apesar de não termos muitas jovens, precisávamos porque recai tudo para nós (técnicas) em termos burocráticos. Qualquer coisa que se faça, por exemplo, vai-se a uma consulta médica com as jovens temos de ter tudo registado. Em primeiro lugar seria isso. Depois promover outro tipo de experiências que elas ainda não têm... queríamos trazer elementos externos, pois elas aceitam mais facilmente, como exemplos de profissões que elas possam a vir a ter no futuro... elas muitas vezes não têm objetivos de vida.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Não, a cozinha é utilizada para as irmãs cozinharem e as meninas ao fim-de-semana (sábado à noite e domingo o dia todo, são 3 refeições). Desde há pouco tempo temos uma lavandaria com máquinas do tipo doméstico que até há pouco tempo não existia. E não existe um espaço em que seja possível trabalhar com as jovens de forma mais individualizada.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

Ao nível da autonomia até porque desta forma elas podem reproduzir o que aprenderam quando saírem daqui... muitas não têm estes hábitos.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

A falta de técnicos, a burocracia exigida. O dinheiro também condiciona. Por exemplo, a questão das mesadas, a mesada delas é muito baixa, muito pequena e nós não conseguimos trabalhar com elas a

gestão do dinheiro... recebem 5 euros por mês. O que é que conseguimos trabalhar com elas? Mesmo no apartamento de semi-autonomia ela recebe 32.50€ e eu não consigo trabalhar com ela a poupança, o comprar uma peça de roupa pois de facto o dinheiro não é muito. Ela carrega o telemóvel, e se quiser ir à cidade ter uma atividade com os amigos, ir ao cinema e ainda pagar o autocarro o dinheiro não chega e isso torna-se um obstáculo. E a nível de estrutura não é fácil eu ir ao supermercado com elas, comprar algumas coisas e cozinhar em casa... pois temos uma central de compras que gere toda a instituição. O facto das jovens viverem num lar com outras (e são tantas) há coisas que não se consegue trabalhar. Não é o mesmo que estarem numa família.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

Aqui temos uma coisa muito boa: a instituição dá emprego às meninas todas. As 3 meninas que estão no apartamento trabalham cá. No caso de outras meninas não sabemos como vai ser até porque a instituição não consegue assimilar todas...

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Temos 4 meninas com mais de 21 anos e 3 delas estão no apartamento. Ninguém manda as meninas embora, há uma grande preocupação da instituição com o futuro delas. Temos o caso da última jovem que foi para o apartamento e que se não fosse a instituição a dar-lhe emprego, não estaria a trabalhar.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

A principal vantagem foi começar a olhar-se para a criança/jovem como um ser individual, com necessidades específicas e individuais. Proporcionou-se uma série de saídas, por exemplo a museus, à praia, porque aumentou o número de técnicos. Começou a trabalhar-se com as famílias, haver uma aproximação, trabalhar uma reintegração. A ideia que eu tenho era que os lares antigamente eram depósitos e era para a vida toda. Agora olha-se para as famílias como seres capacitantes e cabe a nós técnicos modificar essa realidade.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Sim, sem dúvida. Embora eu ache que as irmãs já faziam esse trabalho cá e faziam-no bem. Claro que com a integração trabalha-se mais a autonomia e outras áreas.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

As irmãs já faziam. Elas não gostam mas até faziam costura e bordados... e isso considero uma mais valia para o futuro pois é útil.

Código LIJ: LIJ 3

Código entrevista: ET

Data da entrevista: 26/02/2014

Caraterização do entrevistado:

Profissão: Educadora Social

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 2 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: Outubro 2011

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

“Motor de impulso” para a concretização de todo um projeto de vida de forma autónomo e responsável.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

As principais dificuldades estão inerentes aos próprios constrangimentos dos jovens.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Trabalho individual com cada jovem de acordo com as suas dificuldades e necessidades no treino e desenvolvimento das suas competências.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

A Instituição e as Equipas fazem o que está ao alcance.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Na própria Instituição (espaços comuns).

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

Aquisição de competências e melhor preparação para uma vida mais autónoma.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Por vezes o fator tempo para podermos estar com os jovens e o facto, por exemplo, de não existir um apartamento de pré-autonomia.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

A vontade do jovem em querer sair da Instituição antes do tempo previsto e sem as devidas competências.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Os jovens com mais de 21 anos que se encontram institucionalizados ainda estão na fase final da concretização do seu projeto de vida para eles delineado.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Reforço da equipa técnica.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Este trabalho já era realizado.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Da mesma forma, mas atualmente com a colaboração das educadoras sociais.

Código LIJ: LIJ4

Código entrevista: ET

Data da entrevista: 5/03/2014

Caraterização do entrevistado:

Profissão: Psicóloga

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 4 anos e 3 meses

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: 2 de Dezembro 2009

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

Este LIJ tem como população-alvo um grupo muito diferenciado em termos de características individuais e familiares. São jovens do sexo feminino que são acolhidas já com idade avançada (início da adolescência) e com debilidade cognitiva, sobretudo após o ano de 2009. Com esta população, a instituição dá suporte total na promoção da autonomia, tal como faz com as crianças mais pequenas – cuidados de higiene, vestuário, aprender a usar talheres, limpeza básica do espaço e gestão diária/rotinas diárias. A instituição tem um papel primordial porque promove as competências mais básicas destas jovens – quase mesmo na base da sobrevivência.

Em relação às outras jovens, geralmente sem suporte familiar, o LIJ tem de promover todas as competências que tradicionalmente competem às famílias tradicionais: ensinar a cozinhar e regras relacionadas com as refeições, tratamento de roupas (roupas diferentes, lavar à mão, à máquina, que tipo de detergentes usar), técnicas de procura de emprego, gestão financeira. Outra área importante é a autonomia efetiva – dotar as crianças de competências pessoais/valorização pessoal, de forma a que consigam relacionar-se de forma saudável com outros jovens/ adultos.

Este LIJ desenvolve programas de autonomização de acordo com as capacidades de cada jovem, tendo em conta a sua idade e sobretudo o seu projeto de vida.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Como temos um grande número de jovens com grandes limitações cognitivas, uma grande parte necessita de apoios muito básicos como higiene, vestuário, gestão diária do tempo. Outras jovens com mais capacidades, são feitas atividades no sentido de aprenderem a gestão da vida quotidiana: treino de cozinha, cuidados com roupas, gestão financeira, cuidados com a casa e técnicas de procura de emprego.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Há jovens que têm grandes debilidades cognitivas e de integração social, sendo que a ação prioritária se desenvolve nos cuidados consigo mesmos: higiene pessoal, gestão diária, cuidados com roupas e com os espaços. As mais capazes treinam estas competências: aprendizagem de técnicas de cozinha, cuidados com roupa, gestão financeira, pelo menos uma vez por semana.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Não se aplica.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

São os espaços de trabalho de outros funcionários no caso de cozinha e lavandaria. Nas técnicas de limpeza e cuidado do Lar, são os espaços comuns. A gestão financeira é feita em vários locais – na rua ou em casa. A intervenção direta com educadores e técnicos é em espaço de gabinete.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

A valorização pessoal, a possibilidade de integração na sociedade, de uma forma que tenha um menor impacto negativo.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Como as jovens passam a maioria do tempo na escola, houve alargamento do horário dos técnicos, em período pós-escolar. A motivação das próprias jovens que não têm regras, geralmente sem projetos pessoais para o futuro /assertividade pessoal. Em relação às atividades da cozinha, as meninas conseguem aprender a cozinhar, apesar de a cozinha ter um fogão industrial e os lavatórios serem grandes. São criadas todas as condições para que aprendam a cozinhar, consoante a sua idade e capacidade mental. Aliás a questão da aprendizagem de atividades culinárias é algo considerado muito importante, pois temos a consciência que é necessário para a sua autonomia responsável.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

A sua própria história de vida, aprendizagens prévias, personalidade motivações pessoais. Muitas jovens têm debilidades cognitivas e falta de suporte social necessitando de apoio permanente ao longo da vida.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Não, até ao momento.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Maior quantidade de técnicos (mais 2) e a sistematização das intervenções de uma forma mais sustentada.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Eu não trabalhava na instituição antes do Plano DOM, mas o que considero de uma forma geral, é que sim, com o reforço da equipa técnica. No entanto, a população-alvo também sofreu uma alteração, criando maiores exigências.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Basicamente eram realizadas as mesmas atividades. Não tenho conhecimento pormenorizado das ações porque apenas passei a trabalhar após a implementação do Plano DOM.

Anexo J - Transcrição das entrevistas efetuadas aos elementos da Equipa educativa

Código LIJ: LIJ1 **Código entrevista:** EE Data da entrevista: 13/01/2014

Caraterização do entrevistado:

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 10 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: 16/09/2004

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

O papel da instituição é ensiná-los e prepará-los para a vida lá fora... para eles saírem minimamente preparados para a vida lá fora, para trabalharem sozinhos.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Eles neste momento têm quase tudo o que necessitam para serem autónomos. Os meninos que estão inseridos em projetos de autonomia já fazem muitas atividades para que quando saírem do lar estejam preparados para a vida.

As maiores dificuldades são irem tratar das coisas deles, serem autónomos a irem aos bancos, às caixas de multibanco, irem ao médico (muitos já vão) mas ainda têm dificuldades. Cá dentro nas atividades que eu acompanho, as maiores dificuldades são ao nível da confeção das refeições, pois eles não vêm para o lar preparados para isso e ainda apresentam dificuldades. Mesmo na arrumação dos quartos, necessitam sempre de supervisão.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Fazemos de tudo um bocadinho... temos três projetos a funcionar: o TCA, o PGA e o Apartamento de Autonomia (que funciona fora do Lar). No Lar, no âmbito do PGA, os jovens fazem a limpeza geral aos quartos e arrumação dos armários e gavetas. Preparam o quarto, não sendo necessário que nenhuma senhora do serviço de limpeza lá vá. Três vezes por semana, o TCA funciona em 3 grupos, onde numa salinha à parte da cozinha do lar e do refeitório, os jovens fazem comida e aprendem... muitos deles chegaram lá e não sabiam descascar um alho, uma cebola, muito menos uma batata, até uma maçã tinham dificuldades. Passam também a ferro, metem a máquina a lavar, estendem a roupa (muito bem já!). Já saíram meninos que frequentaram este projeto muito bem preparados...os que estiveram um ou dois anos neste projeto.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Estamos bem muito ao nível de desenvolvimento de autonomia mas o que era preciso para estes jovens era eles fazerem as compras para a alimentação, comprar os bens que eles necessitam para se alimentarem (no âmbito do projeto de TCA)...e até mesmo comprarem a própria roupa. Pois eles não têm noção do dinheiro que necessitam, que se gasta. Os alimentos aparecem-lhes na cozinha do projeto para confeccionarem as refeições, automaticamente eles não sabem a quantidade de dinheiro que têm de despende para comprarem os alimentos para a refeição. Eu acho que era importante eles saberem e terem noção do quanto se gasta e de quanto era preciso para fazer a comida, para saberem poupar. Deviam saber que têm aquele dinheiro, que tem de ser muito bem gerido para chegar ao final do mês e

eles não têm essa noção. Cada grupo de jovens que frequenta o projeto deveria ter uma mesada, na minha maneira de ver... não sei se será possível algum dia, mas espero bem que sim!

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Sim existe. Tal como falei anteriormente, existe uma cozinha à parte do refeitório e cozinha do lar, onde eles treinam a autonomia ao nível de cozinhar e tratamento de roupa, ou seja, toda a parte de gestão doméstica.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

As vantagens são muitas, como é óbvio. Os meninos vão sair daqui mais cedo ou mais tarde. Muitos deles vão para casa mas não têm famílias que lhes deem suporte. Eles já vão minimamente preparados para se tiverem fome fazerem uma sopa, fazerem uma carne ou um peixe...Eu acho que isto é muito importante porque eles já vão daqui com bases a todos os níveis (irem ao médico, a um banco, ...). É muito vantajoso!

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Temos constrangimentos ao nível de pessoal. Se tivéssemos mais pessoas e mais condições... até outro género de lar, sem ser aqui no convento...porque isto é muito limitado, não temos muitas possibilidades de nos expandir a nível de espaço... temos de nos limitar ao espaço que temos. Mas eu acho que nós, e digo nós equipa toda em conjunto, estamos a fazer muito...e o pouco espaço que temos está a ser bem aproveitado e fazemos o que podemos.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

O que impede muitos dos nossos jovens que saem do Lar e que o projeto de retorno à família falhou, é que eles não têm estrutura lá fora, não têm o nosso apoio...eles aqui dentro estão encaminhados por nós. Eles lá fora não têm um pai ou uma mãe, muitos deles, para os encaminhar, não têm uma mão amiga...têm os amigos mas amigos que não os podem ajudar, não conseguem e não têm estrutura para isso, também. E eles descambam porque não têm apoio lá fora, não têm ninguém lá fora... podem ter família, mas não têm ninguém lá fora. Eles têm-nos a nós aqui dentro. E depois estão tão convencidos que lá fora é tudo tão fácil... mesmo a nível de emprego, e chegam lá fora e deparam-se com um mundo totalmente diferente e acontece, como tem acontecido ultimamente, que muitos meninos saírem do Lar e regressam para nos pedir ajuda pois não têm recursos.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Temos um menino com mais de 21 anos que está no apartamento de autonomia. Penso que num futuro, seria importante para outros meninos haver este apoio após os 21 anos. Não é por terem 21 anos que eles estão preparados para a vida, não é por terem 21 anos que eles são uns homens mas nós devíamos "largá-los", nós instituição, só quando eles estivessem mesmo preparados, pelo menos com um emprego mais ou menos estável. Não quer dizer que seja um emprego muito bom mas que lhe desse alguma estabilidade. Hoje em dia é difícil pois não há emprego. Mas pelo menos alguma ocupação...porque eles não têm nada, muitos deles saem dos lares e não vão fazer nada. Em casa, os pais ou a família não os podem ajudar e o que é feito deles? São jovens marginais, voltam aquilo que eles eram ou pior. O que é muito mau na minha opinião.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Foram muitas, foram muitas...Antes de vir para cá o Plano DOM era muito complicado. Primeiro, tínhamos muitos mais meninos, eram cerca de 65 e agora cerca de 40, é tudo muito diferente...éramos 5 monitores e 2 técnicos. Como deve imaginar era tudo muito complicado! Hoje temos muito trabalho, porque temos, e é um trabalho que exige muito, não fisicamente mas psicologicamente. Temos mais e novas responsabilidades. E o Plano DOM veio ajudar-nos muito...eles estavam aqui muito parados, era um grupo grande e não havia individualização. Hoje, desde que veio para cá o Plano DOM e com a entrada de técnicos, há mais atividades, eles saem, vão ver filmes à FNAC, vão passear... eles têm muito mais atividades do que tinham.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Se não fosse o Plano DOM, não tínhamos estes projetos de autonomia a funcionar, era impossível termos, sem ele não seria fácil.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Era feita muito pouca coisa ou mesmo nada. Que me lembre de momento não havia nada que os pudesse ajudar... não havia tempo nem pessoas...não é que não tivéssemos vontade de os ajudar mas não tínhamos condições...não havia pessoal e eles eram muitos. Era muita coisa e não era fácil...era muito complicado. Neste momento temos mais pessoas a trabalhar com estes jovens, estes novos projetos foram muito bons.

Código LIJ: LIJ2

Código entrevista: EE

Data da entrevista: 21/02/2014

Caraterização do entrevistado:

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 11 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: 8 anos

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

O nosso papel é preparar as meninas para a autonomia de vida... elas vão ser capazes de integrar a sociedade e sair daqui com tudo o que é necessário para ter uma vida correta, honesta.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Têm dificuldades muito grandes ao nível da estabilidade comportamental. É importante desenvolver competências práticas, do quotidiano, das regras de saber viver e regras da vida do dia-a-dia. São meninas que têm muitas dificuldades em fazer as coisas sozinhas, precisamos de estar lá sempre para supervisionar, incentivar... Se as deixamos sozinhas e responsáveis por uma tarefa, fazem uma vez e passam dois dias e já não fazem...elas sabem fazer mas não fazem! As meninas que estão agora no apartamento chegaram ao lar muito pequeninas e nós tivemos tempo para as educar e ensinar. As jovens que recebemos agora, são jovens com 16 e 17 anos, com uma idade já muito avançada, e não dá muito para fazer...porque nunca vieram com bases ao nível das tarefas do quotidiano; é diferente de quando chegam mais novas e aprendem tudo aqui no lar.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Organizamo-nos em torno de uma planificação semanal, por exemplo, três meninas estão numa escala semanal na área da cozinha, lavar a loiça, temos outras que limpam depois das refeições o refeitório, outras que tratam da sala. Apesar de termos uma senhora que faz a limpeza duas vezes por semana ao lar, as jovens têm a responsabilidade de fazer essas tarefas. Nos quartos, cada uma tem responsabilidade de o limpar, fazer a cama. Todos os dias têm de passar o aspirador no quarto, abrir as janelas, fechar os armários, deixar o quarto todo arrumado... mas temos de supervisionar se não nada se faz!

No âmbito da saúde e acompanhamento médico, as meninas do apartamento já começam a ir sozinhas, aqui no lar vão sempre connosco, pois não são capazes de ir sozinhas (não percebem bem o que o médico lhes diz ou não sabem explicar o que sentem).

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Com certeza, queremos fazer sempre, sempre mais. Estamos sempre a procurar o que podemos melhorar. Neste momento, na área dos estudos. Há muitas meninas que não têm autonomia nos estudos... as que estão nos cursos regulares, dizem que são responsáveis por estudar sozinhas mas depois vemos nos resultados... Dizem que querem estudar sozinhas, que querem organizar tudo sozinhas e se nós deixarmos, os resultados baixam muito. Mas deixamos muitas vezes fazer as tarefas sozinhas... damos, por exemplo, a responsabilidade a umas meninas de limparem a sala, mas se não formos ver depois se está bem feita a tarefa e nos esquecemos de ver então elas não fazem bem. Temos um sistema de grelhas de avaliação, para apontar o que está bem ou mal feito. Elas vêem as tarefas como uma obrigação e não como uma mais-valia para o futuro. Em casa não têm ninguém para mostrar como se faz e orientar... muitas delas nunca fizeram as tarefas em casa. Este trabalho é muito duro, temos de estar sempre presentes. Acredito que as meninas que passam por cá e vão para casa levam sempre alguma coisa do que aqui aprenderam. Não podemos desistir!

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Sim, existem. Aos sábados à noite e ao domingo elas estão connosco a fazer a comida. Elas não gostam mas tem de ser! Temos a lavandaria, onde elas escolhem a roupa para pôr na máquina e metem a lavar. Depois passam a roupa delas. Agora vão buscar o cesto da roupa e separam-na por cores de manhã antes de irem para a escola.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

É prepará-las para a vida. As que vão para casa, não vão ter ninguém que lhes faça as coisas. E mesmo se forem viver sozinhas têm de ser elas a tratar das coisas.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

O rácio funcionários/jovens deve coincidir com as necessidades do lar. Quando tínhamos mais técnicos com o Plano DOM era muito difícil... o ambiente era muito diferente. O Lar desmoronou-se completamente. A equipa que veio, não tinha preparação, não conheciam o Lar e quiseram impor as coisas. Nós não aceitámos e estávamos em guerra todos os dias, e as meninas apercebiam-se. Nós as irmãs, a equipa educativa deixou de fazer... foi quase um fracasso. Agora somos menos (quatro irmãs e 2 técnicos) mas temos qualidade. Eu posso contar com a Diretora Técnica sempre e ela comigo pois o objetivo é comum! O número de elementos da equipa técnica e educativa chega.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

As nossas meninas quando saem do lar não têm a mínima ideia do que é a vida lá fora, não têm consciência das dificuldades. Então, as meninas que têm 18 anos e querem sair sem nada nas mãos e querem sair...Não sei se sabe mas a instituição nunca mete ninguém fora se estas não tiverem segurança na saída. Mas acontece meninas que não querem ficar e não têm ideia da vida lá fora. A equipa técnica está a trabalhar muito esta questão. Elas chegam lá fora e deparam-se com muitas dificuldades. Tenho a prova que muitas que fizeram isto, todas me telefonaram depois a dizer "irmã, o que foi que eu fiz? Eu tenho saudades das meninas e das irmãs todas, e das doutoras". E todas mantiveram o contacto.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Sim, temos 3 meninas com mais de 21 anos no apartamento e no Lar temos uma menina com deficiência (estamos a aguardar integração num Lar Residencial). O papel da instituição é uma obra muito bonita porque não se preocupa com idade, se a jovem quiser ficar. Se for uma menina que não quer fazer nada, não, mas se for uma menina que for profissional e responsável e quiser avançar na vida, estamos sempre disponíveis para ajudar. Porque as meninas que saíram assim podem avançar na vida... mas voltam sempre aqui (para nos visitar) pois aqui continua a ser a casa delas.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Com o apoio financeiro, pudemos melhorar o aspeto físico dos espaços (pintamos as salas, etc.). A nível do funcionamento do lar foi um tempo muito difícil, para mim e para as meninas. Por que houve coisas que não se deviam ter dito nem feito!

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Os técnicos ajudaram muito nesta área e ajudam muito as jovens.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

O que fizemos foi adaptar a forma de intervir, mudamos a maneira de fazer as coisas. Mas o que fazíamos antes, continuamos a fazer. O Apartamento foi uma mais-valia do Plano DOM.

Código LIJ: LIJ3

Código: EE

Data da entrevista: 26/02/2014

Caraterização do entrevistado:

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 6 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: 9/12/2007

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

A instituição tem como objetivo apresentar-lhe um plano de vida e autonomia.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Formação pessoal e formação profissional.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Através da formação profissional ou de estudos onde estejam inseridos e na participação das atividades da própria casa (ex. Atelier de cozinha, lavandaria e limpezas).

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Caso tivéssemos um apartamento de autonomia seria mais fácil de eles próprios começarem a fazer as tarefas diárias e assim se irem habituando.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Cozinha, lavandaria e limpezas.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

Aprendem como lidar com as tarefas diárias de uma casa.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Por vezes o plano do HACCP acaba por ser um certo obstáculo.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

Falta de tempo e falta de um plano específico para cada um.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Sim, um. O regresso à família biológica não correu bem.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Entrada de mais dois elementos na equipa técnica.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

Sim.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

A nível de preparação para uma vida autónoma era igual. A instituição sempre teve o máximo de interesse em lhes proporcionar um bom plano de vida.

Código LIJ: LIJ 4

Código: EE

Data da entrevista: 5/03/2014

Caraterização do entrevistado:

Tempo total de trabalho em acolhimento institucional: 18 anos

Data de início das funções desempenhadas atualmente no LIJ: 1/09/2006

1. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

Preocupação em preparar as jovens para autonomia de vida.

2. Quais considera serem as principais necessidades, em termos de competências de autonomia, dos jovens acolhidos?

Respeitar as idades, capacidades e ver as necessidades interiores e exteriores.

3. De que forma é que estes jovens são preparados para a aquisição de competências de autonomia no Lar? Especifique o trabalho desenvolvido nesta área.

Estas jovens são preparadas através de atividades, tais como: cozinhar, limpar, lavar roupa, fazer compras, ir ao médico, tratar de documentos, entre outras, segundo as suas capacidades. As jovens são integradas nas atividades mencionadas anteriormente.

4. Que outras atividades ou estratégias poderiam ser efetivadas para promover a autonomia nos jovens?

Haver uma cozinha mais pequena e serem elas a cozinhar e a lavagem das suas roupas.

5. Existem espaços específicos de treino de competências de autonomia no Lar? Especificar quais.

Todos os espaços da casa podem ser utilizados para promover a sua autonomia, de uma forma particular a cozinha, refeitórios, quartos, lavandaria,...

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

O treino de autonomia para as preparar para o futuro.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Sim, ter uma casa construída para o efeito, mais familiar.

8. Quais os motivos que podem impedir os jovens institucionalizados de concretizar o seu Projeto de Vida de Autonomização de forma sustentada e segura?

As idades avançadas com que chegam à Instituição, sem regras, sem hábitos; as características, limitações e competências de cada jovem.

9. O LIJ tem casos de jovens com mais de 21 anos que se mantenham acolhidos por não ter sido possível concretizar o seu Projeto de Vida de autonomização? O que pensa acerca disso?

Atualmente não. O Projeto de vida deve ser bem definido e a instituição deve acolher a jovem até ter a sua autonomia concretizada.

10. Identifique as principais vantagens da implementação do Plano DOM no vosso LIJ.

Haver uma equipa mais diversificada para dar resposta às necessidades atuais.

11. Considera ter havido uma melhoria no trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens desde a implementação do Plano DOM? Especifique qual(ais).

A instituição já trabalhava nesse sentido. No entanto, pode ter havido alguns benefícios, essencialmente ao nível da sistematização. Temos que ter em conta também as significativas diferenças na população que hoje acolhemos. Isto faz com que hoje tenhamos que procurar outras estratégias e outro acompanhamento em vista à preparação de autonomia e que antes não era tão necessário, porque havia muito mais motivação nas jovens.

12. Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Já havia a preocupação de as preparar para a autonomia do mesmo género que agora, mas sem tanta burocracia.

Anexo L – Guião da entrevista semi-estruturada – Jovem

Caraterização do LIJ:	
Nome do LIJ: _____	Data da entrevista: _____
Caraterização do entrevistado:	
Nome: _____	Idade: _____
Profissão: _____	Data de admissão no Lar: _____

I. Apresentação	
Apresentação do entrevistador; Objetivo da entrevista; Duração da entrevista; Garantia de confidencialidade; Pedido de autorização de gravação de entrevista ou outro registo.	- Conhecer a perceção dos diretores técnicos, equipa técnica, equipa educativa e jovens relativamente à intervenção desenvolvida nos Lares de Infância e Juventude para a promoção de competências de autonomia dos jovens acolhidos; - Compreender de que forma a implementação do Plano DOM nos LIJ levou a mudanças na promoção da autonomia dos jovens institucionalizados. Duração: 20 min

II. Intervenção Institucional – especificidade da autonomia		
Objetivos	Questões	Observações
Conhecer a perceção do/a jovem relativamente à intervenção desenvolvida no âmbito da autonomia junto dos jovens institucionalizados em LIJ. Perceber o trabalho que é desenvolvido no âmbito da autonomia tendo em conta o género da população acolhida.	1. Na tua opinião, o que é ser um jovem autónomo?	
	2. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?	
	3. Quais consideras serem as tuas principais necessidades, em termos de competências de autonomia?	
	4. No âmbito da autonomia, de que forma a instituição te ajuda a desenvolveres essas competências? Especifica o trabalho que é realizado.	
	5. Participas ou já participaste em tarefas ou programas específicos de promoção da autonomia? Se sim, em qual(ais)?	
	6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?	
Verificar se existem constrangimentos institucionais impeditivos da promoção das competências de autonomia nos jovens institucionalizados.	7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?	
Verificar se existem constrangimentos que impedem a concretização de forma segura e sustentada dos Projeto de Vida de Autonomização.	8. Quais são as principais dificuldades que os jovens têm para se tornarem autónomos e viverem uma vida independente, após a saída do Lar?	
	9. Como pensas que será a tua vida após a saída do Lar? Tens projetos já definidos que gostasses de realizar?	

III. Plano DOM		
Objetivos	Questões	Observações
Identificar as principais alterações ocorridas no âmbito da promoção da autonomia dos jovens	10. Lembraste de como era o Lar antes da entrada do Plano DOM? Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano	

institucionalizados após a implementação do Plano DOM nos LIJ, analisando a intervenção numa perspetiva temporal (antes e após o Plano DOM);	DOM ser implementado?	
	11. Relativamente ao trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens, houve melhorias desde a implementação do Plano DOM? O que mudou?	

IV. Conclusão	
Agradecer a colaboração; Facultar os resultados da entrevista; Esclarecimento de eventuais dúvidas do entrevistado	

Anexo M - Transcrição das entrevistas efetuadas aos jovens

Código LIJ: LIJ1	Código: J	Data da entrevista: 07/01/2014
Caraterização do entrevistado:		
Idade: 18 anos	Profissão: estudante	Data de admissão no Lar: 2004

1. Na tua opinião, o que é ser um jovem autónomo?

Na minha opinião, um jovem autónomo é basicamente não depender de outras pessoas para fazer as tarefas de casa, ir ao médico...seguir a sua vida fora do lar.

2. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

O papel penso que é muito importante porque dá-nos estabilidade, provavelmente vai-nos arranjar trabalho e ajuda-nos em algumas dificuldades que possamos ter.

3. Quais consideras serem as tuas principais necessidades, em termos de competências de autonomia?

Penso que preciso de desenvolver mais na área da cozinha, pois ainda não consigo sozinho fazer as refeições.

4. No âmbito da autonomia, de que forma a instituição te ajuda a desenvolveres essas competências? Especifica o trabalho que é realizado.

O TCA, de certa forma quando entrei para o projeto não sabia nada. O TCA é uma atividade realizada com um monitor que nos ajuda a cozinhar sozinhos mas sempre com o acompanhamento de alguém, arrumamos a cozinha e vamos para a lavandaria, lavar e estender a nossa roupa e a passar a nossa roupa a ferro. Há também o PGA no qual nós acordamos sem a ajuda do vigilante, também não dependemos de ninguém para ir ao médico, vamos sozinhos, e arrumamos o nosso quarto sozinhos, não precisamos das funcionárias.

No Apartamento (de Autonomia) temos um técnico para nos orientar lá dentro, ajuda-nos também na área as contas de casa, que é muito importante e muitas pessoas não têm a noção de gerir uma casa, ajuda-nos nas compras, faz-nos ver o quanto podemos gastar...um limite para fazermos as contas de casa, basicamente é isso. Pagamos as contas por multibanco ou nos correios.

5. Participas ou já participaste em tarefas ou programas específicos de promoção da autonomia? Se sim, em qual(ais)?

Sim, participei em todos estes 3 projetos.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

É muito importante, logo dá-nos uma visão muito grande do que é a vida lá fora. Penso que essa visão mais real é-nos dada no Apartamento, pois não é fácil com o dinheiro que nos dão gerir a casa.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Não.

8. Quais são as principais dificuldades que os jovens têm para se tornarem autónomos e viverem uma vida independente, após a saída do Lar?

Penso que os principais obstáculos é não ter o apoio lá fora... apoio familiar ou muitas das vezes a dependência do álcool ou droga.

9. Como pensas que será a tua vida após a saída do Lar? Tens projetos já definidos que gostasses de realizar?

Penso que a minha vida lá fora vai ser mais ou menos estável pois tenho muitos familiares que me poderão dar apoio. Gostaria de concretizar alguns projetos e tenho alguns objetivos que são seguir a carreira militar, especificadamente na GNR, gostava de fazer os testes para a entrada... se não, já tenho a base...tirei o curso de Serviço de Mesa e Bar...é uma área em que há sempre pessoas a serem precisas e já tenho isso como base, mas gostava mesmo de seguir a GNR.

10. Lembraste de como era o Lar antes da entrada do Plano DOM? Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Sim, antes do Plano DOM, eu tenho uma vaga ideia e sei que não havia nada que nos preparasse para o futuro como agora.

11. Relativamente ao trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens, houve melhorias desde a implementação do Plano DOM? O que mudou?

Sim, mudou o facto de estarmos a ser acompanhados constantemente, falamos dos nossos problemas, coisa que antes não podíamos pois os 2 técnicos que estavam cá em casa estavam sempre muito ocupados e era compreensível. Passamos a fazer mais atividades, saímos, temos mais hipóteses de ir fazer atividades fora do lar.

Passou a haver o TCA, PGA e, eu acho que é fundamental, o Apartamento.

Código LIJ:LIJ 2	Código:J	Data da entrevista: 21/02/2014
Caraterização do entrevistado:		
Idade: 24 anos	Profissão: auxiliar de ação educativa	Data de admissão no Lar: 1995

1. Na tua opinião, o que é ser um jovem autónomo?

É eu conseguir ir lá para fora e desenrascar-me sozinha... é eu conseguir fazer a minha vida como as outras pessoas que foram criadas fora de instituições.

2. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

Ela deve-nos apoiar, tal como tem feito, e deve-nos ajudar a inserir na sociedade.

3. Quais consideras serem as tuas principais necessidades, em termos de competências de autonomia?

Tenho dificuldades na gestão de conflitos (porque aqui no lar estamos um bocado protegidas), na gestão do nosso tempo (mas não tanto como na gestão de conflitos), nas tarefas (aqui no lar acordamos e temos de fazer as tarefas e há sempre supervisão, no apartamento somos sempre nós que fazemos), na gestão do dinheiro/poupança. Estou no apartamento há quatro anos, quase.

4. No âmbito da autonomia, de que forma a instituição te ajuda a desenvolveres essas competências? Especifica o trabalho que é realizado.

Cozinha aqui no lar, mas era rotativo, o que dava mais ou menos de 2 em 2 semanas; no apartamento é à semana, somos quatro e também rotativo, o que dá uma vez por mês...Fazíamos a limpeza aos nossos quartos aqui no Lar. No apartamento de semi-autonomia somos "obrigadas" a gerir o nosso dinheiro e só temos aquele dinheiro para o mês e temos de nos desenrascar com ele. Fazemos todas as tarefas domésticas e compras. Os conflitos tentamos sempre geri-los sozinhas porque as técnicas só vão

lá ao final do dia. Claro que quando há alguma coisa mais graves falamos com elas mas tentamos sempre resolver os conflitos sozinhas.

5. Participas ou já participaste em tarefas ou programas específicos de promoção da autonomia? Se sim, em qual(ais)?

No apartamento de semi-autonomia e já lá estou há 4 anos.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

As vantagens? Aqui estamos mais protegidas para algumas coisas; lá (apartamento) temos as técnicas mas elas não estão lá todos os dias porque é impossível e temos de aprender a resolver certas coisas sozinhas porque elas não estão lá quando acontece alguma coisa. Aprendemos a gerir as nossas coisas. Por exemplo, uma coisa muito básica ir beber café como os amigos; aqui no lar não tínhamos essa possibilidade e lá já temos. O estar em sociedade é importante... o saber estar é muito importante.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Por exemplo, gerir o dinheiro. Só um pouco antes de eu ir para o apartamento é que começámos a ter mesada, mas antes não tínhamos por isso não podíamos fazer essa gestão. O nosso tempo não era gerido por nós, porque tínhamos sempre alguém que fazia isso por nós.

8. Quais são as principais dificuldades que os jovens têm para se tornarem autónomos e viverem uma vida independente, após a saída do Lar?

A minha situação é diferente porque por exemplo, há meninas aqui que têm o apoio das famílias, eu e a minha irmã e outra colega não temos esse apoio. Se calhar quando sairmos vamos estar um pouco por nossa conta. Posso vir a ter dificuldades económicas... é algo que me preocupa.

9. Como pensas que será a tua vida após a saída do Lar? Tens projetos já definidos que gostasses de realizar?

Tenho, mas não acho que será muito diferente do que é agora. Estou a começar o curso de turismo e a trabalhar ao mesmo tempo aqui. Quero também acabar a carta de condução que já iniciei. Depois de terminar o curso de turismo... não é logo porque sei que não está fácil, mas espero ir trabalhar na minha área de formação que vai ser turismo. Não tenho outros projetos.

10. Lembraste de como era o Lar antes da entrada do Plano DOM? Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Era muito pouco feito. Cozinhávamos ao sábado à noite ao domingo ao almoço... mas geralmente eramos sempre as mesmas. E tratávamos da roupa. Havia uma escala. Antes havia 3 meninas que também arrumavam o quarto das outras, agora cada uma limpa e arruma o seu. Antes do Plano DOM, tivemos uma psicóloga em 2007 e um estágio. Não tínhamos praticamente acompanhamento técnico. Nem se pensava em termos um apartamento. Era complicado só estarmos com as irmãs. Agora é diferente, temos as técnicas para falar, desabafar...

11. Relativamente ao trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens, houve melhorias desde a implementação do Plano DOM? O que mudou?

O Apartamento foi uma ideia espetacular que nos permitiu muitas coisas. As saídas... às vezes íamos com as técnicas ao café para aprendermos a estar noutra contexto. Tivemos mais ajudas... tirei o curso de auxiliar e se calhar ficava por ali pois só sabia fazer aquilo, mas elas ajudaram-me a ver as coisas de outra maneira e entrei num outro curso.

Código LIJ: LIJ 3

Código: J

Data da entrevista: 26/02/2014

Caraterização do entrevistado:

Idade: 22 anos

Profissão: Estágio Profissional – Auxiliar de Ação Educativa

Data de admissão no Lar: 14/09/2004

1. Na tua opinião, o que é ser um jovem autónomo?

Para mim ser autónomo é quando se começa a assumir responsabilidades, desenrascar sozinho, gerir as nossas coisas.

2. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

A instituição tem um papel fundamental, pois é ela que educa e nos ensina tudo, para que possamos sair da instituição a saber fazer de tudo um pouco.

3. Quais consideras serem as tuas principais necessidades, em termos de competências de autonomia?

Neste momento não tenho necessidades em termos de competência de autonomia.

4. No âmbito da autonomia, de que forma a instituição te ajuda a desenvolveres essas competências? Especifica o trabalho que é realizado.

Neste momento não ajuda mas já ajudou muito.

5. Participas ou já participaste em tarefas ou programas específicos de promoção da autonomia? Se sim, em qual(ais)?

Sim, participei em programas de autonomia como lavar e dobrar a roupa, cozinhar...

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

Para além de estarmos ocupados, aprendemos a fazer muita coisa que será muito útil quando sairmos.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar? Como conseguiriam ser ultrapassados?

Penso que não há obstáculos. Basta haver força de vontade em aprender.

8. Quais são as principais dificuldades que os jovens têm para se tornarem autónomos e viverem uma vida independente, após a saída do Lar?

Penso que gerir o dinheiro que têm à disposição.

9. Como pensas que será a tua vida após a saída do Lar? Tens projetos já definidos que gostasses de realizar?

Será bastante diferente pois terei de fazer tudo sozinho e depender apenas de mim próprio. O meu projeto é conseguir ter uma vida estável.

10. Lembraste de como era o Lar antes da entrada do Plano DOM? Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Antes de haver o Plano DOM eu era novito e não me recordo como era feita a preparação dos jovens.

11. Relativamente ao trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens, houve melhorias desde a implementação do Plano DOM? O que mudou?

Pelo menos para mim houve melhorias. Não sei o que mudou mas a mim ensinaram-me diversas coisas que me serão muito úteis quando sair.

Código LIJ: LIJ 4

Código:J

Data da entrevista: 5/03/2014

Caraterização do entrevistado:

Idade: 18 anos

Profissão: estudante

Data de admissão no Lar: Fevereiro 2003

1. Na tua opinião, o que é ser um jovem autónomo?

É um jovem independente e responsável pelos seus atos.

2. Qual o papel da instituição na promoção de competências de autonomia dos jovens?

Fornecer instrumentos e incentivar o jovem para a preparação da sua vida no mundo.

3. Quais consideras serem as tuas principais necessidades, em termos de competências de autonomia?

Ser uma boa dona de casa para sobreviver, arranjar trabalho e saber economizar e gerir bem o dinheiro.

4. No âmbito da autonomia, de que forma a instituição te ajuda a desenvolveres essas competências? Especifica o trabalho que é realizado.

Ensina-nos a cozinhar, a manter a casa limpa, como abrir a porta e atender um telefone, lavar a roupa, ir ao médico e fazer compras autonomamente, etc.

5. Participas ou já participaste em tarefas ou programas específicos de promoção da autonomia?

Se sim, em qual(ais)?

Sim, desde sempre.

6. Quais as principais vantagens para os jovens com a participação nestas tarefas ou programas?

É começar a aprender a saber lidar com todos os tipos de situações.

7. Existem obstáculos que podem impedir o treino de competências de vida autónoma no Lar?

Como conseguiriam ser ultrapassados?

Sim, apenas nós próprios. Basta querermos e temos tudo nas nossas mãos.

8. Quais são as principais dificuldades que os jovens têm para se tornarem autónomos e viverem uma vida independente, após a saída do Lar?

Os jovens quando se encontram sozinhos depois da saída do Lar perdem-se. Ou seja, as saídas à noite, esbanjar o dinheiro, escolhas más.

9. Como pensas que será a tua vida após a saída do Lar? Tens projetos já definidos que gostasses de realizar?

Sim, arranjar um trabalho e ter a minha própria casa e se for possível estudar ao mesmo tempo.

10. Lembraste de como era o Lar antes da entrada do Plano DOM? Como era realizada a preparação para uma vida autónoma dos jovens antes do Plano DOM ser implementado?

Sim, na minha opinião a preparação para a vida autónoma era bem melhor, pois o Lar tinha mais poderes sobre as suas decisões. Esse Plano Dom só deveria ser implementado nos lares que não soubessem trabalhar esses aspetos. Este Lar sempre funcionou bem e das melhores maneiras.

11. Relativamente ao trabalho de promoção de competências de autonomia nos jovens, houve melhorias desde a implementação do Plano DOM? O que mudou?

Para mim até piorou. Com o Plano DOM as crianças só por levarem 3 pratos para o armário já consideram exploração. Este é um dos exemplos.

Anexo N – Resultados obtidos através da análise com o Programa QSR NVivo 10 às entrevistas realizadas

Dimensão: Definição de autonomia

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 1> - § 2 referências codificadas [2,61% Cobertura]

Referência 1 - 1,88% Cobertura

não depender de outras pessoas para fazer as tarefas de casa, ir ao médico

Referência 2 - 0,73% Cobertura

seguir a sua vida fora do lar

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 2> - § 1 referência codificada [3,21% Cobertura]

Referência 1 - 3,21% Cobertura

É eu conseguir ir lá para fora e desenrascar-me sozinha... é eu conseguir fazer a minha vida como as outras pessoas que foram criadas fora de instituições.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 3> - § 3 referências codificadas [2,97% Cobertura]

Referência 1 - 1,10% Cobertura

assumir responsabilidades,

Referência 2 - 0,81% Cobertura

desenrascar sozinho

Referência 3 - 1,06% Cobertura

gerir as nossas coisas.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 4> - § 2 referências codificadas [1,96% Cobertura]

Referência 1 - 0,76% Cobertura

jovem independente

Referência 2 - 1,20% Cobertura

responsável pelos seus atos.

Dimensão: Diagnóstico de necessidades dos jovens

Referência 1 - 1,66% Cobertura

Tudo depende dos jovens, nomeadamente das suas características,

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 2> - § 3 referências codificadas [3,28% Cobertura]

Referência 1 - 0,97% Cobertura

Respeitar o seu papel e o dos outros

Referência 2 - 1,07% Cobertura

saber lidar com as rotinas do quotidiano

Referência 3 - 1,23% Cobertura

orientar-se na contacto com o mundo exterior.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 3> - § 2 referências codificadas [2,46% Cobertura]

Referência 1 - 1,39% Cobertura

gestão dos seus bens pessoais (dinheiro)

Referência 2 - 1,07% Cobertura

correta gestão do seu dia-a-dia

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 4> - § 1 referência codificada [2,57% Cobertura]

Referência 1 - 2,57% Cobertura

Estas deixarem-se ajudar e saberem aproveitar as inúmeras oportunidades que lhes são concedidas. Determinação e persistência, por parte das jovens

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 1> - § 1 referência codificada [5,40% Cobertura]

Referência 1 - 5,40% Cobertura

As maiores dificuldades são irem tratar das coisas deles, serem autónomos a irem aos bancos, às caixas de multibanco, irem ao médico (muitos já vão) mas ainda têm dificuldades. Cá dentro nas atividades que eu acompanho, as maiores dificuldades são ao nível da confeção das refeições, pois eles não vêm para o lar preparados para isso e ainda apresentam dificuldades. Mesmo na arrumação dos quartos, necessitam sempre de supervisão.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 2> - § 3 referências codificadas [3,07% Cobertura]

Referência 1 - 0,97% Cobertura

Têm dificuldades muito grandes ao nível da estabilidade comportamental.

Referência 2 - 1,44% Cobertura

desenvolver competências práticas, do quotidiano, das regras de saber viver e regras da vida do dia-a-dia.

Referência 3 - 0,67% Cobertura

Há muitas meninas não têm autonomia nos estudos...

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 3> - § 2 referências codificadas [1,59% Cobertura]

Referência 1 - 0,67% Cobertura

Formação pessoal

Referência 2 - 0,92% Cobertura

formação profissional.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 4> - § 1 referência codificada [1,45% Cobertura]

Referência 1 - 1,45% Cobertura

capacidades e ver as necessidades interiores

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 1> - § 2 referências codificadas [0,93% Cobertura]

Referência 1 - 0,58% Cobertura

desenvolvimento de competências ao nível da gestão doméstica, procura ativa de emprego e articulação com serviços/recursos

Referência 2 - 0,34% Cobertura

relacionadas com o processo de tomada de decisões e libertação emocional

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 2> - § 2 referências codificadas [1,49% Cobertura]

Referência 1 - 0,73% Cobertura

desenvolvemos as competências pessoais e sociais

Referência 2 - 0,76% Cobertura

a maior parte das jovens ficam muito desmotivadas,

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 3> - § 1 referência codificada [3,46% Cobertura]

Referência 1 - 3,46% Cobertura

As principais dificuldades estão inerentes aos próprios constrangimentos dos jovens.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 4> - § 3 referências codificadas [4,25% Cobertura]

Referência 1 - 0,37% Cobertura

debilidade cognitiva

Referência 2 - 0,41% Cobertura

gestão diária do tempo

Referência 3 - 3,47% Cobertura

são feitas atividades no sentido de aprenderem a gestão da vida quotidiana: treino de cozinha, cuidados com roupas, gestão financeira, cuidados com a casa e técnicas de procura de emprego.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 1> - § 1 referência codificada [1,42% Cobertura]

Referência 1 - 1,42% Cobertura

Penso que preciso de desenvolver mais na área da cozinha

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 2> - § 4 referências codificadas [2,18% Cobertura]

Referência 1 - 0,84% Cobertura

Tenho dificuldades na gestão de conflitos

Referência 2 - 0,49% Cobertura

na gestão do nosso tempo

Referência 3 - 0,23% Cobertura

nas tarefas

Referência 4 - 0,62% Cobertura

na gestão do dinheiro/poupança

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 3> - § 1 referência codificada [3,27% Cobertura]

Referência 1 - 3,27% Cobertura

Neste momento não tenho necessidades em termos de competência de autonomia.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 4> - § 1 referência codificada [4,16% Cobertura]

Referência 1 - 4,16% Cobertura

Ser uma boa dona de casa para sobreviver, arranjar trabalho e saber economizar e gerir bem o dinheiro.

Dimensão: Intervenção pré-Plano DOM

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 1> - § 1 referência codificada [2,80% Cobertura]

Referência 1 - 2,80% Cobertura

Muito simples...não era. Não me recordo de saídas de utentes para autonomia, o retorno à família dominava...

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 2> - § 1 referência codificada [1,02% Cobertura]

Referência 1 - 1,02% Cobertura

Através de rotinas existentes no LIJ.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 3> - § 1 referência codificada [1,91% Cobertura]

Referência 1 - 1,91% Cobertura

O Lar já trabalhava desta forma a autonomia dos jovens,

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 4> - § 1 referência codificada [6,23% Cobertura]

Referência 1 - 6,23% Cobertura

Na prática acho que não. Nesta casa sempre houve a preocupação de preparar as crianças e jovens para a vida autônoma, de acordo com os tempos e exigências da sociedade. O plano DOM vem sistematizar este trabalho e torná-lo mais reflexivo e documentado, tendo em atenção que se alteraram muito as características da população que hoje é acolhida no LIJ.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 1> - § 1 referência codificada [1,31% Cobertura]

Referência 1 - 1,31% Cobertura

Era feita muito pouca coisa ou mesmo nada. Que me lembre de momento não havia nada que os pudesse ajudar...

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 2> - § 1 referência codificada [0,63% Cobertura]

Referência 1 - 0,63% Cobertura

Mas o que fazíamos antes, continuamos a fazer.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 3> - § 1 referência codificada [2,31% Cobertura]

Referência 1 - 2,31% Cobertura

A nível de preparação para uma vida autônoma era igual,

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 4> - § 1 referência codificada [3,45% Cobertura]

Referência 1 - 3,45% Cobertura

Já havia a preocupação de as preparar para a autonomia do mesmo género que agora, mas sem tanta burocracia.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 1> - § 1 referência codificada [0,37% Cobertura]

Referência 1 - 0,37% Cobertura

Devido aos constrangimentos já apresentados muito pouco era feito a esse nível

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 2> - § 1 referência codificada [2,48% Cobertura]

Referência 1 - 2,48% Cobertura

Sim, sem dúvida. Embora eu ache que as irmãs já faziam esse trabalho cá e faziam-no bem. Claro que com a integração trabalha-se mais a autonomia e outras áreas.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 3> - § 1 referência codificada [2,93% Cobertura]

Referência 1 - 2,93% Cobertura

Da mesma forma, mas atualmente com a colaboração das educadoras sociais.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 4> - § 1 referência codificada [0,89% Cobertura]

Referência 1 - 0,89% Cobertura

Basicamente eram realizadas as mesmas atividades

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 1> - § 1 referência codificada [1,55% Cobertura]

Referência 1 - 1,55% Cobertura

não havia nada que nos preparasse para o futuro como agora.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 2> - § 1 referência codificada [0,45% Cobertura]

Referência 1 - 0,45% Cobertura

Era muito pouco feito.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 4> - § 1 referência codificada [2,60% Cobertura]

Referência 1 - 2,60% Cobertura

na minha opinião a preparação para a vida autónoma era bem melhor

Dimensão: Obstáculos institucionais

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 1> - § 1 referência codificada [0,79% Cobertura]

Referência 1 - 0,79% Cobertura

os obstáculos não se colocam.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 2> - § 3 referências codificadas [5,83% Cobertura]

Referência 1 - 1,05% Cobertura

A sobrecarga relacionada com burocracia

Referência 2 - 3,84% Cobertura

tratamento de processos individuais; contactos frequentes com as famílias e/ou outras entidades – implicam muito tempo e preocupação acrescidas.

Referência 3 - 0,94% Cobertura

O facto das equipas serem reduzidas

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 3> - § 1 referência codificada [1,59% Cobertura]

Referência 1 - 1,59% Cobertura

o boicote a esses treinos por parte do jovem.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 4> - § 1 referência codificada [0,60% Cobertura]

Referência 1 - 0,60% Cobertura

adaptar espaços, dentro do edificio

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 1> - § 2 referências codificadas [2,87% Cobertura]

Referência 1 - 0,52% Cobertura

Temos constrangimentos ao nível de pessoal

Referência 2 - 2,35% Cobertura

até outro género de lar, sem ser aqui no convento...porque isto é muito limitado, não temos muitas possibilidades de nos expandir a nível de espaço... temos de nos limitar ao espaço que temos.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 3> - § 3 referências codificadas [9,14% Cobertura]

Referência 1 - 6,04% Cobertura

Caso tivéssemos um apartamento de autonomia seria mais fácil de eles próprios começarem a fazer as tarefas diárias e assim se irem habituando.

Referência 2 - 2,52% Cobertura

Por vezes o plano do HACCP acaba por ser um certo obstáculo.

Referência 3 - 0,59% Cobertura

Falta de tempo

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 4> - § 1 referência codificada [0,97% Cobertura]

Referência 1 - 0,97% Cobertura

Haver uma cozinha mais pequena

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 1> - § 5 referências codificadas [1,20% Cobertura]

Referência 1 - 0,16% Cobertura

somos uma instituição massificada

Referência 2 - 0,28% Cobertura

um edificado desadequado para este tipo de resposta social

Referência 3 - 0,48% Cobertura

o fraco rácio técnico/utente e educador/utente o que limita o desenvolvimento de projetos/atividades

Referência 4 - 0,15% Cobertura

falta de tempo dos profissionais

Referência 5 - 0,13% Cobertura

elevado número de utentes,

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 2> - § 4 referências codificadas [4,77% Cobertura]

Referência 1 - 0,90% Cobertura

Noto que precisávamos de mais elementos em ambas as equipas

Referência 2 - 0,80% Cobertura

recai tudo para nós (técnicas) em termos burocráticos

Referência 3 - 0,43% Cobertura

O dinheiro também condiciona

Referência 4 - 2,64% Cobertura

a nível de estrutura não é fácil eu ir ao supermercado com elas, comprar algumas coisas e cozinharos em casa... pois temos uma central de compras que gere toda a instituição.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 3> - § 2 referências codificadas [3,82% Cobertura]

Referência 1 - 2,29% Cobertura

Por vezes o fator tempo para podermos estar com os jovens

Referência 2 - 1,53% Cobertura

de um apartamento de pré-autonomia.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 4> - § 2 referências codificadas [5,04% Cobertura]

Referência 1 - 2,25% Cobertura

A motivação das próprias jovens que não têm regras, geralmente sem projetos pessoais para o futuro /assertividade pessoal.

Referência 2 - 2,79% Cobertura

Em relação às atividades da cozinha, as meninas conseguem aprender a cozinhar, apesar de a cozinha ter um fogão industrial e os lavatórios são grandes.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 1> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]

Referência 1 - 0,10% Cobertura

Não.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 2> - § 2 referências codificadas [5,15% Cobertura]

Referência 1 - 3,21% Cobertura

gerir o dinheiro. Só um pouco antes de eu ir para o apartamento é que começámos a ter mesada, mas antes não tínhamos por isso não podíamos fazer essa gestão

Referência 2 - 1,94% Cobertura

O nosso tempo não era gerido por nós, porque tínhamos sempre alguém que fazia isso por nós.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 3> - § 1 referência codificada [1,23% Cobertura]

Referência 1 - 1,23% Cobertura

Penso que não há obstáculos.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 4> - § 1 referência codificada [2,84% Cobertura]

Referência 1 - 2,84% Cobertura

Sim, apenas nós próprios. Basta querermos e temos tudo nas nossas mãos.

Dimensão: Perceção do impacto da intervenção

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 1> - § 4 referências codificadas [5,02% Cobertura]

Referência 1 - 2,46% Cobertura

proporcionar momentos e um espaço onde estas competências possam ser treinadas e potenciadas,

Referência 2 - 1,32% Cobertura

preparação para uma desinstitucionalização segura

Referência 3 - 0,42% Cobertura

dotação de bases

Referência 4 - 0,82% Cobertura

depende dos próprios utentes

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 2> - § 7 referências codificadas [12,21% Cobertura]

Referência 1 - 1,07% Cobertura

estreita relação de confiança e empatia

Referência 2 - 1,05% Cobertura

no estabelecimento de responsabilidades

Referência 3 - 1,13% Cobertura

entender normas e regras de funcionamento.

Referência 4 - 4,70% Cobertura

Maior sensibilidade em relação ao seu papel e com os outros, interiorização de competências básicas de respeito, esperar a sua vez para se expressar, dar sugestões e opiniões.

Referência 5 - 1,80% Cobertura

falta de estruturas de apoio para o acompanhamento e encaminhamento

Referência 6 - 1,21% Cobertura

entradas/acolhimentos com idades já avançadas

Referência 7 - 1,26% Cobertura

predisposição das jovens para serem ajudadas.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 3> - § 7 referências codificadas [10,64% Cobertura]

Referência 1 - 0,97% Cobertura

capacidades de autonomização

Referência 2 - 1,59% Cobertura

prepará-los para o exercício da sua cidadania.

Referência 3 - 3,33% Cobertura

Atingem mais facilmente os níveis de motivação necessários após o seu processo de autonomização.

Referência 4 - 2,53% Cobertura

Falta de soluções para a sua inserção profissional no mercado de trabalho

Referência 5 - 0,87% Cobertura

falta de suporte familiar

Referência 6 - 0,42% Cobertura

delinquência

Referência 7 - 0,94% Cobertura

jovens com déficit cognitivo

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 4> - § 5 referências codificadas [5,97% Cobertura]

Referência 1 - 0,83% Cobertura

a preparação para a autonomia seja bem sucedida

Referência 2 - 0,93% Cobertura

possam ser autônomos quando chegar a hora da saída.

Referência 3 - 1,83% Cobertura

Muitas das jovens que hoje temos acolhidas apresentam grandes dificuldades na aquisição de competências

Referência 4 - 0,74% Cobertura

serem acolhidas em idade já muito avançada

Referência 5 - 1,64% Cobertura

sem terem interiorizado nenhum tipo de regras básicas, quer de socialização quer de cuidados

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 1> - § 7 referências codificadas [6,85% Cobertura]

Referência 1 - 0,87% Cobertura

O papel da instituição é ensiná-los e prepará-los para a vida lá fora...

Referência 2 - 0,44% Cobertura

Eles já vão minimamente preparados

Referência 3 - 0,80% Cobertura

se tiverem fome fazerem uma sopa, fazerem uma carne ou um peixe...

Referência 4 - 1,20% Cobertura

Eles lá fora não têm um pai ou uma mãe, muitos deles, para os encaminhar, não têm uma mão amiga...

Referência 5 - 0,74% Cobertura

E depois estão tão convencidos que lá fora é tudo tão fácil

Referência 6 - 0,30% Cobertura

mesmo a nível de emprego

Referência 7 - 2,51% Cobertura

Não é por terem 21 anos que eles estão preparados para a vida, não é por terem 21 anos que eles são uns homens mas nós devíamos "largá-los", nós instituição, só quando eles estivessem mesmo preparados,

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 2> - § 6 referências codificadas [5,26% Cobertura]

Referência 1 - 0,61% Cobertura

preparar as meninas para a autonomia de vida...

Referência 2 - 0,61% Cobertura

elas vão ser capazes de integrar a sociedade

Referência 3 - 1,24% Cobertura

As jovens que recebemos agora, são jovens com 16 e 17 anos, com uma idade já muito avançada

Referência 4 - 0,35% Cobertura

É prepará-las para a vida.

Referência 5 - 1,66% Cobertura

As nossas meninas quando saem do lar não têm a mínima ideia do que é a vida lá fora, não têm consciência das dificuldades.

Referência 6 - 0,79% Cobertura

as meninas que têm 18 anos e querem sair sem nada nas mãos

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 3> - § 3 referências codificadas [6,04% Cobertura]

Referência 1 - 1,93% Cobertura

apresentar-lhe um plano de vida e autonomia.

Referência 2 - 2,31% Cobertura

Aprendem como lidar com as tarefas diárias de uma casa.

Referência 3 - 1,80% Cobertura

falta de um plano específico para cada um.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 4> - § 5 referências codificadas [7,64% Cobertura]

Referência 1 - 1,32% Cobertura

preparar as jovens para autonomia de vida

Referência 2 - 0,71% Cobertura

preparar para o futuro

Referência 3 - 2,35% Cobertura

As idades avançadas com que chegam à Instituição, sem regras, sem hábitos

Referência 4 - 2,00% Cobertura

as características, limitações e competências de cada jovem.

Referência 5 - 1,26% Cobertura

havia muito mais motivação nas jovens.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 1> - § 17 referências codificadas [11,37% Cobertura]

Referência 1 - 0,45% Cobertura

promover as competências sociais e pessoais dos jovens com vista a uma maior afirmação pessoal

Referência 2 - 0,78% Cobertura

o nosso papel deve ser o de promover /fortalecer competências de autonomia capazes de potenciar todo o processo de crescimento a nível emocional, social e cognitivo

Referência 3 - 0,17% Cobertura

O nosso papel deve ser o de educador

Referência 4 - 0,53% Cobertura

incutir responsabilidades diárias a cada jovem de modo a que reforce as suas competências seja na área pessoal,

Referência 5 - 0,34% Cobertura

ao seu papel enquanto cidadão, incutindo-lhe valores de cidadania ativa

Referência 6 - 0,51% Cobertura

competências domésticas (confeção de alimentos, tratamento de roupa, compras, gestão de dinheiro, etc.).

Referência 7 - 0,78% Cobertura

É importante dar-lhes espaço para pensar, refletir, tomar decisões e participar ativamente no seu projeto de vida, responsabilizando-o também pelo sucesso do mesmo

Referência 8 - 1,01% Cobertura

Deve ser um papel ativo de preparação para a vida lá fora, permitindo-lhes enquanto jovens acolhidos o acesso ao exterior com vivências sociais muito semelhantes às de um quadro familiar em meio natural de vida.

Referência 9 - 0,34% Cobertura

mais conscientes das responsabilidades diárias a ter no seu quotidiano

Referência 10 - 1,63% Cobertura

a área da saúde em que são responsáveis por efetuar marcações de consultas e frequentar as mesmas; à gestão do dinheiro (aprendem a poupar, a fazer compras de forma responsável), até à responsabilização pelos seus pertences e procura de informações e recursos (procura de emprego, equipamentos desportivos, de lazer, serviços públicos, etc.

Referência 11 - 0,65% Cobertura

São jovens que desenvolvem uma maior capacidade de interação com o grupo de pares e adultos e que adquirem uma maior afirmação pessoal.

Referência 12 - 1,43% Cobertura

Cada vez mais as pessoas saem mais tarde de casa, pelo que, seria interessante repensar até que ponto o nosso quadro legal não deveria acompanhar a estrutura da sociedade e aumentar a idade para os jovens continuarem a requerer acompanhamento protetivo após os 18 anos até mais do que os 21 anos?

Referência 13 - 0,15% Cobertura

recursos escassos da rede social

Referência 14 - 1,00% Cobertura

integrar/inserir social e profissionalmente estes jovens que muitas das vezes conseguem apenas trabalhos a part-time com vínculos laborais precários ou inserções no mercado através de medidas de apoio social.

Referência 15 - 0,47% Cobertura

influência da família que em algumas situações pode levar a que o jovem rejeite a sua autonomização

Referência 16 - 0,86% Cobertura

Por vezes, no momento de autonomização, o jovem, maior de 18 anos, rejeita o processo e regressa à família mesmo que os fatores de risco/perigo não tenham cessado ou minimizado.

Referência 17 - 0,27% Cobertura

a insuficiência de rendimentos provenientes do trabalho,

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 2> - § 3 referências codificadas [5,36% Cobertura]

Referência 1 - 0,90% Cobertura

se não fosse o lar elas não conseguiam isso com as famílias

Referência 2 - 0,90% Cobertura

elas podem reproduzir o que aprenderam quando saírem daqui...

Referência 3 - 3,57% Cobertura

Aqui temos uma coisa muito boa: a instituição dá emprego às meninas todas. As 3 meninas que estão no apartamento trabalham cá. No caso de outras meninas não sabemos como vai ser até porque a instituição não consegue assimilar todas...

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 3> - § 4 referências codificadas [9,08% Cobertura]

Referência 1 - 2,05% Cobertura

projeto de vida de forma autônomo e responsável.

Referência 2 - 1,04% Cobertura

Aquisição de competências

Referência 3 - 1,81% Cobertura

melhor preparação para uma vida mais autônoma

Referência 4 - 4,18% Cobertura

A vontade do jovem em querer sair da Instituição antes do tempo previsto e sem as devidas competências.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 4> - § 9 referências codificadas [7,61% Cobertura]

Referência 1 - 1,70% Cobertura

São jovens do sexo feminino que são acolhidas já com idade avançada (início da adolescência)

Referência 2 - 1,02% Cobertura

a instituição dá suporte total na promoção da autonomia

Referência 3 - 1,81% Cobertura

o LIJ tem de promover todas as competências que tradicionalmente competem às famílias tradicionais

Referência 4 - 0,39% Cobertura

A valorização pessoal

Referência 5 - 0,74% Cobertura

possibilidade de integração na sociedade

Referência 6 - 0,55% Cobertura

A sua própria história de vida

Referência 7 - 0,24% Cobertura

personalidade

Referência 8 - 0,74% Cobertura

Muitas jovens têm debilidades cognitivas

Referência 9 - 0,42% Cobertura

falta de suporte social

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 1> - § 3 referências codificadas [2,66% Cobertura]

Referência 1 - 0,48% Cobertura

dá-nos estabilidade

Referência 2 - 1,37% Cobertura

dá-nos uma visão muito grande do que é a vida lá fora.

Referência 3 - 0,81% Cobertura

a dependência do álcool ou droga

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 2> - § 6 referências codificadas [8,77% Cobertura]

Referência 1 - 0,39% Cobertura

Ela deve-nos apoiar

Referência 2 - 0,60% Cobertura

ajudar a inserir na sociedade

Referência 3 - 1,05% Cobertura

temos de aprender a resolver certas coisas sozinhas

Referência 4 - 3,31% Cobertura

Aprendemos a gerir as nossas coisas. Por exemplo, uma coisa muito básica ir beber café como os amigos; aqui no lar não tínhamos essa possibilidade e lá já temos.

Referência 5 - 2,06% Cobertura

há meninas aqui que têm o apoio das famílias, eu e a minha irmã e outra colega não temos esse apoio.

Referência 6 - 1,36% Cobertura

Posso vir a ter dificuldades económicas... é algo que me preocupa.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 3> - § 4 referências codificadas [8,40% Cobertura]

Referência 1 - 1,40% Cobertura

é ela que educa e nos ensina tudo

Referência 2 - 2,63% Cobertura

possamos sair da instituição a saber fazer de tudo um pouco.

Referência 3 - 2,76% Cobertura

aprendemos a fazer muita coisa que será muito útil quando saímos.

Referência 4 - 1,61% Cobertura

gerir o dinheiro que têm à disposição.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 4> - § 3 referências codificadas [8,92% Cobertura]

Referência 1 - 0,84% Cobertura

Fornecer instrumentos

Referência 2 - 2,68% Cobertura

É começar a aprender a saber lidar com todos os tipos de situações.

Referência 3 - 5,40% Cobertura

Os jovens quando se encontram sozinhos depois da saída do Lar perdem-se. Ou seja, as saídas à noite, esbanjar o dinheiro, escolhas más.

Dimensão: Perceção do impacto do Plano DOM

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 1> - § 2 referências codificadas [3,86% Cobertura]

Referência 1 - 1,35% Cobertura

dotou o IJ de uma equipa multidisciplinar alargada

Referência 2 - 2,51% Cobertura

uma efetivação de um tipo de trabalho e acompanhamento que simplesmente não existia pois o IJ

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 2> - § 5 referências codificadas [6,87% Cobertura]

Referência 1 - 0,99% Cobertura

Criação de equipas multidisciplinares

Referência 2 - 1,99% Cobertura

articulação com os serviços de segurança social e a consequente supervisão

Referência 3 - 1,18% Cobertura

realização de atividades mais diversificadas

Referência 4 - 1,64% Cobertura

acompanhamento/ atenção individualizada às crianças/jovens.

Referência 5 - 1,07% Cobertura

parceria existente com outras entidades

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 3> - § 2 referências codificadas [2,22% Cobertura]

Referência 1 - 1,01% Cobertura

Aumento dos recursos humanos

Referência 2 - 1,21% Cobertura

diminuição da frequência de utentes

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 4> - § 2 referências codificadas [1,18% Cobertura]

Referência 1 - 0,44% Cobertura

reforço da equipa técnica

Referência 2 - 0,74% Cobertura

trabalho mais sistematizado e refletido.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 1> - § 3 referências codificadas [1,61% Cobertura]

Referência 1 - 1,14% Cobertura

tínhamos muitos mais meninos, eram cerca de 65 e agora cerca de 40, é tudo muito diferente...

Referência 2 - 0,25% Cobertura

entrada de técnicos

Referência 3 - 0,22% Cobertura

há mais atividades

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 2> - § 5 referências codificadas [4,72% Cobertura]

Referência 1 - 1,78% Cobertura

Quando tínhamos mais técnicos com o Plano DOM era muito difícil... o ambiente era muito diferente. O Lar desmoronou-se completamente.

Referência 2 - 1,20% Cobertura

A equipa que veio, não tinha preparação, não conheciam o Lar e quiseram impor as coisas.

Referência 3 - 0,22% Cobertura

apoio financeiro

Referência 4 - 0,87% Cobertura

Os técnicos ajudaram muito nesta área e ajudam muito as jovens.

Referência 5 - 0,65% Cobertura

O Apartamento foi uma mais-valia do Plano DOM.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 3> - § 1 referência codificada [2,06% Cobertura]

Referência 1 - 2,06% Cobertura

Entrada de mais dois elementos na equipa técnica.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 4> - § 2 referências codificadas [3,61% Cobertura]

Referência 1 - 1,16% Cobertura

Haver uma equipa mais diversificada

Referência 2 - 2,45% Cobertura

pode ter havido alguns benefícios, essencialmente ao nível da sistematização

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 1> - § 8 referências codificadas [4,72% Cobertura]

Referência 1 - 0,50% Cobertura

chegou a acolher 65 crianças e jovens (há sensivelmente três anos passamos a ter uma média de 42 utentes

Referência 2 - 0,58% Cobertura

Maior capacidade de resposta e intervenção mais individualizada e personalizada junto das crianças/jovens e suas famílias

Referência 3 - 0,69% Cobertura

acesso a supervisão externa o que possibilita um novo olhar e reflexão sobre a prática profissional e consequente modelo de funcionamento do Lar

Referência 4 - 0,23% Cobertura

envolvimento das famílias no plano de intervenção

Referência 5 - 0,73% Cobertura

aplicação dos processos chaves constantes no manual de procedimentos dado pela Segurança Social com as devidas adaptações à nossa realidade institucional

Referência 6 - 0,93% Cobertura

Gestão centralizada de vagas passou a existir o que, a meu ver, está pensado para uma perspectiva concertada do acolhimento mas que na prática não funciona desse modo existindo falhas no processo

Referência 7 - 0,42% Cobertura

Com a implementação do Plano DOM no Lar e consequentemente a inserção de mais 5 técnicos

Referência 8 - 0,64% Cobertura

criar espaços e rotinas mais próximos da realidade familiar que incutem um reforço/aquisição das suas competências pessoais e sociais

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 2> - § 4 referências codificadas [4,80% Cobertura]

Referência 1 - 1,99% Cobertura

A principal vantagem foi começar a olhar-se para a criança/jovem como um ser individual, com necessidades específicas e individuais

Referência 2 - 1,00% Cobertura

proporcionou-se uma série de saídas, por exemplo a museus, à praia

Referência 3 - 0,44% Cobertura

aumentou o número de técnicos

Referência 4 - 1,37% Cobertura

Começou a trabalhar-se com as famílias, haver uma aproximação, trabalhar uma reintegração.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 3> - § 1 referência codificada [1,04% Cobertura]

Referência 1 - 1,04% Cobertura

Reforço da equipa técnica.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 4> - § 2 referências codificadas [1,81% Cobertura]

Referência 1 - 0,68% Cobertura

Maior quantidade de técnicos (mais 2)

Referência 2 - 1,13% Cobertura

sistematização das intervenções de uma forma mais sustentada.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 1> - § 1 referência codificada [0,81% Cobertura]

Referência 1 - 0,81% Cobertura

Passamos a fazer mais atividades

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 2> - § 3 referências codificadas [4,57% Cobertura]

Referência 1 - 1,26% Cobertura

Agora é diferente, temos as técnicas para falar, desabafar...

Referência 2 - 1,44% Cobertura

O Apartamento foi uma ideia espetacular que nos permitiu muitas coisas

Referência 3 - 1,87% Cobertura

As saídas... às vezes íamos com as técnicas ao café para aprendermos a estar noutra contexto.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 4> - § 1 referência codificada [4,52% Cobertura]

Referência 1 - 4,52% Cobertura

Para mim até piorou. Com o Plano DOM as crianças só por levarem 3 pratos para o armário já consideram exploração.

Dimensão: Perspetivas de futuro dos jovens após a saída do LIJ

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 1> - § 2 referências codificadas [2,56% Cobertura]

Referência 1 - 1,24% Cobertura

minha vida lá fora vai ser mais ou menos estável

Referência 2 - 1,32% Cobertura

seguir a carreira militar, especificadamente, na GNR,

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 2> - § 3 referências codificadas [2,92% Cobertura]

Referência 1 - 0,72% Cobertura

Estou a começar o curso de turismo

Referência 2 - 0,86% Cobertura

acabar a carta de condução que já iniciei.

Referência 3 - 1,34% Cobertura

espero ir trabalhar na minha área de formação que vai ser turismo

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 3> - § 2 referências codificadas [4,62% Cobertura]

Referência 1 - 2,54% Cobertura

terei de fazer tudo sozinho e depender apenas de mim próprio

Referência 2 - 2,08% Cobertura

O meu projeto é conseguir ter uma vida estável.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 4> - § 3 referências codificadas [3,44% Cobertura]

Referência 1 - 0,84% Cobertura

arranjar um trabalho

Referência 2 - 0,96% Cobertura

ter a minha própria casa

Referência 3 - 1,64% Cobertura

se for possível estudar ao mesmo tempo.

Dimensão: Promoção de competências

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 1> - § 4 referências codificadas [7,56% Cobertura]

Referência 1 - 1,82% Cobertura

programas que existem em funcionamento no lar nomeadamente o TCA, PGA

Referência 2 - 0,63% Cobertura

apartamento de autonomia

Referência 3 - 3,78% Cobertura

Uma divisão adaptada, onde foram criadas as condições mínimas para que este treino de gestão doméstica possa ser efetuado, devidamente equipado

Referência 4 - 1,32% Cobertura

Existe ainda um apartamento fora da instituição.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 2> - § 1 referência codificada [0,48% Cobertura]

Referência 1 - 0,48% Cobertura

A sala de convívio

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 3> - § 1 referência codificada [1,42% Cobertura]

Referência 1 - 1,42% Cobertura

utilizamos os espaços disponíveis no Lar.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista DT 4> - § 4 referências codificadas [14,62% Cobertura]

Referência 1 - 1,71% Cobertura

É elaborado o PSEI, sendo que um dos seus projetos reflete claramente este trabalho e preocupação

Referência 2 - 11,02% Cobertura

Todas as crianças e jovens, de acordo com a sua idade, competências e capacidades começam a assumir tarefas diárias: desde a organização, cuidados e limpeza dos seus espaços. Aprendem a separar roupas para serem lavadas e algumas delas cuidam mesmo de algumas roupas. Também de acordo com suas idades e possibilidades participam na confeção de pequenos cozinhados ou preparação dos ingredientes para a confeção dos mesmos. Tendo em conta o mesmo critério, deslocam-se para as escolas a pé ou de autocarro; começam a fazer algumas compras e tratar dos seus documentos e até a movimentar as suas contas bancárias, quando as têm.

Referência 3 - 1,29% Cobertura

Organização de workshops que estimulem e promovam as suas competências...

Referência 4 - 0,60% Cobertura

Espaços criados para esse fim, não

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 1> - § 5 referências codificadas [11,84% Cobertura]

Referência 1 - 1,83% Cobertura

Os meninos que estão inseridos em projetos de autonomia já fazem muitas atividades para que quando saírem do lar estejam preparados para a vida.

Referência 2 - 0,64% Cobertura

Apartamento de Autonomia (que funciona fora do Lar)

Referência 3 - 6,86% Cobertura

No Lar, no âmbito do PGA, os jovens fazem a limpeza geral aos quartos e arrumação dos armários e gavetas. Preparam o quarto, não sendo necessário que nenhuma senhora do serviço de limpeza lá vá. Três vezes por semana, o TCA funciona em 3 grupos, onde numa salinha à parte da cozinha do lar e do refeitório, os jovens fazem comida e aprendem... muitos deles chegaram lá e não sabiam descascar um alho, uma cebola, muito menos uma batata, até uma maçã tinham dificuldades. Passam também a ferro, metem a máquina a lavar, estendem a roupa (muito bem já!).

Referência 4 - 2,21% Cobertura

existe uma cozinha à parte do refeitório e cozinha do lar, onde eles treinam a autonomia ao nível de cozinhar e tratamento de roupa, ou seja, toda a parte de gestão doméstica.

Referência 5 - 0,30% Cobertura

apartamento de autonomia

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 2> - § 6 referências codificadas [9,72% Cobertura]

Referência 1 - 0,56% Cobertura

As meninas que estão agora no apartamento

Referência 2 - 3,06% Cobertura

Organizamo-nos em torno de uma planificação semanal, por exemplo, três meninas estão numa escala semanal na área da cozinha, lavar a loiça, temos outras que limpam depois das refeições o refeitório, outras que tratam da sala.

Referência 3 - 2,56% Cobertura

Nos quartos, cada uma tem responsabilidade de o limpar, fazer a cama. Todos os dias têm de passar o aspirador no quarto, abrir as janelas, fechar os armários, deixar o quarto todo arrumado

Referência 4 - 1,29% Cobertura

No âmbito da saúde e acompanhamento médico, as meninas do apartamento já começam a ir sozinhas

Referência 5 - 1,14% Cobertura

Sim, existem. Aos sábados à noite e ao domingo elas estão connosco a fazer a comida.

Referência 6 - 1,12% Cobertura

Temos a lavanderia, onde elas escolhem a roupa para pôr na máquina e metem a lavar

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 3> - § 3 referências codificadas [4,32% Cobertura]

Referência 1 - 1,80% Cobertura

participação das atividades da própria casa

Referência 2 - 1,72% Cobertura

Atelier de cozinha, lavanderia e limpezas

Referência 3 - 0,80% Cobertura

Cozinha, lavanderia

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista EE 4> - § 2 referências codificadas [9,74% Cobertura]

Referência 1 - 5,03% Cobertura

Estas jovens são preparadas através de atividades, tais como: cozinhar, limpar, lavar roupa, fazer compras, ir ao médico, tratar de documentos, entre outras

Referência 2 - 4,71% Cobertura

Todos os espaços da casa podem ser utilizados para promover a sua autonomia, de uma forma particular a cozinha, refeitórios, quartos, lavanderia,...

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 1> - § 11 referências codificadas [9,22% Cobertura]

Referência 1 - 0,79% Cobertura

as nossas crianças/jovens participam em atividades da vida diária, tais como, o colocar e levantar as mesas, servir às refeições, limpeza do quarto e espaços pessoais

Referência 2 - 0,68% Cobertura

dependendo do projeto poderá ter de realizar tarefas que se relacionam com a gestão doméstica, articulação com serviços/recursos comunitários,

Referência 3 - 0,15% Cobertura

gestão de relações interpessoais

Referência 4 - 0,08% Cobertura

gestão emocional

Referência 5 - 2,31% Cobertura

Plano Gradual de Autonomia (PGA): em que o jovem tem a responsabilidade de realizar um conjunto de ações diárias orientadas para a experimentação de hábitos e rotinas domésticas e do exercício quotidiano

de cidadania, (ex: acordar sozinho, articular com serviços, efetuar limpeza geral e arrumação dos espaços individuais, faz uma gestão semiautônoma dos estudos; tem autonomia na utilização dos objetos pessoais de lazer como por exemplo telemóvel, computador, à noite nos quartos)

Referência 6 - 1,55% Cobertura

O Treino de Competências para a Autonomia (TCA) prevê a aquisição de competências pessoais e sociais que contribuam para a independência gradual de cada jovem. Neste projeto aprendem a confeccionar refeições, a assumir uma postura adequada à mesa segundo um padrão adulto, limpeza e arrumação do espaço; tratamento de roupa.

Referência 7 - 2,62% Cobertura

Projeto Desafio de Autonomia (PDA) visa na mesma a aquisição de competências pessoais e sociais que contribuam para a independência gradual de cada jovem e tem basicamente a mesma estrutura que o TCA diferenciando-se por incluir mais algumas tarefas, como por exemplo, a gestão financeira, onde o jovem também realiza compras de forma responsável; tem de se dirigir às diferentes entidades e serviços comunitários e reconhecer a função de cada um; desenvolve técnicas ativas de emprego e trabalhamos também os direitos e deveres enquanto cidadão.

Referência 8 - 0,12% Cobertura

Apartamento de Autonomia,

Referência 9 - 0,55% Cobertura

gestão doméstica; cidadania ativa e articulação com serviços; socialização e aproximação ao mercado de trabalho.

Referência 10 - 0,27% Cobertura

existe uma sala para treino de competências de autonomia

Referência 11 - 0,10% Cobertura

Atelier de Culinária

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 2> - § 4 referências codificadas [5,41% Cobertura]

Referência 1 - 0,52% Cobertura

Elas têm as tarefas diárias no lar

Referência 2 - 4,40% Cobertura

Cada menina faz a sua tarefa; elas estão distribuídas numa escala e tem tarefas...cada jovem fica responsável por naquela semana arrumar o quarto, cada uma mete na máquina de lavar, faz a separação das roupas, colocar na máquina de secar. Depois também têm tarefas na cozinha e no refeitório.

Referência 3 - 0,30% Cobertura

ateliês de culinária

Referência 4 - 0,18% Cobertura

apartamento

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 3> - § 1 referência codificada [1,61% Cobertura]

Referência 1 - 1,61% Cobertura

Na própria Instituição (espaços comuns).

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista ET 4> - § 3 referências codificadas [6,37% Cobertura]

Referência 1 - 3,79% Cobertura

ensinar a cozinhar e regras relacionadas com as refeições, tratamento de roupas (roupas diferentes, lavar à mão, à máquina, que tipo de detergentes usar), técnicas de procura de emprego, gestão financeira.

Referência 2 - 1,07% Cobertura

relacionar-se de forma saudável com outros jovens/ adultos

Referência 3 - 1,51% Cobertura

São os espaços de trabalho de outros funcionários no caso de cozinha e lavanderia.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 1> - § 2 referências codificadas [12,14% Cobertura]

Referência 1 - 11,86% Cobertura

O TCA é uma atividade realizada com um monitor que nos ajuda a cozinhar sozinhos mas sempre com o acompanhamento de alguém, arrumamos a cozinha e vamos para a lavanderia, lavar e estender a nossa roupa e a passar a nossa roupa a ferro. Há também o PGA no qual nós acordamos sem a ajuda do vigilante, também não dependemos de ninguém para ir ao médico, vamos sozinhos, e arrumamos o nosso quarto sozinhos, não precisamos das funcionárias.

No Apartamento (de Autonomia)

Referência 2 - 0,28% Cobertura

Apartamento

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 2> - § 5 referências codificadas [14,82% Cobertura]

Referência 1 - 4,49% Cobertura

Cozinhou aqui no lar, mas era rotativo, o que dava mais ou menos de 2 em 2 semanas; no apartamento é à semana, somos quatro e também rotativo, o que dá uma vez por mês...Fazíamos a limpeza aos nossos quartos aqui no Lar

Referência 2 - 4,04% Cobertura

No Apartamento de Semi-Autonomia somos “obrigadas” a gerir o nosso dinheiro e só temos aquele dinheiro para o mês e temos de nos desenrascar com ele. Fazemos todas as tarefas domésticas e compras.

Referência 3 - 0,97% Cobertura

Os conflitos tentamos sempre geri-los sozinhas

Referência 4 - 0,60% Cobertura

Apartamento de Semi-Autonomia

Referência 5 - 4,74% Cobertura

Aprendemos a gerir as nossas coisas. Por exemplo, uma coisa muito básica ir beber café como os amigos; aqui no lar não tínhamos essa possibilidade e lá já temos. O estar em sociedade é importante... o saber estar é muito importante.

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 3> - § 1 referência codificada [1,40% Cobertura]

Referência 1 - 1,40% Cobertura

lavar e dobrar a roupa, cozinhar...

<Internas\\Entrevistas\\Entrevista J 4> - § 1 referência codificada [6,08% Cobertura]

Referência 1 - 6,08% Cobertura

Ensina-nos a cozinhar, a manter a casa limpa, como abrir a porta e atender um telefone, lavar a roupa, ir ao médico e fazer compras autonomamente, etc.